

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E AS SUAS AÇÕES
POLÍTICAS FRENTE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PÚBLICA PRIMÁRIA NO BRASIL (1873-1894)**

EDNA APARECIDA PITELLI SABATINE

**MARINGÁ
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E AS SUAS AÇÕES
POLÍTICAS FRENTE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PÚBLICA PRIMÁRIA NO BRASIL (1873-1894)**

Dissertação apresentada por Edna Aparecida Pitelli Sabatine, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador(a):

Prof^(a) Dr(a): MARIA CRISTINA GOMES
MACHADO

Coorientador: Prof. Dr. SÉRGIO HENRIQUE
GERELUS

MARINGÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S113m

Sabatine, Edna Aparecida Pitelli

Manoel Francisco Correia Neto e as suas ações políticas frente à institucionalização da instrução pública primária no Brasil (1873-1894) / Edna Aparecida Pitelli Sabatine. -- Maringá, PR, 2021.

159 f.color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique Gerelus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. História da Educação. 2. Instrução pública primária. 3. Educação - Brasil (1873-1894). 4. Correia Neto; Manoel Francisco, 1831 - 1905. I. Machado, Maria Cristina Gomes, orient. II. Gerelus, Sérgio Henrique, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.981

EDNA APARECIDA PITELLI SABATINE

**MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E AS SUAS AÇÕES POLÍTICAS
FRENTE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO
BRASIL (1873-1894)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (orientadora) –
UEM

Prof. Dr. Sérgio Henrique Gerelus (coorientador) – UEM

Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – UNIT

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer – UEM

Profa. Dra. Ligiane Aparecida da Silva – UFMS

Maringá, 16 de setembro de 2021.

Dedico este trabalho
às minhas filhas amadas,
Francielle e Ariane.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer àquelas pessoas que direta ou indiretamente torceram e contribuíram nesta minha caminhada. Desse modo, descrevo, aqui, meus sinceros agradecimentos.

A Deus, pela dádiva da vida.

Aos meus pais Atilio Pitelli (*in memorian*) e Maria Benedicta Pitelli (*in memorian*), os quais sempre, com suas simplicidades, amor e carinho, me iluminaram de maneira especial. Mesmo não mais desfrutando da presença deles, sei que sempre torceram por mim. Os méritos desta conquista também são de vocês.

Ao meu amado esposo, Osvaldo Sabatine, pelo amor, compreensão e paciência demonstrada nas madrugadas de leituras e escrita, ficando ao meu lado durante este período. Seu incentivo e apoio foram fundamentais para finalização desta pesquisa.

Às minhas amadas e queridas filhas, que são a razão de minha vida, Francielle e Ariane, pelo amor, incentivo, apoio e por compreenderem as minhas dificuldades e ausências em virtude dos meus tantos compromissos acadêmicos. Agradeço de uma forma mais que especial aos meus netos Pietro, um anjinho que apareceu em nossas vidas para alegrar e iluminar nossos dias, Manuela e os gêmeos que estão a caminho.

Agradeço aos meus irmãos, Edson, Paulo, Udson e Emerson, por sempre estarem torcendo por mim. Amo vocês!

À Universidade Estadual de Maringá (UEM), em especial ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) e seus professores, por ajudarem a construir minha carreira e realizar um dos meus sonhos.

À Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, minha orientadora, pela generosidade e respeito com os quais me orientou. Seu compromisso, amizade e profissionalismo foram essenciais para a concretização desta dissertação. Obrigada por ter me escolhido e por ter acreditado em mim.

Ao Prof. Dr. Sérgio Henrique Gerelus, meu coorientador, pelas orientações, e por estar sempre de prontidão para solucionar minhas dúvidas neste período.

Ao Hugo Alex, secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, pela atenção, dedicação e respeito com que sempre me tratou ao longo destes dois anos. Obrigada!

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação, Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, Profa. Dra. Ligiane Aparecida da Silva e Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, pelo respeito dedicado à leitura do texto e pelas valiosas sugestões para com esta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, por compartilharem comigo os cafezinhos e, sobretudo, as alegrias e angústias que vivenciamos nesta caminhada.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), Sérgio, Taís, Ligiane, Laís, Gizeli, André, Talitiane, Isabel, José Ricardo, Raquel, Andreia, Evilásio, Thaís Arrebola, Daniela, Elisângela, Daniella Marques, Joyce, Patrícia, Silvana, Nayara, Frederico. Agradeço por compartilharem experiência, diálogos e sugestões. Obrigada!

Às minhas queridas e eternas amigas Michelli Aparecida da Silva, Ana Paula Rosa da Silva e Aline Pereira Velasco, pela amizade, incentivo e apoio. Com especial carinho, agradeço à Profa. Dra. Renata Franqui, pelas conversas e sugestões tão importantes para com esta pesquisa.

À diretora da Escola Municipal Odette Alcântara Rosa, de Maringá/PR, Josiane. Aos professores e funcionários, equipe maravilhosa que sempre pude contar durante o mestrado.

A riqueza material é para o homem; a riqueza intelectual é para a humanidade. A riqueza material o homem a adquire e consome; a intelectual o homem adquire e não consome. Os herdeiros da riqueza material são os filhos, os da riqueza intelectual, não somente os filhos, mas todos os homens. A riqueza material partilha-se entre poucos herdeiros, a riqueza intelectual, derramada pela imprensa, conserva-se indivisa para patrimônio comum da humanidade (CORREIA NETO, 1874, p. 56).

SABATINE, Edna Aparecida Pitelli. **MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E AS SUAS AÇÕES POLÍTICAS FRENTE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO BRASIL (1873-1894)**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique Gerelus. Maringá, 2021.

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar as contribuições de Manoel Francisco Correia Neto para a institucionalização da instrução pública primária e sua compreensão sobre o tema entre os anos de 1873 a 1894. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, adota como fontes as Conferências e outros trabalhos escritos pelo autor, relatórios de ministros do Império, dos presidentes das províncias, da legislação educacional, de autores do século XIX, historiadores do tema, pareceres parlamentares, dentre outros. O recorte espacial foi delimitado no Rio de Janeiro, então capital do Império, justificado por permitir uma aproximação com o trabalho de Correia Neto e de seus interlocutores, visto que o local retratava, sobretudo no ano de 1873, as agitações provocadas pela circulação de ideias sobre as reformas educacionais, as questões religiosas, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e outros. Como recorte temporal, optou-se por iniciar com o ano de 1873, em razão da fundação das *Conferências Populares da Glória*; e encerrar em 1894, momento em que Correia Neto deixou de ser presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), no período republicano. O problema central da pesquisa consiste na indagação: **quais as ações políticas implementadas e as proposições defendidas por Manoel Francisco Correia Neto frente à institucionalização da instrução pública primária no Brasil, no final do século XIX?** As atividades profissionais, como presidente provincial, deputado geral, ministro, senador e conselheiro, demonstraram a importância de se considerar Correia Neto um dos expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional, no período retratado. Para responder à indagação, elegeu-se três objetivos específicos, os são discutidos em cada seção deste estudo. Na primeira seção, intitulada *Manoel Francisco Correia Neto: Trajetória de vida intelectual*, organiza-se as informações sobre a vida, a obra e as ações do intelectual. Na segunda seção, *A participação de Manoel Francisco Correia Neto no debate sobre a educação pública*, destaca-se sua participação nesse debate, relacionando-o ao pensamento educacional no movimento da sociedade burguesa, firmado no Brasil no final do século XIX. Na última seção, nomeada *O atendimento às crianças em condições de vulnerabilidade por meio da Associação Promotora da Instrução*, recupera-se os aspectos principais dos conceitos de criança e infância no decorrer da história, com destaque ao conceito de criança desvalida no final do século XIX. Na sequência, apresenta-se as ações promovidas pela Associação em prol da instrução e os cuidados com as crianças pobres. Como resultado da pesquisa, concluímos que as ações desenvolvidas por Manoel Francisco Correia Neto estiveram ligadas à formação educacional da época retratada. Nessa projeção, mostrou-se a importância da instrução pública primária ao “povo”, pois acreditava que a educação deveria contemplar várias dimensões (físicas, morais, intelectuais). Em sua concepção educacional, esse tripé formaria o aluno integralmente, tornando-

o apto para contribuir com o progresso do país. A proposta de estudo realizou-se por meio do estudo da História e Historiografia da Educação junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), ligado à Universidade Estadual de Maringá.

Palavras-chave: História da Educação. Intelectuais. Manoel Francisco Correia Neto. Instrução pública primária.

SABATINE, Edna Aparecida Pitelli. **MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO AND ITS POLITICAL ACTIONS FACING THE INSTITUTIONALIZATION OF PUBLIC PRIMARY EDUCATION IN BRAZIL (1873-1894)**. 159 f. Graduation thesis (Master degree in education) – State University of Maringá. Advisor teacher: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes machado. Co-advisor: Prof. Dr. Sérgio Henrique Gerelus. Maringá, 2021.

ABSTRACT

This study aims to investigate the contributions done by Manoel Francisco Correia Neto to the institutionalization of public primary education and his understanding on the subject within the years 1873 to 1894. The study is a bibliographical and documental research that took into consideration as sources The *Conferências* (Conferences) and other works written by the author, reports by Empire's ministers, provincial presidents, the educational legislation, 19th century authors, historians on the subject, parliamentary opinions, among others. The spatial cutout was delimited to Rio de Janeiro, then the capital of the Empire, which is justified by permitting an approximation with the work of Correia Neto and his interlocutors, since the place portrayed, particularly in 1873, the disturbances caused by the circulation of the ideas regarding the educational reforms, religious issues, the transition from slave labor to wage labor and others. As a time frame cutout, the year 1873 was chosen, due to the foundation of the Conferências Populares da Glória (Popular Conferences of Gloria); and ends in 1894, when he ceased being the president of the Tribunal de Contas da União (Federal Court of Accounts) – TCU, during the republican period. The main problem dealt in the research is to inquire **which political actions were implemented and the propositions defended by Manoel Francisco Correia Neto regarding the institutionalization of public primary education in Brazil, in the late nineteenth century?** The professional activities, as provincial president, general deputy, minister, senator and councilor, demonstrated the importance of considering Correia Neto one of the exponents of educational history, nationally and internationally, in the period portrayed. To answer the question raised, three specific objectives were chosen, which are discussed in each section of this study. In the first section, entitled *Manoel Francisco Correia Neto: Trajectory of the intellectual life*, information about his intellectual's life, work and actions is organized. In the second section, *Manoel Francisco Correia Neto's participation in the debate on public education*, his participation in this debate is highlighted, relating it to educational thinking of the movement of bourgeois society, established in Brazil at the end of the 19th century. In the last section, named *Assistance to Children in Vulnerable Conditions through The Association Promoting Education*, the main aspects of the concepts of child and childhood throughout history are recovered, with emphasis on the concept of the underprivileged child at the end of the 19th century. Next, the actions promoted by the Association in favor of education and care for poor children are presented. As a result of the research, we concluded that the actions developed by Manoel Francisco Correia Neto were linked to the educational background of the period portrayed. In this projection, the importance of primary public education to the "people" was shown, as he believed that education should include several dimensions (physical, moral, intellectual). In his educational conception, this tripod

would form the integral student, making this student able to contribute to the country's progress. The study proposal was carried out through the study of the History and Historiography of Education together with the Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (Group of Studies and Research in the History of Education, Intellectuals and School Institutions) – GEPHEIINSE, partner of the Universidade Estadual de Maringá (State University of Maringá).

Key words: History of Education. Intellectuals. Manoel Francisco Correia Neto. Primary public education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Primeiro periódico: Conferências Populares (RJ).....	79
Figura 2 –	Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória.....	107
Figura 3 –	A Infância Desvalida na Sociedade Imperial.....	120
Figura 4 –	Manoel Francisco Correia – o Velho (1776-1850), originário de Villa de Feira, da província da Beira, Portugal.....	154
Figura 5 –	Manoel Francisco Correia Júnior – Filho/ Moço (1809-1857), nasceu na província de Paranaguá, pertencente a então comarca de São Paulo.....	154
Figura 6 –	Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905), nasceu na província de Paranaguá.....	154
Figura 7 –	Manoel Francisco Correia Júnior (1871-1928), nasceu em Curitiba-PR.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Pesquisas acadêmicas que citam Manoel Francisco Correia Neto por sua contribuição para a história da educação.....	24
Quadro 2 –	Decretos assinados por Correia Neto.....	45
Quadro 3 –	Dedicatória a Manoel Francisco Correia Neto.....	50
Quadro 4 –	Atividades realizadas por Manoel Francisco Correia Neto.....	64
Quadro 5 –	Decretos assinados por Correia Neto.....	65
Quadro 6 –	Obras de Manoel Francisco Correia Neto.....	67
Quadro 7 –	Conferências proferidas por Manoel Francisco Correia Neto.....	88
Quadro 8 –	Número decrescente de filhos de escravas.....	127
Quadro 9 –	Documentos encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira, no Jornal Commercio e na obra Conferências e outros Trabalhos (1885)	155

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O QUE JÁ ESTUDARAM SOBRE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO	22
1.2 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO	27
1.3 A ESCOLHA DAS FONTES.....	31
2 MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E SUAS AÇÕES ENQUANTO INTELLECTUAL	33
2.1 O INTELLECTUAL: QUEM É? QUE TRABALHO DESENVOLVE NA SOCIEDADE?..	33
2.2 A PRESENÇA DE MANOEL FRANCISCO CORREIA JÚNIOR NO MOVIMENTO PELA A EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ	37
2.3 APRESENTAÇÃO DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E SUA INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA.....	41
2.4 OBRA E ATIVIDADES DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO	63
3 A PARTICIPAÇÃO DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO NO DEBATE SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA	72
3.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MOVIMENTO HISTÓRICO UNIVERSAL.....	73
3.2 “AS CONFERÊNCIAS POPULARES DA GLÓRIA” NAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO.....	79
3.3 AS CONFERÊNCIAS E OS DEBATES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA.....	87
4 O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DA INSTRUÇÃO	107
4.1 DEBATE HISTÓRICO SOBRE A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO.....	108
4.2 O CONCEITO DE INFÂNCIA POBRE E DESVALIDA.....	115
4.3 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO PARA À DIFUSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA AS CRIANÇAS DESVALIDAS E OS FILHOS DOS ESCRAVOS NO FINAL DO SÉCULO XIX	120
4.4 AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTRUÇÃO PARA INSTRUIR ESSE PÚBLICO	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICES	154

1 INTRODUÇÃO

A temática debatida nesta dissertação versa a respeito de um dos assuntos emblemáticos do final do século XIX e início do século XX, qual seja, a instrução pública primária. No Brasil, a defesa dessa instrução foi abrangente e provocou muitos debates e lutas entre os parlamentares brasileiros. Essa discussão ganhou força durante o Segundo Reinado do Brasil (1840-1889), época em que o país estava sob a gestão de D. Pedro II (1825-1891)¹, período em que aconteceu uma série de mudanças na economia, na política, na vida social e na administração imperial, como consequência das transformações no mundo do trabalho, ocasionadas pela decadência do regime escravocrata.

O interesse pela pesquisa é decorrente da participação como aluna não regular na disciplina de *Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II*, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), no segundo semestre de 2016. A disciplina permitiu o aprofundamento no estudo sobre os intelectuais que lutaram em favor da educação pública para o povo no final do século XIX e início do século XX, em um período marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, em que acreditavam na necessidade de instruir os escravizados e a população livre e pobre para a liberdade. Tal liberdade significava trabalhar por amor à pátria e não mais por imposição.

Essa premissa desencadeou o desejo de compreender o motivo pelo qual tais intelectuais desenvolveram suas ações em defesa da classe menos favorecida, sobretudo em prol de uma educação pública, laica e gratuita para instruir os filhos dos trabalhadores. Essa questão foi objeto de debate no Brasil Imperial para diversos intelectuais, dentre os quais destacam-se: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905), Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922), Rozendo Moniz Barreto (1845-1897) e Tristão de Alencar

¹ D. Pedro II (1825-1891) – Imperador do Brasil – nasceu no palácio da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro e recebeu como nome de batismo: Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bebiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Foi o sétimo filho de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina e herdou o direito ao trono após a morte de seus irmãos mais velhos Miguel e João Carlos. Ao completar cinco anos de idade, D. Pedro II assumiu o poder após seu pai abdicar ao trono. Permaneceu no Brasil sob a tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva e, posteriormente, do Marquês de Itanhaém (MOSSÉ, 2015).

Araripe (1821-1884), cujas ideias foram significativas e contribuíram para a institucionalização da instrução pública no país.

Tais autores participaram ativamente dos círculos letrados e institucionais da província do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, contribuindo para a formação do ideário de sua época em um momento de efervescência nos debates sobre a institucionalização da instrução pública primária. Face ao exposto, optamos por eleger como objeto central do estudo *as contribuições de Manoel Francisco Correia Neto para a institucionalização da instrução pública primária e sua compreensão sobre o tema entre os anos de 1873 a 1894*.

O estudo foi desenvolvido por meio da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Tal linha é considerada importante nos cursos de formação docente e grupos de pesquisas por possibilitar um entendimento da educação pelas óticas interdisciplinares e nos aspectos mais vastos “[...] de formação dos sujeitos históricos. Desse modo, o fenômeno educativo é compreendido, em suas manifestações nas diferentes épocas históricas, sob diversas perspectivas teórico-metodológicas e por meio de distintas fontes” (MACHADO; OLIVEIRA, 2008, p. 7).

No que tange ao grupo de pesquisa, em especial, destaca-se aqui o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares – GEPHEIINSE, do qual sou integrante, tendo à frente como líderes a Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer e a Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Com efeito, as experiências e conhecimentos compartilhados nas reuniões constituíram-se como fonte valiosa para o estudo. Concordamos com Saviani (1991, p. 57), ao considerar que os conhecimentos “[...] sistematizados devem ser incorporados ao acervo cultural da humanidade”. Do ponto de vista do autor, o saber “[...] que interessa a educação é aquele que emerge como resultado do processo aprendizagem, como resultado do trabalho educativo” (SAVIANI, 2012, p. 7).

A importância deste estudo está pautada no entendimento de que analisar a atuação de Correia Neto permitirá a compreensão da necessidade da institucionalização da instrução pública primária e seu objetivo de existência, contribuindo, assim, para a historiografia da educação brasileira sobre um período expressivo para o desenvolvimento da escola pública.

Ressalta-se que a intenção não é julgar os discursos ou os modos que os homens pensavam e agiam no passado para resolverem seus anseios, mas sim, a desmistificação do que está posto como verdade absoluta, pois é notório que alguns profissionais que atuam na área da educação como professores de história, de filosofia, dentre outros, dos quais não estudam o período retratado, acreditam que a educação pública começou a ser debatida no ano de 1893², quando ocorreu a criação dos grupos escolares no estado de São Paulo ou, ainda, após 1927³, ano em que aconteceu a última reforma da instrução pública na época da Primeira República (1889-1930), bem como com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932⁴, desconsiderando todas as discussões anteriores.

Nesta perspectiva, Souza e Vidal (1999), em sua obra “A memória e a sombra- a escola brasileira entre o Império e a República”, explicam que o processo da escolarização brasileira do final do século XIX e início do século XX estava na sombra da memória de uma historiografia hegemônica, a qual não possuíam os critérios considerados pelas autoras como essenciais para a compreensão de uma escola que, durante certa época, não contribuiu para interromper o movimento de uma sociedade amplamente orolizada (SOUZA; VIDAL, 1999).

Correia Neto buscava se envolver nas lutas em prol da sociedade imperial e mostrar a importância da instrução pública primária ao povo. Ele acreditava que a proposta de uma educação como instrumento de modernização e civilização da sociedade imperial deveria estar correlacionada à disciplina da educação física, moral e intelectual, tomando-os como aspectos fundamentais para o desenvolvimento da instrução. Reconhecia o valor, a importância e limitações dessa modalidade, visto que ela se fundamentava em princípios básicos (ler, escrever, contar, ensino religioso etc.). No entanto, os conhecimentos científicos deveriam ser agregados a esses saberes. Na concepção de Correia Neto, essa proposição quando completamente adquirida, proporcionava ao aprendiz o acesso a instrução secundária e, na sequência, a instrução superior.

² Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, pautados nas principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para “(re) inventar a escola primária” (SOUZA, 1998, p. 29).

³ Reforma da instrução pública (Lei nº 2.269, de 21/12/1927). “Essa reforma alterou aspectos específicos da estrutura da instrução pública paulista” (SOUZA, 2012, p. 35).

⁴ Documento assinado por 26 signatários da Educação Nova e redigido por Fernando de Azevedo, assegurando o dever do Estado em tornar a educação pública, gratuita, obrigatória e laica, consolidando a visão da elite intelectual brasileira (GOMES, 2016).

Ao tratar sobre a educação física, o intelectual argumentou que não deveria cuidar apenas do intelecto e da moral, era imprescindível valorizar o físico, pois *mens sana in corpore sano* (uma mente sã em um corpo sã) adquiria flexibilidade e força para uma perfeita harmonia entre ambos (CORREIA NETO, 1878). Sob essa perspectiva, em Correia Neto encontramos um entendimento que a instrução pública, ao abranger à educação física, moral e intelectual, contemplava as propostas e as ações concretas que contribuiriam para formar integralmente o aluno, a ponto de mudar a sua mentalidade. Esse posicionamento será defendido pelo autor no conjunto de sua obra, como será demonstrado ao longo da dissertação.

O legado deixado por Correia Neto não se limitou à sua época. Sua convicção de que a instrução popular era um mecanismo para melhorar as condições de vida da população rompeu as barreiras das temporalidades, chegando aos dias atuais, de modo que é possível encontrar sua influência nas políticas educacionais e também em outros âmbitos da área da Educação.

O trabalho de Correia Neto esteve ligado ao serviço público nas associações imperiais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados, nas *Conferências Populares da Glória*, dentre outros. Nesses espaços, foram promovidos encontros, exposições e palestras que tiveram os assuntos debatidos em prol da instrução do povo. Com efeito, tais debates, constituíram-se passos importantes para o amadurecimento de pensamentos e de alternativas com vistas ao objetivo de institucionalizar a instrução primária, construir e reformar escolas e formar professores no país.

As ações de Correia Neto impactaram o campo educacional, político, cultural, da infância e da saúde, desencadeando várias mudanças na sociedade. Na área da educação destaca-se a criação da primeira Escola Normal do Rio de Janeiro, Associação Promotora da Instrução, ambas em 1874; Escola Senador Corrêa, Museu Escolar Nacional (1883) e diversas bibliotecas. Como funcionário público, suas ações foram desenvolvidas na Secretaria da Fazenda, Secretaria do Império, Secretaria de Justiça (1854 a 1859). Na política, ressalta-se as atividades desenvolvidas na presidência da província de Pernambuco (1862), Ministério dos Estrangeiros, posteriormente, denominado Ministério das Relações Exteriores (1871), Repartição de Estatística (1872), Conselho de Estado (1877), no Senado (1877-1889) e Tribunal de Contas da União, no período de 1893 a 1894.

Para dar assistência à infância pobre, Correia Neto criou a Associação Protetora de Instrução (API), instituição de caráter privado, responsável por abrir e manter cursos noturnos em escolas na capital do país. Durante sua administração, buscou denunciar o descaso do poder público com a infância, exigiu dos seus interlocutores e dos políticos os cuidados e a assistência às crianças pobres e desvalidas.

Correia Neto, sem se envolver com o espírito partidário, procurava contornar as problemáticas geradas entre conservadores e liberais, as quais, na sua concepção, eram prejudiciais ao desenvolvimento econômico, político e educacional do país.

Correia Neto (1873), por meio de as *Conferências Populares da Glória*, inicialmente, realizadas na escola da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro, deu início à uma campanha cujo objetivo era difundir o ensino público na província do Rio de Janeiro. Entretanto, de 1873 até 1884, ele proferiu cinquenta conferências, das quais apenas uma não abordou a questão da educação, a saber: Batalha Naval de Riachuelo, proferida no dia 11 de junho de 1882, que retratou a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual expressou a oportunidade de homenagear os cidadãos que lá lutaram.

A análise das propostas de Correia Neto tanto para a educação quanto para a sociedade no final do século XIX, não é uma tarefa fácil. Escrever sobre a história pretérita, sobretudo do pensamento educacional na sociedade imperial, requer que se envolva seres humanos, o que pode gerar interpretações equivocadas. Machado (2012) no prefácio do livro “A (Re)Invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980-1990)” de autoria de Elaine Rodrigues, afirma que “[...] a nossa história coincide com nossas vidas, dela acumulamos opiniões e preconceitos como contemporâneos que fomos, mas do que como estudiosos” (MACHADO, 2012, p. 17). Mesmo que não tenhamos vivido no tempo a ser retratado, temos concepções engessadas sobre os acontecimentos. O reconhecimento de tais complexidades requer a realização de uma análise cuidadosa do passado para a compreensão do nosso tempo presente.

O recorte espacial foi delimitado no Rio de Janeiro, então capital do Império. A escolha foi pensada porque permite uma melhor aproximação com o trabalho de Correia Neto e de seus interlocutores, uma vez que a província do Rio de Janeiro retratava, sobretudo, nos anos de 1873, as agitações provocadas pela circulação de

ideias sobre as reformas educacionais, as questões religiosas, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e outras mais.

Como recorte temporal, o trabalho se concentrou nos anos de 1873 até 1894. No ano de 1873, Correia Neto criou as *Conferências Populares da Glória*, período relacionado à emergência da implantação da instrução pública primária e às reformas de ensino. O ano de 1894, se refere ao ano que Correia Neto deixou a presidência do Tribunal de Conta da União (TCU), do qual foi relator das contas do governo da República.

Outro motivo relevante levado em consideração no estudo foi a morte de seu irmão, Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), conhecido como Barão de Serro Azul, o qual foi acusado de traição⁵ e, conseqüentemente, executado no dia 20 de maio de 1894, em Morretes, no Paraná, sem qualquer processo legal ou acusação formal. Esse episódio imergiu Manoel Francisco Correia Neto em uma tristeza profunda que o levou a pedir sua exoneração em 18 de agosto daquele ano (VARGAS, 2008).

Considera-se o marco inicial da pesquisa, referente as *Conferências Populares da Glória*, relevante porque foram criadas pelo conselheiro Correia Neto em 1873. Ao mesmo tempo, constituem como fontes importantes para a história da educação pela imprensa. Pesquisadores como Bastos (2003), Carula (2007), Carvalho (2007), Fonseca (1995), Schelbauer e Araujo (2007), dentre outros, consideram que esses espaços foram, sem dúvida, muito importantes para a circulação de ideias, tornando uma prática muito difundida nesse momento histórico.

Pode ser observado que, anteriormente e durante o período estabelecido para a elaboração da pesquisa, ocorreram várias conferências em lugares distintos no Brasil. Por exemplo, muitas foram realizadas no ano de 1842 na loja maçônica do “Grande Oriente do Brasil”⁶, nas “Conferências Radicais” realizadas pelo Clube Radical no ano de 1869, sendo essas últimas reedições das experiências das

⁵ Segundo Vargas (2008), os movimentos revolucionários que surgiram no Rio Grande do Sul trouxeram conseqüências nefastas para o povo paranaense nos anos finais do século XIX, que ficaram conhecidos por Revolução Federalista (1893-1895). Os políticos do Sul estavam organizados em dois partidos: Republicano e Federalistas. O primeiro apoiava o governo do presidente Marechal Floriano Peixoto, enquanto o segundo defendia que o Governo tivesse amplas funções e, sobretudo, recebesse apoio do Parlamento.

⁶ Sobre essa questão, analisar o trabalho de: CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

conferências públicas proferidas em 1849⁷ e nos Liceus de Artes e Ofícios; Escolas Normais e a Escola Primária Neutralidade, em 1882⁸.

A pesquisa privilegiou as *Conferências Populares da Glória*, justamente por terem sido uma iniciativa de Correia Neto em 1873, nas quais ele buscou mobilizar a comunidade intelectual para debater as problemáticas de interesse público. O intelectual estava imerso ao processo de modernização e buscava todos os argumentos possíveis para ajudar o país a avançar rumo às sociedades civilizadas, a exemplo das europeias e, para isso, ele buscava convencer os intelectuais (médicos, magistrados, professores, políticos, reformadores) a contribuírem com esse processo (CORREIA NETO, 1873).

Esclarecidas tais delimitações, a pesquisa busca responder um problema central: *quais as ações políticas implementadas e as proposições defendidas por Manoel Francisco Correia Neto frente à institucionalização da instrução pública primária, no Brasil no final, do século XIX?* Assim, a investigação parte do pressuposto que o intelectual em estudo foi uma das personagens importantes para o processo educacional por colaborar com o propósito formativo daquele período.

O eixo norteador da dissertação concentra-se nas ações do conselheiro Manoel Francisco Correia Neto realizadas no final do século XIX e estão sendo investigadas por intermédio das acepções de instrução, de Estado e de trabalho. A importância da escolha desse intelectual como objeto de estudo reside no fato da sua atuação política estar ligada às campanhas e às lutas em prol da instrução primária, em um momento em que o analfabetismo era generalizado no país.

Esse seria um dos problemas que inspirava e dava forças a Correia Neto, se envolver aos movimentos de ideias e de ações para fazer da instrução primária uma prioridade de Estado. Nessa seara, o Estado foi “convidado” a se responsabilizar pela educação, tornando-a pública, laica e obrigatória para todos.

Para organizar o estudo e pesquisar as ações de Manoel Francisco Correia Neto na sociedade imperial brasileira, elencamos o seguinte objetivo geral: *analisar as contribuições de Manoel Francisco Correia Neto para a institucionalização da*

⁷ CARVALHO, José Murilo de. As Conferências Radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate público. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007. p. 17-41.

⁸ Ver o livro: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (org.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas: Alínea, 2007, sobretudo, o capítulo 1, intitulado *Entre Anúncios e Artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal – A província de São Paulo (1875-1889)* (p. 7-29).

instrução pública primária e sua compreensão sobre o tema entre os anos de 1873 a 1894.

Com base nessa perspectiva, enumeramos três objetivos específicos, sendo que cada um deles corresponde a uma seção do estudo, nos quais pretendemos examinar as informações sobre a vida, a obra e as ações de Manoel Francisco Correia Neto; compreender *a participação de Manoel Francisco Correia Neto no debate sobre a educação pública*, no Brasil, no final do século XIX e investigar as ações da Associação Promotora da Instrução para o atendimento às crianças em condições de vulnerabilidade social.

Com base nesse pressuposto, a dissertação apresenta uma organização textual dividida em três seções dispostas da seguinte maneira: Na primeira seção, *Manoel Francisco Correia Neto: Trajetória de vida intelectual*, organizamos as informações sobre a vida, a obra e as ações do intelectual.

Na segunda seção, *A participação de Manoel Francisco Correia Neto no debate sobre a educação pública*, destacamos sua participação nesse debate, relacionando-o ao pensamento educacional no movimento da sociedade burguesa, firmado no Brasil no final do século XIX. É nesse cenário que apresentamos ao leitor as *Conferências Populares da Glória* entre 1873 e 1874 que, enquanto espaço formador de opiniões, contribuiu para a disseminação dos conhecimentos científicos às classes populares.

Na última seção, nomeada *O Atendimento às crianças em condições de vulnerabilidade por meio da associação promotora da instrução*, recuperamos os aspectos principais dos conceitos de criança e infância no decorrer da história, com destaque ao conceito de criança desvalida no final do século XIX. Na sequência, apresentamos as ações promovidas pela Associação em prol da instrução e os cuidados com as crianças pobres.

1.1 O QUE JÁ ESTUDARAM SOBRE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO

Com base nesse aspecto, realizou-se uma revisão de literatura do que foi produzido sobre o conselheiro Manoel Francisco Correia Neto no período de 1873-1894 acerca de suas contribuições para a institucionalização da instrução pública primária. Ao investigá-lo, foi percebido que o intelectual é pouco conhecido no espaço acadêmico, bem como na historiografia educacional brasileira.

Nos levantamentos de dados realizados até o momento, foram encontrados alguns estudos nos quais os autores citam “As Conferências Populares da Glória” (1873) e a “Associação Promotora da Instrução” (1874), ambas criadas pelo conselheiro Correia Neto. Nesses trabalhos, o conselheiro foi apresentado como produtor e conferencista. Para demonstrar isso, foram selecionadas algumas pesquisas e autores para contribuírem com a pesquisa, conforme apresentado a seguir.

As referências aqui apresentadas foram rastreadas em banco de dados *online* como buscador *Google Acadêmico*, nos quais destacam-se os seguintes periódicos: Cadernos de História da Educação (CHE), Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery (REFMG), Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scielo*), e *sites* de periódicos sobre educação, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O levantamento dos estudos ocorreu por meio do nome do intelectual Manoel Francisco Correia Neto e as *Conferências Populares da Glória* a partir do recorte temporal do final do século XIX. A proximidade com os estudos aqui elencados revelou que o autor em estudo foi um intelectual notável no período mencionado, mas na atualidade é pouco conhecido no meio acadêmico.

O quadro a seguir contém os trabalhos acadêmicos elencados na pesquisa e apresenta os nomes dos autores, títulos, ano de publicação, local e gênero textual dos estudos. Tais pesquisas são relevantes para a História da Educação, para o meio acadêmico e para os profissionais que atuam no campo da educação. Porém, os trabalhos não apresentam Manoel Francisco Correia Neto como objeto de estudo, conforme pode ser verificado no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas acadêmicas que citam Manoel Francisco Correia Neto por sua contribuição na história da educação

TÍTULO	AUTOR	ANO	LOCAL	GÊNERO
Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino, Bruxelas, 1880.	Moysés Kuhlmann Júnior	2005	Revista História da Educação - ASPHE / FAE / UFP el, Pelotas, n. 18	Artigo (11p.)
Conferências Populares da Freguesia da Glória (2003).	Maria Helena Camara Bastos	2003	História da Educação	Ensaio a pesquisa (19p.)
As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)	Karoline Carula	2009	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Dissertação (189p.)
Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro-1870-1889	Karoline Carula	2012	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Tese (311p.)
Maçonaria e Educação: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória – RJ (1873-1880)	Milena Aparecida Almeida Candiá	2010	Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery.	Artigo (19p.)
Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909)	Luciene Pereira Carris Cardoso	2005	Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96	Artigo (17p.)
História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)	Nelson Senra	2006	Centro de documentação: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, v, n.1.	Livro (614p.)

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O trabalho intitulado “Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino, Bruxelas, 1880”, de Moysés Kuhlmann Júnior (2005), discute os aspectos a partir dos quais foram organizados os objetivos do evento, especialmente aqueles relacionados à educação da criança. Nesse evento, o autor menciona a participação de vários membros brasileiros como Benjamin Franklin Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional e Barão Homem de Mello, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dentre eles, se encontrava o senador Manoel Francisco Correia, quando esse era relator da seção de Instrução Pública.

No ensaio que integra a pesquisa “Conferências Populares da Freguesia da Glória” (2003). A dra. Maria Helena Câmara Bastos, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, aborda em seu estudo a importância das *Conferências Populares da Freguesia da Glória*, realizadas entre 1873 e 1890, para a circulação das ideias científicas. Segundo a autora, tais ideias eram debatidas por vários conferencistas na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo das duas conferências realizadas no salão nobre do Externato Colégio Pedro II, em 1865, por Luiz Agassiz.

“As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)” – dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da profa. dra. Iara Lis Franco Schiavinatto, Karoline Carula analisa o modo como o darwinismo tornou-se objeto de debate na grande imprensa na cidade do Rio de Janeiro no período em questão, tendo nas *Conferências Populares da Glória* uma mediação entre a fala organizada, que foi tantas vezes publicada nos jornais de maior circulação, com uma recepção mais acessível junto ao público.

A tese de doutorado intitulada “Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)”, Carula (2012) buscou delimitar os contornos de um discurso científico/cientificista presente de forma mais intensa no último quartel dos anos oitocentos, o qual fundamentou argumentos de projetos modernizadores da nação. Seriam eles: a aplicação da teoria de Darwin à sociedade; a hierarquização racial e a criação de uma boa mãe de família burguesa, nos moldes europeus. Segundo a autora, essas três propostas foram apresentadas e debatidas nas *Conferências Populares da Glória*, nos cursos públicos do Museu

Nacional e em algumas conferências avulsas. Todos esses discursos foram realizados no Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1889.

O artigo intitulado “A Maçonaria e Educação: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória – RJ (1873-1880)” de autoria de Milena Aparecida Almeida Candiá, discorre sobre de que forma as *Conferências Populares da Glória* tornaram-se um espaço privilegiado para a circulação e concretização de um projeto educacional maçônico. Segundo a autora, a experiência que teria garantido, em certa medida, ações concretas em prol da expansão da escolarização popular na Corte entre os anos de 1874 e 1889, dentre as quais destaca-se a fundação da Associação Promotora da Instrução (1874), que protagonizou, entre outras iniciativas, a criação da Escola Senador Corrêa e do Museu Escolar Nacional (1883) – tendo mais tarde a segunda instituição ganhado a denominação de *Pedagogium* (1890), ao ser incorporado às primeiras experiências educacionais da República – serviram como norte para a consolidação das propostas de expansão da escolarização popular no período.

O estudo de autoria de Luciene Pereira Carris Cardoso do Programa de Pós-Graduação em História (IFCH/UERJ), intitulado “Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909)”, analisa a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1883. A autora traçou um panorama da composição de seus associados, revelando as principais atividades da associação desde sua fundação até o ano de 1909, por meio da apreciação de seu periódico especializado. Inspirando-se no modelo das congêneres europeias, sobretudo a de Paris, a instituição criada no final do regime imperial pretendia se tornar um espaço especializado para o saber geográfico brasileiro. Advogados, médicos, engenheiros militares e civis com as mais variadas ocupações, concorriam para o melhor reconhecimento do território nacional, tema até então considerado de vital importância.

A obra de Nelson Senra (2006), intitulada “História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)”, volume 1, integra a comemoração pelos 70 anos da criação do IBGE e sugere reflexões oportunas. Ela é composta por quatro volumes que contam a trajetória da atividade estatística brasileira, desde a Independência, apresentando a cobertura extensa dos 180 anos da Estatística no Brasil, analisados pela ótica da Sociologia das Estatísticas. Nelson Senra, neste volume, dedicou-se à redação do capítulo 16, no qual discorreu sobre a trajetória política de Manuel

Francisco Correia Neto, apresentando-o como o primeiro Diretor Geral de Estatística, responsável pelo recenseamento em 1872.

A análise de tais estudos subsidiou a busca por aquilo que não tivesse sido abordado até então pela historiografia da educação brasileira, ao menos, não da maneira como esse trabalho pretendia estudar. Isso, pois, o conhecimento enquanto prática social e científica pode ser construída e respaldada por várias teorias, isso dependerá do olhar do pesquisador e as técnicas de pesquisa diante do fenômeno a ser analisado (SEVERINO, 2007).

Feitas tais considerações, a etapa seguinte consiste em encaminhar a leitura do trabalho para os procedimentos metodológicos, os quais constituem a base para a pesquisa. Desse modo, estão sendo produzido os dados e as análises que sustentam os resultados desse estudo acerca das problemáticas apresentadas em relação à institucionalização da instrução pública primária no período em questão.

1.2 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

Para fundamentar nossa análise, buscamos as bases metodológicas no âmbito da história e da dialética, ou seja, em autores que defendem que os seres humanos são sujeitos construídos historicamente e, conseqüentemente, escrevem sua história de acordo com as mudanças e as transformações de cada momento histórico, bem como, nas relações que os homens são compelidos a estabelecerem entre si.

Desse modo, fizeram parte de nossas leituras e de nossa fundamentação filosófica e teóricas as seguintes obras: “Manifesto Comunista” (1988-2005) e “Manifesto do Partido Comunista” (1999); “A teoria da alienação em Marx” (2006); “A Democracia na América” (2005), de Alexis Tocqueville (1805-1859); dentre outros.

À essas referências se somam outras, como a obra de Anaete Regina Schelbauer intitulada “Idéias que não se realizam: debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914”, publicada em 1998; “Pensamento e ação de Rui Barbosa (1849-1923)” (2002), de Maria Cristina Gomes Machado; “Intelectual educador mestre: presença do professor Casemiro dos Reis Filho na educação brasileira” (2003), de Dermeval Saviani; “Como elaborar projetos de pesquisa” (2002) e

“Métodos e técnicas de pesquisa social” (2008), de Antônio Carlos Gil; “A construção do saber” (1999), de Christian Laville e Jean Dionne; “Fundamentos de metodologia científica” (2003), de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos; “Introdução ao estudo do método em Marx” (2011), de José Paulo Netto; “A era das revoluções” (2015), de Eric Hobsbawm (1917-2012); dentre outros.

Para a história da criança, compuseram nossas leituras as obras: “Uma História da Infância: da Idade Média a Época Contemporânea no Ocidente” (2004), de Colin Heywood; “História Social da Criança e da Família” (1981), de Philippe Ariès; “O Desaparecimento da infância” (1999), de Neil Postman; “História das crianças no Brasil” (1991), de Maria Del Priore; “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes” (2002), de Carlota Boto.

As pesquisas científicas realizadas no Brasil por Moysés Kuhlmann Júnior, intituladas “Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino, Bruxelas, 1880” (2005); “Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890)” (2003), de Maria Helena Camara Bastos; “As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)” (2007), de Karoline Carula; e “Maçonaria e Educação: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória”, de Milena Aparecida Almeida Candiá (2010), dentre outras, tiveram papéis fundamentais na elaboração de nossa pesquisa. Para ampliar a comunicação, escolhemos obras que discutissem sobre a educação brasileira que foram de suma importância para os nossos estudos. Selecionamos alguns nomes para esse momento: como Cury (2002), Carvalho e Carula (2009), Cavalcanti (1998), Gerelus (2007), Gondra e Schueler (2008), Negrão (1998), Santos (2019), Severino (2007), Souza (1998; 2012) e Vargas (2008), todas fizeram parte das referências, somados a alguns conjuntos de conferências, artigos dissertações e teses.

Para fundamentar a proposta de trabalho e responder as indagações, optamos por trabalhar com a pesquisa documental e bibliográfica, sem a intenção de tecer conclusões incontestáveis ou cristalizadas, tendo em vista o entendimento de que a História da Educação é feita por movimentos cíclicos, e o homem tem mostrado por meios dos tempos históricos a sua capacidade de descobertas tanto nas ciências como na artes. Tais descobertas, precisam serem apresentadas e problematizadas no fazer historiográfico (MACHADO; RODRIGUES, 2017).

Nesse contexto, a sociedade deve ser compreendida por intermédio do modo de produção vigente, ou seja, da forma como os homens se organizam

historicamente e socialmente para a produção de sua vida material. Gil (2008) ressalta que a interpretação dessa realidade deve ser entendida a partir de três grandes princípios:

a) A unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes (GIL, 2008, p. 13).

Nessa passagem, o autor esclarece que as contradições dos fatos promovem movimentos que permitem a transformação dos fenômenos. O homem no decorrer de sua trajetória histórica vai mudando seus pensamentos, os quais são movidos pela contradição.

Para Marx e Engels (1988), o princípio da concepção materialista da história são os indivíduos reais, desempenhando suas ações para suprir as suas necessidades materiais. Conforme explicam os teóricos,

[...] partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológica desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousam nas bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, em como a forma de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento ao; contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é próprio, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento, não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1988, p. 20-21).

Na concepção dos autores, é o ser social que determina a consciência, mas, a burguesia dominante inverte esta lógica, e tenta convencer que é a consciência que determinar a estrutura econômica. Portanto, tudo está em sintonia com o modo

de produção capitalista, até mesmo as ideias políticas. Segundo eles, as ideias dominantes são as ideias dominante de um período e, por estarem atreladas ao poder e, conseqüentemente, vão ser disseminada para todo o tecido social de sua época (MARX; ENGELS, 1988).

O homem é, portanto, um sujeito histórico e carrega consigo as marcas de seu tempo. Logo, o pesquisador não assume uma postura neutra em relação ao seu objeto, por isso a relevância do método. Netto (2011, p. 53) ressalta que, a introdução ao estudo do método de Marx, implica em uma “[...] determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

No que se refere aos aspectos metodológicos de uma prática de pesquisa, Gil (2008, p. 4) esclarece que a vantagem da pesquisa bibliográfica “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. O autor conclui que a “[...] pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2008, p. 4).

Ao contribuir com tal afirmação, Arnaut de Toledo e Gonzaga (2011, p. 94) explicam que, por meio da pesquisa bibliográfica, “[...] conhecer a vida e a obra do autor é importante para confrontar informações com outras referências bibliográficas que tratam do mesmo assunto”. Segundo os autores, a partir de uma investigação de bibliografia variada, pode-se conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado assunto.

Quanto às análises das fontes documentais, Marconi e Lakatos (2003, p. 176) alertam para uma particularidade da pesquisa, pois as fontes podem ser “[...] inexatas, distorcidas ou errôneas. Por esse motivo, para cada tipo de fonte fornecedora de dados, o investigador deve conhecer meio e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações”. Na visão das autoras, após uma análise crítica, é função do pesquisador extrair de sua fonte o que ela tem a oferecer na elucidação de seu problema de pesquisa.

1.3 A ESCOLHA DAS FONTES

Para obtenção das fontes documentais foi realizado um levantamento bibliográfico na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, Revista Trimensal, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) e na Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, em cujo resultado encontram-se os escritos de Correia Neto.

Encontramos na Hemeroteca Digital da BNDigital⁹, o periódico *Conferências Populares*(RJ), fundado e dirigido pelo próprio Correia Neto, em 1876. O órgão com 10 exemplares, teve periodicidade mensal, cada edição tinha mais de cem páginas. A temática abordada seria composta de palestras realizadas nas *Conferências Populares da Glória*, entre 1873 a 1876, desvendando variados assuntos, como exemplo: das ciências naturais e sociais, da política, da gestão pública e da cultura. Contudo, esse periódico se manteve ativo apenas no ano de 1876.

Na Biblioteca da Câmara dos Deputados no setor de Obras Raras¹⁰ estão disponíveis as conferências, cartas, trabalhos diplomáticos e administrativos de Correia Neto. Nossas informações vêm da obra *Conferências e outros trabalho*, de Cardoso(1885) que compilou 465 Conferências¹¹, das quais foram lidas as cinquenta proferidas pelo conselheiro e, selecionadas dez como fonte e objeto para a pesquisa, por tratarem diretamente das questões relacionadas à instrução pública. São elas: “Ensino Primário Obrigatório” (23 de novembro de 1873), “Necessidade das Escolas Normais” (11 de janeiro de 1874) “A instrução da Família” (3 de outubro de 1875); “A riqueza Intelectual” (8 de março de 1875); “Direção do Ensino. Importância da instrução nos destinos da Humanidade” (15 de outubro de 1876); “A Educação na Família” (4 de junho de 1876); “A Educação das Crianças das ruas” (15 de outubro de 1876); “Não é monopólio do Estado o Ensino Superior” (1 de novembro de 1878); “Educação Física” (20 de novembro de 1878); “O Sentimento Religioso” (20 de abril de 1879). Além disso, foram considerados livros, capítulos de

⁹ A Hemeroteca Digital Brasileira da BNDigital é uma plataforma *online* que permite o livre acesso a mais de um milhão e meio de documentos, nos mais variados tipos e suportes, como livros, fotografias, mapas, manuscritos e periódicos.

¹⁰ A Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados é uma plataforma disponível que conta com rico e valioso acervo de obras raras que totaliza 4.685 volumes. Incluem pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais, dentre outros.

¹¹ De 1873 até 1884, foram realizadas 465 conferências por 114 conferencistas, das quais cinquenta foram proferidas por Manoel Francisco Correia Neto (CARDOSO, 1885).

livros e artigos publicados em periódicos qualificados na área de educação que tratam de assuntos educacionais para servir como subsídio teórico.

As conferências mapeadas ocorreram entre 1873 e 1884 e, nelas, é possível perceber as propostas e ações de Correia Neto voltadas para a instrução pública primária. Entretanto, nelas estão descritos os mais variados assuntos que poderiam despertar na elite letrada o interesse sobre a instrução do povo, o que consistia em uma de suas estratégias para instruí-los. O público que frequentava as Conferências era formado pela camada letrada da sociedade carioca, como, por exemplo, D. Pedro II, médicos, bacharéis, magistrados, parlamentares, políticos liberais, conservadores, estudantes e outros.

No levantamento de dados feito na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, cujo acervo, com todo o conteúdo histórico desde sua primeira edição, de 1838, se encontra integralmente digitalizado e disponível, para livre acesso e consulta no portal do Instituto, foram encontrados os discursos parlamentares, literários, diplomáticos, administrativos e pareceres do intelectual, sendo eles: tomo 60, parte 1^a, 1885-1897 e parte 2^a 1897; tomo 55, parte 2^a, 1890; tomo 57, parte 1^a, 1894.

As fontes apresentadas, foram confrontadas e, então, analisamos a maneira que Manoel Francisco Correia Neto se envolveu nos movimentos em prol da instrução primária, no período estudado. Essas considerações, objetivamos demonstrar a seguir.

2 MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E SUAS AÇÕES ENQUANTO INTELLECTUAL

Esta seção tem como objetivo apresentar as informações sobre a vida, a obra e as ações de Manoel Francisco Correia Neto. Para tanto, no primeiro momento ressaltamos algumas considerações sobre o que entendemos por intelectuais e o papel que desempenham na sociedade. Segundo Gramsci (1982), todos os homens são intelectuais, mas o que os diferenciam são as funções que cada um deles exercem em suas respectivas sociedades no seu tempo presente vivido, e isso justifica o autor classificá-los em dois grupos: orgânicos e tradicionais, bem como, o lugar que cada um ocupa na sociedade, tanto ideologicamente quanto na prática.

Em um segundo momento, faremos uma apresentação do trabalho de seu pai, Manoel Francisco Correia Júnior – o Moço. Correia Júnior atuou no Primeiro Reinado (1831-1840), portanto, a nossa intenção foi esclarecer que pai e filho empreenderam seus trabalhos em épocas diferentes do Brasil Imperial¹².

Na sequência apresentamos a biografia e obra de Manoel Francisco Correia Neto e as intervenções que ele desenvolveu ao longo de sua vida pessoal e política na sociedade imperial. Correia Neto atuou em várias frentes, dentre tantas ações importantes que se dedicou, destaca-se à causa da instrução pública.

2.1 O INTELLECTUAL: QUEM É? QUE TRABALHO DESENVOLVE NA SOCIEDADE?

O que se observa na historiografia, é que, um “[...] dos caminhos para o estudo da história da educação é a análise da obra e de ações de personalidades no cenário intelectual e político” (MACHADO; DORIGÃO; COELHO, 2016, p. 175). Nesse aspecto, estudar as produções e a atuação dessas personalidades no contexto educacional se faz necessário localizá-las no tempo e espaço, bem como, compreender a forma que os grupos sociais as concebem, tanto os intelectuais orgânicos quanto os intelectuais tradicionais.

¹² O período imperial se divide em cinco tempos, quais sejam: 1822-1831, primeiro reinado – 1831-1840, regência – 1840-1853, consolidação – 1853-1871, apogeu – 1871-1879 estabilidade e 1879-1889, declínio e queda.

Borges Neto e Machado (2018, p. 194) explicam que os intelectuais são indivíduos que “[...] ganham destaque pela força de suas ideias, pelos posicionamentos políticos assumidos publicamente, pela sua capacidade de mobilização da população e/ou por se tornar liderança, dirigente, de determinados grupos sociais”.

Nos debates sobre intelectuais, Gramsci evidencia em sua obra “Os intelectuais e a organização da cultura (1968)” que todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem a função de intelectual na sociedade (GRAMSCI, 1982). Desse modo, existe uma diferença entre o papel que cada um deles executa em seus respectivos grupos na sociedade de classes. Conforme, representados, os:

[...] intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapien* (GRAMSCI, 1982, p. 7).

Os intelectuais são os indivíduos que desempenham atividades humanas, as quais são importantes para o desenvolvimento social. Algumas dessas atividades não contribuem para a emancipação do sujeito, contudo, o indivíduo nem sempre tem consciência dessa determinação histórica. Isso ocorre porque a sociedade capitalista está dividida em duas classes que possuem interesses opostos, sendo elas: a classe burguesa e classe do proletariado (SAVIANI, 1999).

Por serem antagônicas, tais classes vivem em constante luta que ocorre de duas formas: na ação prática e na ação ideológica. Borges e Machado (2018, p. 194) prosseguiram explicando que, em meio a esse cenário, os intelectuais “[...] assumem papéis mediadores entre a esfera da produção e o complexo superestrutural (esferas ideológica, cultural, política e jurídica)”.

A crítica reportada às atividades dos intelectuais pode ser observada na obra de Marx e Engels intitulada “Manifesto do Partido Comunista” (1999). Os autores desempenharam seus trabalhos intelectuais e suas práticas políticas em prol da classe trabalhadora e teceram críticas à classe burguesa ao constatarem a exploração do proletariado no momento em que a burguesia “[...] centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade privada em poucas mãos” (MARX; ENGELS, 1999, p. 14).

Tais contradições geradas na sociedade de classes formam as bases que explicam a “[...] história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum a terra) toda a história da humanidade tem sido a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 77).

Ao definir que todos os homens são intelectuais, novamente, Gramsci (1982) esclarece que a escola criada pelo regime burguês, em parte, produz seus próprios intelectuais. Para defini-los, o autor aponta duas categorias, sendo elas: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. Trata-se do intelectual orgânico aquele indivíduo que assume uma liderança de um determinado grupo social, a partir de uma relação orgânica ligada às instituições que lhe originou. Por sua vez, os intelectuais tradicionais desenvolvem suas ações com o intuito de assegurar a homogeneidade de todos os segmentos sociais já existentes (GRAMSCI, 1982).

Como continuidade às ideias sobre intelectuais, Machado, Dorigão e Coelho (2016) prosseguiram explicando que os intelectuais assumem no contexto de crise da sociedade capitalista o papel de protagonista político. No entanto, em cada época:

[...] histórica vê surgir tipos sociais que simbolizam de certa maneira a atividade intelectual. A época clássica conheceu o homem da sociedade, o nobre da corte, o filósofo das luzes, o período moderno conhece o intelectual como personagem emblemático da nossa história. Sob essa ótica, a ação dos sábios e cultos na sociedade não representa nenhuma novidade em termos históricos, contudo, no século XIX, num contexto que evidencia contradições sociais e desenvolvimento tecnológico, em especial com a presença de jornais e de revistas como porta-voz da difusão de cultura e de posições políticas, contribui para formar a identidade dos intelectuais como protagonistas políticos (MACHADO; DORIGÃO; COELHO, 2016, p. 180).

O intelectual é aquele indivíduo que formula suas proposições e articula suas ações políticas de acordo com o grupo e a época à qual pertence como definido por Gramsci (1982). Todavia, o intelectual orgânico, ao representar seu grupo, se confrontará com estruturas solidificadas, as quais mantêm os projetos de sociedade de acordo com os ideais historicamente construídos.

Os estudos sobre os intelectuais, sobretudo aqueles que atuaram no século XIX, como fonte histórica, permitem compreender os debates e as lutas que ocorreram na sociedade imperial, tanto no campo ideológico quanto no campo da prática. Com base nesse pressuposto, é possível afirmar que Manoel Francisco Correia Neto foi um intelectual envolvido com seu tempo, desenvolvendo projetos e ações políticas em conformidade com as lutas vigentes nos moldes capitalistas.

É nessa sociedade que a burguesia elaborou suas proposições ideológicas com o intuito de assegurar seus interesses. Todavia, a escola criada pela burguesia se apresentava como um instrumento da classe dominante ligada ao interesse coletivo. Contudo, a escola tornava-se um dos instrumentos da reprodução do status e da própria sociedade, mas “[...] apesar de tudo, ela é um instrumento viável de luta porque com ela podem-se criar condições mais propícias não só para a democratização da educação, mas também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas” (CURY, 2002, p. 247).

Feitas tais ponderações, salientamos que Correia Neto, como político, foi membro do partido conservador que, por estratégia, manteve diálogo com os integrantes do partido liberal. Tratava-se de uma prática recorrente em suas proposições políticas e intelectuais, visto que seu principal objetivo era a institucionalização da instrução pública primária. O intelectual entendia que não se tratava de uma tarefa fácil, pois, tinha a concorrência da época e os embates de seus opositores. Entretanto, por se empenhar nessa luta ficou popularmente conhecido naquela época como o Eterno Falador! (NEGRÃO, 1928).

É nessa perspectiva que a pesquisa considera Manoel Francisco Correia Neto como um intelectual orgânico da sociedade imperial no fim do século XIX. Com base nessa reflexão, destacamos o caminho percorrido por ele, contemplando suas vivências pessoais, profissionais e sociais, as quais fornecerão subsídios para tal compreensão.

2.2 A PRESENÇA DE MANOEL FRANCISCO CORREIA JÚNIOR NO MOVIMENTO PELA A EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ

Antes de iniciarmos esta subseção, contudo, gostaríamos de esclarecer que a maior parte dos trabalhos que se ocupam em discorrer sobre a biografia do intelectual Manoel Francisco Correia Neto, tendem a um erro histórico, a partir do momento em que não distinguem avô, pai, filho e neto, visto que todos possuíam o mesmo nome.¹³

No período em questão, era comum nas famílias tradicionais o filho primogênito herdar o nome de seu pai, como uma forma de homenageá-lo ou somente para manter o *status* da linhagem familiar. Por isso, quando possuíam integrantes com o mesmo prenome e sobrenome, para diferenciá-los era acrescentado a eles (por sufixação) um agnome, como Júnior (Jr.), Filho (Fo.) e Neto (No).

Contudo, a atribuição dos agnomes nem sempre é suficiente para evitar equívocos. A pesquisa tem revelado que não é raro que os créditos do trabalho empreendido por Manoel Francisco Correia Neto sejam atribuídos à figura de seu pai, Manoel Francisco Correia Júnior, o “Moço”. Desse modo, é possível constatar que cada um atuou em uma época diferente, sendo necessário ao pesquisador localizar-se no tempo e espaço para caracterizar o trabalho de um e do outro adequadamente, por esse motivo destaca-se algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido por de Correia Júnior, na província do Paraná.

Nesta subseção apresentamos Manoel Francisco Correia Júnior, um dos idealizadores da emancipação da província do Paraná, então pertencente à província de São Paulo. No entanto, é necessário esclarecer que este trabalho não tem a intenção de aprofundar o estudo sobre a vida e a obra desse político, embora admita a relevância de suas ações políticas, econômicas e desbravadoras no Paraná no final do século XVIII, quando os primeiros Correias ou Corrêas desembarcaram em terras brasileiras (SANTOS, 1850).

¹³ A imagem dos “Correias” pode ser verificada no Apêndice A.



Fonte: acervo do Museu paranaense.
 Coordenador Renato Augusto
 Carneiro Júnior (2014).

Tive desejo de ser útil ao meu **país** promovendo a separação da Comarca de Curitiba. Parecia que isto me traria consideração entre os meus concidadãos. Ao **contrário**. Invejosos me desacreditaram; parente me perseguiram e eu me vi na necessidade, para salvar meu **crédito**, de me pôr em lugar ermo, afastando de tudo, à frente de meus engenhos, para ver se podia deixar a família educada e desembaraçada, aprendendo de mim que neste mundo as melhores ações só trazem desgostos (VARGAS, 2008, p. 23-24, grifos nossos).

A ilustração que trazemos, para início desta subseção, é, de Manoel Francisco Correia Júnior, o Moço, ele recebeu o mesmo nome do seu progenitor, bem como seguiu os passos dele. No percorrer de sua trajetória, alcançou sucesso nos negócios comerciais e, paralelamente, entrando para a política na Vila de Paranaguá. Ao entrar para a política ganhou notoriedade na sociedade de seu tempo como os apreços de seus pares e do Imperador D. Pedro I.

Antônio Vieira dos Santos, em sua obra “Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850)”, oferecida à ilustre Câmara Municipal da cidade de Curitiba em 1850, argumenta que Manoel Francisco Correia Júnior/Moço ficou conhecido, na história do Paraná, como “O emancipador” por ser um dos pioneiros na luta pela separação do Paraná do Estado de São Paulo (SANTOS, 1850).

O Comendador Manoel Francisco Correia Júnior (1809-1857) nasceu em Paranaguá, filho de Manoel Francisco Correia – o Velho (1776-1850)¹⁴. Após cursar as primeiras letras em Paranaguá, foi estudar o ensino superior (latim e engenharia)

¹⁴ O Tenente Coronel Manoel Francisco Correia – o Velho (1776-1850), nasceu em Vila de Feira, Beira, Portugal. Casou-se três vezes, sendo que o primeiro casamento foi com Maria Josepha de França, com quem teve uma filha chamada Maria. O segundo matrimônio foi com Maria Joaquina da Trindade, com que teve também um filho, apenas Manoel Francisco Correia Júnior – o Moço (1809-1857), no qual, Maria Joaquina teve um parto complicado e acabou vindo a óbito. O último casamento foi com Joaquina Maria da Ascensão, sua terceira esposa, com quem teve mais nove filhos: Joaquim Cândido, José Francisco, Maria Clara, Lourença Joaquina, João, Rosa Narcisa, Laurinda, Guilhermina e, por fim, o caçula, Manoel Euphrasio, nascido em 16 de agosto de 1839. Os onze filhos do patriarca da ilustre Casa nasceram dentro de um período vital de 39 anos. Correia Velho assentou praça como soldado na Companhia de grannadeiros do regimento de Milicias de Paranaguá, em 8 de abril de 1798 e ocupou todos os postos da hierarquia militar, chegando a ser sargento Mor. “[...] Pelos seus relevantes serviços foi condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo, em 1824 e como Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, em 1829” (SANTOS, 1850, p. 80).

em São Paulo, em 1821. Em 1824, regressou à terra natal e começou no ano de 1827 a seguir a carreira política. Seu primeiro trabalho foi ser praça no 2º Regimento de Artilharia da 2ª Linha e, no ano seguinte, foi promovido a 2º Tenente e, decorrido um ano, assumiu o posto de 1º Tenente. No ano de 1830, ocupou um cargo no 39º Batalhão de Caçadores. Em 1836, foi promovido a Tenente Coronel, na sequência ocupou o cargo de Chefe de Legião, em 1839. Esse cargo compreendia o posto maior do comando das “Guardas Nacionais de Paranaguá, abrangendo Antonina, Morretes, Guaratuba, Iguape, Cananéa e Xiririca (NEGRÃO, 1928).

Correia Júnior esteve presente na vida cultural e política da província do Paraná, suas ações políticas foram desenvolvidas no litoral de Paranaguá, na descoberta do caminho dos Campos Gerais e no desbravamento dos sertões do Tibagi, bem como no povoamento do Norte, do Oeste e do Sudoeste do estado (SANTOS, 1850).

No setor econômico, desenvolveu atividades relacionadas ao comércio imobiliário, na indústria de erva-mate e proprietário de escravo. Por ser um homem de confiança de D. Pedro I, fazia parte das elites dirigentes, tanto da respectiva província quanto do Estado, era defensor da separação da 5ª Comarca¹⁵ da Província de São Paulo (SANTOS, 1850).

Segundo Negrão (1928), Correia Júnior era maçom e fazia parte da classe abastada. Essa classe era composta por comerciantes, industriais, políticos, fazendeiros e latifundiários (grandes proprietários de terras e escravos) e se envolvia com a política e influenciava a administração da província de São Paulo. Isso porque eles fizeram uma contribuição voluntária para abrir estradas de ferro, manutenção de hospitais, escolas e Igrejas. Conforme sinalizou Santos (1850, p. 1450),

[...] escreveram vários cidadãos, entre eles: Leandro José da Costa Presidente da Câmara subscreveu com a quantia de 80\$000, o Tenente Coronel Manoel Francisco Correia/Velho 50\$ 000, João Machado Lima: 16\$000, Joze Machado de Oliveira: 6\$000, o Capitão

¹⁵ Essas informações se encontram em CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1500-1889)**. Maringá: Bertoni, 2004. O primeiro projeto de criação da província do Paraná, texto apresentado pelo deputado paulista Carlos Carneiro de Campos, em 29 de abril de 1843, na Assembleia Geral foi aprovado e assinado por D. Pedro II em 29/08/1853 e convertido em lei que levou o n.º 704 e teve a seguinte redação: “Dom Pedro Segundo por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembleia Geral Legislativa decretou e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º - A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de província, com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca” (CAMARGO, 2004, p. 159-160).

mor Manoel Antônio Pereira, 6 machados, 6 enxadas, 2 alavancas, 3 paz de ferro e em dinheiro: 50\$000, Manoel Francisco Correia Júnior: 10\$000 dentre outros, arrecadando um total de: 515 \$ 280.

O autor afirmava que tal prática era recorrente, até para uma simples roçada em volta da Vila de Paranaguá e de outros lugarejos, a vereança da Câmara convocava o público para contribuir com os custos (SANTOS, 1850). Diante dessa constatação, entendemos que a prática se tratava de uma estratégia para manter uma política oligárquica que contemplasse o protagonismo dos monarcas da época.

Nesse cenário de luta e disputa pelo poder, Correia Júnior iniciou uma campanha em defesa da emancipação da província paranaense. Com efeito, imprimiu um manifesto solicitando a separação da Comarca de Curitiba, a qual era vinculada à província de São Paulo e, por essa razão, foi considerado como um traidor pelos seus desafetos. Esse ato foi visto como uma ameaça velada, imperdoável, que “[...] acarretou-lhe a destituição de todo os comandos, transferidos a João da Silva Machado. Vítima do desagrado governamental, foi humilhado e esquecido” (VARGAS, 2008, p. 23).

Correia Júnior foi membro da Imperial Ordem de Cristo, coletor de rendas gerais, juiz de paz, delegado de polícia e um conceituado negociante de erva-mate, prosperou no comércio, chegando a acumular consideráveis recursos (SANTOS, 1850).

Dentre todos os feitos, o maior legado de Correia Júnior pode ser considerado como a preocupação com a educação de seus filhos. Buscou desenvolver neles as potências intelectuais, seu propósito era prepará-los para vida política. Dentre eles, os que mais se destacaram na vida pública foram Manoel Francisco Correia Neto e Ildfonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul¹⁶. Ao concluir essas ponderações, na seção seguinte trataremos da biografia e as ações políticas do intelectual em estudo.

¹⁶ Considerado como traidor da pátria, seu nome foi proibido ser pronunciado por décadas, até o momento em que se procedeu o reconhecimento de seu feito, conferindo-lhe os méritos de cidadão honrado, político correto e espírito cristão. Em 15 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei de nº 11.863, inscrevendo o nome de Ildfonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília (BRASIL, 2008). Posteriormente, em 17 de abril daquele ano em curso, o Vice-Governador do Estado do Paraná e Secretário de Estado da Educação, Flávio Arns, firmou convênio com a Associação Comercial do Paraná, fazendo com que passe a constar na grade curricular dos alunos da rede pública de ensino do primeiro grau, em todo o Estado, a história do Barão do Serro Azul (MARCON, 2012).

2.3 APRESENTAÇÃO DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO E SUA INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA



Fonte: acervo do Museu paranaense. Coordenador Renato Augusto Carneiro Júnior (2014).

Este parlamentar é talvez o que mantém mais numerosa correspondência com as províncias. Todos quantos se consideram esbulhados de seus direitos, violentados em seus interesses, **vitimados** da injustiça dos que tudo podem **oprimidos** pelos tiranetes políticos de aldeia, correm para ele, sejam **liberais** sejam conservadores conscientes de que terão no parlamento uma voz em seu favor. Tal é o motivo de sua popularidade; que é a razão porque este homem está **condenado a falar** eternamente (NEGRÃO, 1928, p. 281, grifos nossos¹⁷).

Para dar início à esta subseção, apresentamos uma imagem que retrata o intelectual em estudo: Manoel Francisco Correia Neto. A escolha da imagem, além de apresentar as características físicas do intelectual, tem o propósito de esclarecer a grafia correta do sobrenome “Correia”.

A falha fora cometida por Mario de Mello que, ao escrever uma carta a família de Correia Neto, modificou a grafia para Corrêa. Correia Neto, em diálogo com Agostinho Emilio de Leão (seu cunhado – esposo de Maria Bárbara e presidente província do Paraná, em 1866-1869) informou porque escrevia seu nome com –i: “[...] declarou que assim procedia porque seus pai e avô sempre se subscreveram de igual maneira. Embora reconhecesse o erro, achava que devia prevalecer, no caso, a tradição familiar” (NEGRÃO, 1928, p. 276).

Em decorrência desse fato, há biógrafos que escrevem o sobrenome de Manoel Francisco Correia com –i e outros com –a. Da mesma forma, como já foi explicado anteriormente, alguns escrevem o nome: Manoel Francisco Correia Neto ou Netto e outros escreve: Manoel Francisco Correia Júnior. No entanto, em nossa pesquisa, lhe atribuímos o nome de Manoel Francisco Correia Neto.

Feita tais ponderações, salientamos que Manoel Francisco Correia Neto foi um intelectual que atuou em várias frentes, como apontado na introdução, dentre as quais destacam-se: advogado; deputado, ministro, senador, educador, conselheiro

¹⁷ Optamos em usar a grafia oficial do novo Acordo Ortográfico de 1990.

do Imperador e conselheiro de Estado. Homem conhecido pelos contemporâneos de uma riqueza intelectual admirável, como reconheceu Silveira (1885, p. 9), ao escrever que entre os discípulos, do colégio de Pedro II, se sobressairia:

[...] entre a **plêiade** de poetas, de **publicitas** e de oradores que **naquela** época, a mais brilhante talvez das nossas épocas **acadêmicas**, ilustravam as bancadas da Faculdade; não ficaram na sombra o seu merecimento e o seu nome, Pelo **contrário**, nessa **atmosfera** formada pelas irradiações da **eloquência** e da poesia, onde a plenos pulmões respirava o talento e **sufocavam** as mediocridades; **láurea** Manoel Francisco Correia vivificantes **estímulos**, **granjeando** pela **aplicação**, pela **inteligência** e pelo **caráter** o apreço de seus **condiscípulos** e de seus mestres (grifos nossos).

Na avaliação do autor, o então aluno Correia Neto se destacaria no futuro por sua trajetória acadêmica exemplar. Compromissado com seus estudos, dedicou-se também às manifestações artísticas. Escreveu uma comédia teatral de nome “Magnetismo” e um romance intitulado “A praia da Glória”, ambos em 1854. Quanto o romance, sua notoriedade chegou tardiamente, quando seu autor já estava ocupando a pasta de ministro, em 1871. Mas, essa tentativa artística sem sucesso não o frustrou, pois ele usou esse talento para “colorir” os seus discursos que nunca faltou um tom poético (SENRA, 2006).

Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905), como romancista e dramaturgo, apenas semeou alguns “frutos” para o futuro. O seu legado deixado do final do século XIX no Brasil Império circunscreveu suas lutas e conquistas iniciadas com a sua carreira de funcionário público, em 1854, e que se acirraram em 1873 com a criação das “Conferências Populares da Glória”.

Nesse espaço, o intelectual procurou formular e articular inúmeras propostas e ações para a institucionalização da instrução pública primária que se concretizariam com “[...] a reforma da instrução pública paulista, implementada entre 1890 e 1896” (SAVIANI *et al.*, 2004, p. 19). Tratava-se de uma reforma geral, a qual foi irradiada para todos os estados do país e que marcaria para sempre a história da educação brasileira.

Correia Neto, apesar de ser um intelectual envolvido com as problemáticas de seu tempo e ter produzido obras importantes, é pouco conhecido no meio acadêmico dos dias atuais, conforme enfatizado anteriormente. Por isso, ao apresentá-lo à historiografia da educação brasileira, acreditamos que as novas

gerações de historiadores, pesquisadores e estudiosos da Educação possam se debruçar sobre as informações e conhecê-lo, em razão dele ter sido um importante intelectual no debate da instrução pública.

Nos escritos de Cardoso (1885), Manoel Francisco Correia Neto foi apresentado como um intelectual preocupado com a educação do povo, bem como, com a realidade que o país enfrentava sob diferentes enfoques daquele tempo, por isso, o maior desafio do conselheiro foi o de promover o processo formativo e a proteção às crianças desamparadas, abandonadas e órfãs, não somente aquelas desamparadas pelas suas famílias, mas também daquelas em que faltou a proteção do “[...] braço poderoso do Estado” (CORREIA NETO, 1873, p. 25).

Correia Neto participou ativamente dos discursos políticos, apresentando a realidade da educação de sua época. De acordo com o resultado do censo de 1872, o total da população escolar era de 41.514 meninos dos quais apenas 10.046 frequentava as escolas, portanto, “[...] 31.468 vegetam na ignorância” (CORREIA NETO, 1873, p. 27-28), em um momento que o Brasil pretendia se modernizar.

Em seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados, nas “Conferências Populares da Glória”, no “Instituto Histórico de Geografia”, na “Associação Promotora da Instrução” dentre outros espaços, ele sempre lembrava ao público presente o resultado do recenseamento de 1872, em que, o analfabetismo era generalizado no país. Acrescentava que, se as autoridades políticas não tomassem medidas emergenciais e se posicionasse a favor de um projeto educacional que incluísse “toda” a população no universo letrado, o progresso almejado para fazer frente à outra ordem social estaria comprometido.

Por isso seus discursos em favor da instrução pública eram inesgotáveis, suas palavras se convertiam em “arma” temível, todas as vezes que discursava em favor dos oprimidos (CARDOSO, 1885).

Em um fragmento retirado do jornal “A Pátria” e transcrito pelo jornal “A Gazeta Paranaense”, publicado na capital do Império é possível comprovar esse discurso.

[...] O conselheiro Correia presidiu durante muito tempo a **câmara temporária** e nessa **árdua** e **delicadíssima** tarefa teve ocasião de manifestar seus vastos recursos, o seu tino **prático**, a sua tenacidade na defesa das leis, **empenhando-se** em tempestuosas lutas agitadas por uma oposição em que brilhavam os mais belos talentos do parlamento. «Particularmente esse ilustre brasileiro é a

personificação da bondade. **Afável**, modesto, delicado, comunicativo, todos quanto se aproximam a ele sentem-se irresistivelmente atraídos e acorrentados por viva simpatia. «No seu trato, como nas suas maneiras, a distinção dos homens superiores; o seu **espírito** é vivo, penetrante, com fulgurações que denunciam uma vasta cultura e uma **finíssima** observação». «Quando por tais e tantos títulos o conselheiro Correia não houvesse conquistado a justa popularidade que cerca o seu nome, bastaria o **fato** de ser um dos mais **beneméritos** e ativos propugnadores do progresso intelectual do país, para conferi-lhe um lugar de honra na galeria dos grandes homens do Brasil». «A Pátria» **saúda** o eminente cidadão, o **infatigável** obreiro da instrução pública (NEGRÃO, 1928, p. 282-283, grifos nossos).

Há um certo exagero nessa asserção. O próprio Correia Neto, modestamente não concordava com esses excessos. No entanto, sua atuação era firme e serena ao conduzir as questões relacionadas aos interesses de seu país.

É importante sublinhar que a biografia de Manoel Francisco Correia Neto é um tema pouco explorado na produção acadêmica, mas não inédito. Autores como Bastos (2003), Cardoso (2005), Carula (2007), Candiá (2010), Kuhlmann Júnior (2005), Senra (2006) e outros apresentaram sua biografia de maneira sucinta. Entretanto, o levantamento de dados aqui apresentado não encontrou até o momento um único estudo que tenha utilizado o intelectual como objeto de pesquisa. Diante disso, compreendemos que se faz necessário apresentar informações sobre a trajetória intelectual ao longo de sua vida pública, política e pessoal no final do século XIX e início do século XX.

Manoel Francisco Correia Neto era filho do Comendador Manoel Francisco Correia Júnior, o “Moço” e de Francisca Pereira Correia, como já exposto anteriormente. Ele nasceu no dia 1º de novembro de 1831, na cidade de Paranaguá, então pertencente à província de São Paulo, a qual com a criação da lei em 1853, se integrou a província do Paraná.

Seu avô, Manoel Francisco Correia, o “Velho”, nascido na Vila da Beira em Portugal, chegou ao Brasil ainda jovem, estabelecendo-se em Paranaguá, cidade portuária que facilitou uma vida bem sucedida no comércio daquela vila. Fez carreira na milícia na vila de Paranaguá, no entanto entrou como praça, na primeira década do século XIX, chegando a tenente-coronel, em seguida, exerceu diversos cargos públicos na cidade, recebendo as comendas de Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem do Cruzeiro, sua atuação se deu no reinado de D. João VI, no Brasil (NEGRÃO, 1928).

Membro de uma família de classe abastada, não faltaram ao jovem Manoel, a princípio, os meios para iniciar desde cedo aos estudos. Aos seus 12 anos de idade, já tendo adquirido os conhecimentos elementares em sua cidade natal, foi para a província de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro.

Correia Neto, ao chegar a nova província, deu continuidade aos seus estudos, matriculou-se como aluno interno no Colégio “Freese”, cursando aulas avulsas. Segundo Silveira (1885), nessa escola Correia Neto foi bem sucedido, sempre procurou cumprir com esmero seu papel de estudante. Então, em meio esse universo de perspectiva e transformação, conquistou o carinho e o reconhecimento de seus professores.

De acordo com Silveira (1885), no dia em que Correia Neto completava catorze anos de idade, recebeu uma enciclopédia “Maunder”, cuja primeira página seu mestre lhe fez uma dedicatória, conforme observa-se na tradução do autor no quadro a seguir:

Quadro 2 – Dedicatória a Manoel Francisco Correia Neto

<p>- <i>I offer this to my young friend and pupil Manuel Francisco Correia, Neto, Captain of my College, as a small token of my sincere regard, accompanied by my ardent wishes that he may fond expectation of being on honor to his family,- a credit to himself,- and a benefit to his country. Institute of Nova' Friburgo, 1st November 1845, John H. Freese (SILVEIRA, 1885, p. IX).</i></p>	<p>(¹) Ofereço este livro ao meu jovem amigo e discípulo, Manoel Francisco Correia, Neto, o primeiro entre os meus alunos, como pequena prova de minha sincera consideração, a qual junto os meus ardentes desejos de que ele veja muitas vezes repetir- se feliz este dia, e viva para realizar a minha cordial esperança de que será uma honra para sua família, um credito para si mesmo, e um benefício para seu país. <i>John H. Freese (SILVEIRA, 1885, p. VIII).</i></p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2021) com base no esboço biográfico, de autoria de Amaro da Silveira, na obra sob o título “Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia” (1885).

Em 1849, conquistou a láurea do bacharelado em Letras pelo Imperial Colégio Pedro II, segue em 1850, para a província de São Paulo, onde cursou Direito na Faculdade de São Paulo, terminando o curso em 1854, com 21 anos de idade, graças em parte, à ajuda financeira recebida do seu avô, cujo montante de empréstimo pagou por inteiro em 1857 (CARDOSO, 1885).

Vale ressaltar que o Colégio de Pedro II¹⁸ era mantido “[...] pelo imperador e nos moldes dos liceus franceses, era considerado padrão de ensino secundário, sendo uma das instituições que possibilitavam aos filhos das elites ingressar nos cursos superiores” (PRIORE, 2006, p. 16). De acordo com a autora, tal Colégio era a porta de entrada para os jovens das classes abastadas se engajarem na carreira política, na medicina, na advocacia, na engenharia e serem bem-sucedidos e reconhecidos socialmente.

Ao corroborar com esse pensamento, Amorim e Ferronato (2014, p. 260) explanam que o ensino secundário ofertado no Colégio de Pedro II, deveria ser “[...] seguido por outras instituições congêneres em todo o Império, integrando um projeto civilizatório amplo que era o de preparar os quadros da elite nacional”.

Após formado, Correia Neto precisava arrumar uma ocupação, tendo em vista que a vida financeiramente confortável de sua família estava em decadência. Mas, mesmo distante de seus familiares, Correia Neto não esqueceria das palavras sábias de seu pai: “[...] vivendo com honra debes fazer por seres independente, visto que só o real serve se a maldade triunfa sempre das melhores, mais generosas e desinteressadas ações!” (VARGAS, 2008, p. 24).

De acordo com Negrão (1928), Correia Neto casou-se no dia 2 de fevereiro de 1855, com Mariana Ribeiro de Almeida Correia, filha do conselheiro Ribeiro de Almeida. Ela era natural de Maricá, Rio de Janeiro, com quem teve cinco filhos: Mariana Correia Pimentel, casada com o Dr. Joaquim Galdino Pimentel, então fidalgo da Casa Imperial, Lente da Escola Politécnica e ex-presidente da província de Mato Grosso. Manoel Francisco Correia Júnior¹⁹ – casado com Thalia Guimarães Correia, filha do Visconde de Nascar. Maria Elisa Correia, casada com o engenheiro civil Amaro José da Silveira, Amélia Correia (falecida) e Eduardo Correia (solteiro), magistrado no Estado do Rio de Janeiro, na província de Rio Bonito (NEGRÃO, 1928).

¹⁸ Fundado em 1837, o Colégio de Pedro II começou a funcionar em 1838 como internato, semi-internato e externato. “[...] Corridos dois decênios, o Decreto de 24 de outubro de 1857 desmembrou o estabelecimento em duas seções: – Externato e Internato do Colégio de Pedro Segundo. A divisão não alterou o nome principal do Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 281). Com o advento da República, retira-se o título do Colégio, determina-se a mudança de seu nome para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, para Ginásio Nacional. Em 1911 voltou seu nome de origem (DÓRIA, 1997).

¹⁹ Manoel Francisco Correia Júnior (1871-1889). Especializou-se em engenharia, farmacêutico químico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi deputado provincial do Paraná, pela duplicata do partido Conservador dissolvido pelo presidente Balbino. Ele faleceu em acidente ocorrido na Estrada de Ferro Central do Brasil, no município de Itabira do Campo, em 7 de dezembro de 1928 (NEGRÃO, 1928).

Sem ter inclinação para a advocacia, logo trocava o Direito e a Magistratura pelo mundo da política, foi seguindo o caminho de seu progenitor que Manoel Francisco buscou tirar seu sustento. Nesse seguimento, deu preferência ao trabalho público na área administrativa. Entre tantos desafios, começou uma luta em prol da instrução pública primária, engajando-se em campanhas para inserir o Brasil no rumo à modernidade (CARDOSO, 1885).

Ao começar sua carreira como funcionário público, não demorou muito para que Correia Neto fosse reconhecido no meio político e conquistasse a confiança de D. Pedro II. Em seu primeiro trabalho, ocupou o posto de 2º oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e tomou posse no dia 13 de dezembro de 1854. Mais tarde, foi promovido a 1º oficial da seção sob a administração do então marquês do Paraná – Honório Hermeto Carneiro Leão, que era membro do Partido Conservador, desempenhando o cargo até 1859. Por decreto, no mesmo ano, foi nomeado 1º oficial chefe de seção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (VALLADÃO, 1958).

Em 27 de abril 1860, por carta imperial, recebeu um convite para exercer o cargo de secretário da província do Rio de Janeiro, quando era presidente o Dr. Ignácio Francisco Silveira da Mota (1815-1885). Barão de Vila Franca. Entretanto, não ficou muito tempo nessa ocupação, logo precisou pedir dispensa de seu posto atual para assumir, em 1861, a chefia da seção dos Negócios Eclesiásticos, órgão que foi transferido, por lei de 1859, do Ministério da Justiça para o do Império.

Entre 1860 e 1862, ocupou o cargo de oficial de gabinete. Neste posto, recebeu a incumbência de chefiar as seções de todos os ministros do Império, a saber: conselheiro João de Almeida Pereira Filho, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, José Antônio Saraiva e José Ildefonso de Souza Ramos, os quais desempenharam um trabalho significativo para a sociedade imperial.

Correia Neto assumiu o cargo de consultor interino do Ministério da Justiça, sendo nomeado em maio de 1861, após o conselheiro José de Alencar ser impedido de assumir o cargo e, em março do mesmo ano, foi agraciado com Grã-Cruz da Ordem Christo de Portugal²⁰. Posteriormente, por carta imperial datada de 22 de março de 1862, enquanto prestava seus serviços ao gabinete, sob a administração do conselheiro José Ildefonso de Souza Ramos, depois Barão das Três Barras e

²⁰ *Ordem de cristo*: Era das mais antigas ordens militares e religiosas portuguesas distribuídas no Segundo Reinado. Os agraciados juravam obediência ao imperador em nome de Cristo. A ordem foi renovada no Brasil pela carta de lei de 19/06/1789, por D. Maria II, a qual constituiu-a em ordem honorífica (VARGAS, 2008).

Visconde de Jaguaray, o intelectual foi nomeado presidente da província de Pernambuco, momento em que ele entrou para a vida política (CARDOSO, 1885).

Às vésperas de sua viagem, Dr. Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, resolveu pessoalmente desobrigá-lo de aceitar tal cargo, por conta da pavorosa cólera-morbo²¹ que se alastrava em Pernambuco. Mas, “[...] na hora do perigo não desistiu da honrosa missão que lhe havia sido antes confiada. Em 22 de abril, entregou o relatório final dos negócios eclesiásticos, e partiu no dia seguinte para o Recife” (CARDOSO, 1885, p. 12).

Ao chegar à capital Recife, Correia Neto avistou um cenário devastador e, sem se apresentar como presidente da província, iniciou seu trabalho visitando os hospitais, ambulatórios e centros de tratamentos para os pacientes contaminados pela cólera, com isso, ele conferia terapia ministrada aos doentes. Na parte que lhe tocava, foi incansável na busca por recursos, por providências que minimizassem o sofrimento dos recifenses (SENRA, 2006).

Correia Neto destacou no relatório de 1862 que os recursos autorizados sob a sua responsabilidade, foram destinados para que houvesse a precisa prontidão da remessa dos socorros, e todos “[...] foram aprovadas pelo governo imperial, que não cessa de recomendar a adopção das medidas necessarias para attenua os efeitos daquela assoladora epedemia” (BRASIL, 1862, p. 3).

Sua passagem pela presidência foi breve, assumindo o cargo no dia 30 de abril de 1862 e pedindo exoneração em 2 de outubro do mesmo ano. Contudo, apresentou seu trabalho, como se verifica no relatório:

Ilmo. ao senhor Sr. Dr. João Silveira de Souza:

Ao entrar no **exercício** do cargo, encontrei funcionando a **assembleia** legislativa provincial. Os seus **atos serão** por V. EXC. Devidamente apreciados. Por eles verá V. EXC. Que animou aos dignos representantes do povo pernambucano o **louvável** espirito de economia que tão necessário é para que possa melhorar cada vez mais as finanças da **província persistência** uma bem entendida restrição na decretação autorização da despesa, deve concorrer poderosamente para que em pouco tempo se torne lisonjeiro, o estado dos cofres provinciais, se, como é de **pôr** sumir não houve sensível diminuição na receita (BRASIL, 1862, p. 2, grifos nossos).

²¹ Sobre a cólera-morbo, ler o livro: “Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918”, de autoria da Maria Antônia Pires de Almeida (2013).

A passagem de Correia Neto pela província de Pernambuco representou uma tentativa de conter os gastos, reorganizar as contas públicas, amortizar as dívidas, reorganizar as finanças e buscar recursos públicos. Seu antecessor foi Joaquim Pires Machado Portelln (Bacharel), 3º vice-presidente, que assumiu o cargo dia 20 de março de 1862 e seu sucessor foi João Silveira de Souza (doutor), que tomou posse da presidência dia 2 de outubro de 1862 (BRASIL, 1862).

De volta ao Rio de Janeiro, trouxe consigo a satisfação de haver legitimamente conquistado o apreço e a consideração de seus amigos e de seus adversários. Contudo, retorna para as secretarias do Império para dirigir a seção de Negócios Eclesiásticos, pasta que ocupou até janeiro de 1871.

Em 1868, no gabinete do Itaboraí, Correia Neto, atendendo ao pedido do ministro do Império na época, Paulino José Soares de Souza, reorganizou e compilou as consultas ao Conselho de Estado, referentes aos negócios eclesiásticos. Contudo, os assuntos eram variados, como casamentos mistos (entre católicos e evangélicos), abusos de autoridades eclesiásticas, honras de padres, ausência de párocos de suas dioceses, concessão e despesa com as Igrejas Católicas, funcionamento e aprovação de estatuto das irmandades, nomeação de sacerdotes estrangeiros, bem como, avisos e circulares expedidos para que as Resoluções fossem tratadas por órgão competente.

Esse trabalho resultou em três tomos denominados de “Compilação e anotação das consultas do Conselho de Estado”, referentes aos negócios eclesiásticos, sendo o primeiro publicado em 1869 e o segundo e terceiro tomos no ano seguinte. A obra rara contém setecentas páginas e, em cada consulta, além de apresentar o relato da autoridade que a atendeu conta com algumas anotações do conselheiro Correia Neto (CORREIA NETO, 1869).

Apesar de residente no Rio de Janeiro, Correia Neto envolveu-se em campanhas eleitorais no estado do Paraná. Consciente daquilo que era melhor para sua carreira e para o país, em 1869, concorreu a eleição para deputado, pelo Partido Conservador, saindo vitorioso, conforme o resultado apresentado para a 14ª Assembleia Geral Legislativa. A publicação de 20 de março, pelo jornal “Dezenove de Dezembro”, apresentou os dados relacionados à eleição, conforme descritos no quadro abaixo:

Quadro 3 – Eleição para deputado na província do Paraná

DEPUTADO GERAL – 1869-1872	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	VOTOS
Manoel Francisco Corrêa	Corte, RJ	Empregado Público	166
Joaquim Dias da Rocha	Curitiba	Médico	153
Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	Palmeira	Fazendeiro	35
Manoel Alves de Araújo	Antonina	Advogado	19
Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Curitiba	Médico	3
Bento Fernandes de Barros	Curitiba	Advogado	1
Generoso Marques dos Santos	Curitiba	Advogado	1

Fonte: elaborada pela autora (2021) de acordo com os dados do Jornal “Dezenove de Dezembro”, 23/03/1869.

Foi neste ano que pela primeira vez Correia Neto apareceu na câmara dos deputados, em uma legislatura que os conservadores eram majoritários, ele teria colegas importantes como:

[...] Andrade Figueira, Antonio Prado, Cândido Mendes, Coelho Rodrigues, Duarte de Azevedo, Evaristo da Veiga (Sobrinho), Fernandes da Cunha, Ferreira Viana, Francisco Belisário, Gomes de Castro, João Alfredo, João Cardoso de Meneses e Sousa (Barão de Paranapiacaba), João Mendes de Almeida, Joaquim Delfino, José de Alencar, José Maria da Silva Paranhos Filho (futuro Barão do Rio Branco), Melo Moraes, Perdigão Malheiro, Paulino José Soares de Sousa (ministro do Império), Pereira da Silva, Pinto de Campos, Rodrigo Silva, Silveira Martins, Teixeira Júnior, Tristão de Araripe, Vieira da Silva, entre outros (VALLADÃO, 1958, p. 28).

Além de receber apoio da cúpula conservadora, Correia Neto contou com a ajuda de seus concidadãos para ser eleito na legislatura subsequente, ou seja, na 15ª legislatura, onde permaneceu até 1877. Isso significava dizer que ele assumiu o cargo de deputado geral, o que equivaleria ao cargo de deputado federal nos dias de hoje.

Correia Neto assumiu seu mandato de deputado em 11 de maio de 1869 e, no dia 20 do mesmo mês, ocupou a tribuna, encarregando-se de tratar de um projeto referente aos escravizados. Assim que se inteirou do assunto, voltou a discursar sobre ele no debate da sessão de 28 de julho daquele ano. Portanto, o debate para aprovar os recursos referente à saúde dos cativos, mostrava-se desanimador. Então, Correia Neto conhecedor do complexo assunto das finanças, pela prática desde a gestão do Visconde de Itaboraí, portanto aprova tais recursos.

Podemos constatar que, Correia Neto tinha uma preocupação acrescida com os escravizados, sobretudo, com as mulheres. Diante dessa concepção, o intelectual elaborou um projeto concedendo loterias em prol de libertá-los, e, por conseguinte, apresentou a câmara dos deputados, em 5 de junho de 1869, conforme observa-se:

[...] Art. 1º Fica concedido o produto de cinco loterias, que todos os anos se extrairão na corte e que não serão sujeitas a imposto algum, para com ela libertar-se o maior número possível de escravos preferidos os do sexo feminino, e, dentre estes, os de menor idade. O dito produto será entregue à administração da Santa Casa da **Misericórdia** da corte, que no 1º de janeiro de cada ano **convidará** pelas folhas públicas de maior circulação os possuidores de escravos que desejarem aliená-los e apresentarem suas propostas, e preparará tudo para entregar aos libertados as respectivas cartas no dia 2 de julho. § 1º Na mesma santa casa **existirá** um livro em que se lançarão os nomes dos que entregarem ao empregado incumbido desse serviço quaisquer donativos para o fim acima indicado; e uma caixa de esmolas para redenção dos cativos, em que possam ser recolhidos iguais donativos de pessoas que não se quiserem dar a conhecer. O produto **anual** destes donativos serão reunido ao das loterias para calcular-se o número de alforrias que puderem ser concedidas. § 2º A administração da Santa Casa da **Misericórdia** da corte publicará, no **princípio** de cada ano, uma relação de todos os donativos feitos no ano anterior, e os nomes dos que tiverem se inscrito no livro criado no § 1º Art. 2º Em todas as **câmaras** municipais **haverá** um livro e uma caixa com destino igual aos de que trata o § 1º do art. 1º. Logo que haja quantia suficiente para se conceder uma alforria, a **câmara**, para **levá-la** a efeito, promoverá por editais, publicados pela imprensa, sempre que for **possível**, a apresentação de propostas, e **resolverá** sobre elas, guardadas as preferências estabelecidas no artigo antecedente. Art. 3º Só deixarão de correr as loterias de que trata o art. 1º quando estiver extinta a escravidão (CORREIA NETO, 1870a, p. 115-116, grifos nossos).

Correia Neto, naquele momento, não demonstrou apenas conhecimento sobre finanças e ciências. Ele conseguiu perceber que a luta dos escravos era árdua; além disso, buscou apresentar um projeto para minimizar o sofrimento dos cativos. Desse modo, observa-se que suas ações políticas naquele momento foram de avanço porque fizeram concordância à elite liberal.

No exercício do mandato legislativo, logo se sobressairia pela aliança firmada com várias lideranças políticas, pois tinha uma boa prática administrativa em relação aos seus trabalhos parlamentares. Apresentou projetos importantes, um deles a respeito da naturalização, posteriormente, encaminhado para o Senado, o qual saiu com emendas, para ser sancionado na Lei nº 1.950 de 1871. Foi afirmado em seu artigo 1º que o Governo ficava autorizado para conceder carta de naturalização a

“[...] todo o estrangeiro maior de 21 anos, que, tendo residido no Brasil ou fora dele em seu serviço por mais de dois anos, a requerer, declarando a intenção de continuar a residir no Brasil ou a servi-lo depois de naturalizado” (BRASIL, 1871b).

Na sessão de dia 5 de junho de 1869, Correia Neto apresentou um projeto determinando que se procedesse à matrícula de escravos em escolas específicas. Buscou, proibir a venda de escravos em leilão, bem como criou uma caixa de donativos destinados à libertação dos cativos.

O conselheiro participou ativamente da elaboração a Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre, a qual declarava livre os filhos de escravos nascidos após aquela data. Segundo ele, era inconcebível “[...] que, sob o nosso formoso céu, ninguém mais recebesse o primeiro raio de luz senão acariciado pela aura da liberdade” (CORREIA NETO, 1883b, p. 316).

Correia Neto, em 24 de maio de 1872, revisou o Regulamento Consular pela força do Decreto nº 520 de 11 de junho de 1847, visto que, com a expansão do comércio marítimo propiciada pela abertura de novos mercados em escala global, houve a necessidade de revisar tal documento (Regulamento de Saturnino de Souza), que se prolongava por mais de 25 anos. O documento de Correia Neto vigorou até 1899 e trazia instruções sucintas em seu conteúdo, sendo composto por um total de 233 artigos (NEGRÃO, 1928).

Em 1872, Correia Neto assumiu o posto de diretor geral da Repartição de Estatística e Arquivo, cargo em que dirigiu o primeiro recenseamento da população do Império, cumprindo as disposições do Art. nº 14 § 13 do regulamento que baixou com o Decreto nº 4.676 de 14 de janeiro de 1871, apresentando o relatório final em 1876, redigido em 23 volumes contendo 8.546 quadros (BRASIL, 1877b). Assunto que discutiremos na seção a seguir.

O Conselheiro Correia Neto havia apenas organizado a secretaria da repartição de estatística, inaugurada em 1º de março de 1871, quando, no mesmo mês e ano, foi criado o Gabinete Rio Branco (7 de Março), em cuja ocasião houve uma movimentação entre os parlamentares conservadores para escolher um ministro para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros. O nome cogitado foi o de Correia Neto, que, inicialmente, recusou a oferta. Sucessivamente, o Visconde do Rio Branco conseguiu convencê-lo, dizendo-lhe que havia pensado em desistir do gabinete naquele ano. Esse foi o argumento usado por ele para convencer Correia Neto a aceitar o posto.

A insistência de Rio Branco revelava a sua admiração e apreço pela dedicação e atitude decisiva de Correia Neto, face aos debates referentes à Lei do Ventre Livre daquele ano. Portanto, naquele momento, Rio Branco teria que ter um parlamentar que se inspirasse na democracia brasileira ao ponto de por “[...] à prova todas as energias de seu talento afim de salvar as dificuldades que então surgiram nesta parte do continente” (NEGRÃO, 1928, p. 281).

Mediante a preocupação com os rumores de guerra entre Brasil e Argentina, o Barão de Cotegipe escreveu uma carta no dia 25 de junho de 1872, com a finalidade de mostrar a Manoel Francisco Correia Neto, alguns equívocos cometidos pelo Dr. Tejedor, ministro das Relações Exteriores da Argentina, quanto aos atos praticados durante as negociações entre ele e o comissário do Paraguai. Assim explicou:

[...] 1º. que fosse inserida no Tratado definitivo a clausula do **Protocolo** anexo ao de Aliança, pela qual inibia-se ao **Paraguai** conservar e levantar novas fortificações à margem dos Rios; 2º. que os Aliados reservavam-se o direito de **conservar** parte de seus exércitos no **Paraguai** para garantia da execução dos ajustes celebrados e manutenção da boa ordem. A inserção da **cláusula** do **Protocolo** anexo ao Tratado do 1º. de Maio no Projeto de paz definitivo ficara adiada, por acordo comum dos aliados, para as negociações **em Assunção**; **ela** não podia ter cabimento senão no instrumento comum, porque era uma obrigação comum (COTEGIPE, 1872, p. 6, grifos nossos).

Cotegipe finalizou sua carta, com a afirmação de sua concordância, discordâncias e inovações em algumas questões. Contudo, solicitou a Correia Neto, que se inspirava nas verdades dos fatos, porque a questão era grave, e prosseguiu afirmando ser preciso reduzir danos urgentemente, para que pudesse reinar a paz entre os dois países vizinhos Brasil e Argentina (COTEGIPE, 1872).

Ao reconhecer as dificuldades que envolviam a questão, o ex-presidente argentino Bartolomeu Mitre, foi ao Rio de Janeiro em missão diplomática a fim de reestabelecer a aliança entre os dois países, aliança que estava comprometida pela polêmica causada depois que Carlos Loizaga (militar e político paraguaio) e João Mauricio de Wanderley (barão de Cotegipe) assinaram o tratado Cotegipe-Loizaga, na cidade de Assunção, capital do Paraguai, em 9 de janeiro de 1872.

Com efeito, isso gerou várias críticas entre os jornais brasileiros e argentinos. No Brasil “A Republica e A Reforma” questionavam as assinaturas dos então

inimigos de guerra do Brasil com o Paraguai, separadamente da Argentina, a qual era aliada do Brasil naquele evento. Da mesma forma, a imprensa argentina atacava o Brasil, por exemplo, “*O La Nación*”, um jornal diário argentino, fundado pelo então presidente Bartolomé Mitre, acusava Cotegipe, de favorecer apenas o governo imperial, desaprovando totalmente a diplomacia brasileira.

Portanto, as críticas de Mitre criaram um clima de guerra entre as duas nações (Brasil e Argentina), pois ele mostrava a sua convicção de que o Brasil tinha violado o “Tratado da Tríplice Aliança”, assinado em 1º de maio de 1865 entre o Império do Brasil, a República da Argentina e a República Oriental do Uruguai, em benefício próprio (CORREIA NETO, 1897).

O Tratado de limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai foi incorporado à legislação brasileira, por meio do Decreto nº 4.911 de 27 de março de 1872, assinado pela Sua Alteza a Princesa Imperial Regente e pelo conselheiro Manoel Francisco Correia Neto, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. Com cinco artigos, o Decreto definia algumas regulamentações, conforme apresentado no primeiro artigo:

[...] Sua Alteza a **Princesa** Imperial do Brasil, Regente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a República do **Paraguai**, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em **declará-los, defini-los, e reconhecê-los** do modo seguinte: O **território** do **Império** do Brasil **divide-se** com o da **República** do **Paraguai** pelo **álveo** do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo Rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda. **Daí** segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy. Prossegue pelo mais alto desta Serra até a nascente principal do rio da Prata, e baixa pelo **álveo** deste até sua foz na margem oriental do rio **Paraguai**; Todas as vertentes que correm para norte e leste pertencem ao Brasil e as que correm para sul e oeste pertencem ao **Paraguai**. A ilha do Fecho dos Morros é do **domínio** do Brasil (BRASIL, 1872, grifos nossos).

Neste sentido, a Argentina se sentiu traída e, no seu entender, o Brasil teria violado o Tratado da Tríplice Aliança, o que provocou a nota de 27 de abril, “[...] do ministro dos Negócios Estrangeiro da Argentina, Carlos Tejedor, ao governo brasileiro, referida pela imprensa tanto brasileira quanto argentina como impolítica e

considerada como ofensiva a dignidade do Império” (TELLES, 2010, p. 140). Tejedor reivindicava a revisão dos limites no Paraguai.

Ainda nessa pasta, Correia Neto estava incumbido de julgar as aspirações empregadas no Art. 3 do tratado de paz entre o Império brasileiro e a República do Paraguai, que dava direito à indenização aos senhores brasileiros sobre os escravos que haviam sido mortos, apreendidos ou extraviados pelas forças que invadiram as províncias de Mato Grosso e São Pedro do Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai, cujo valor reclamado era em torno de “[...] dez milhões de pesos fortes e, supondo que a comissão liquidadora o conceda integralmente, só os juros anuais montarão a seiscentos mil pesos, isto é, absorverão a totalidade da renda do Paraguai” (BRASIL, 2009, p. 54).

Depois de examinar o supracitado tratado, Correia Neto criticou o acordo e registrou em seu parecer na primeira seção do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 26 de junho de 1872, como bem observou o Sr. João Pereira da Silva:

[...] as instruções dadas pelo conselheiro Correia, ao comissário brasileiro não o sujeitam a regras positivas; recomendam-lhe que julgue segundo a sua razão e de conformidade com os princípios de justiça e equidade. O julgamento pela comissão é o primeiro meio de remediar o mal de que se queixa o governo paraguaio e só se poderia prescindir dele se os dois governos concordassem em marcar uma quantia que fosse paga imediatamente pelo Paraguai e distribuída pelo do Brasil a seu juízo; mas, como o Paraguai não tem recursos para tal pagamento, não se deve adotar esse alvitre. O pagamento em dinheiro poderia ser substituído por títulos que vencessem juros, porém esse arbítrio – que, estando já adotado, como se vê do respectivo tratado, não é meio substitutivo que melhore as condições da república – tem um inconveniente grave, que lhe é comum e no sistema do pagamento imediato, e vem a ser o de atender igualmente a todas as reclamações, fundadas ou infundadas, razoáveis ou exageradas. O modo mais seguro de proceder é sujeitar todas as reclamações ao julgamento da comissão, como determina o tratado, e fazer depois efetiva qualquer concessão que o Governo Imperial promettesse. A ação dos dois governos não deve ser substitutiva, como parece querer o Sr. Sousa, mas simplesmente auxiliar (BRASIL, 2009, p. 55).

O intelectual enfatizava que, considerando que a Guerra do Paraguai (1864-1870) era de interesse dos países envolvidos (Uruguai, Argentina e Brasil – Tríplice Aliança), então, os danos e prejuízos tanto para as propriedades públicas quanto privadas, bem como o empréstimo contraído em Londres, deveriam ficar aos

encargos das despesas de guerra, motivo pelo qual o Paraguai não poderia pagar o valor requerido pelos empresários e pelo governo imperial.

Outro assunto polêmico foi a discussão do projeto sobre “Exames de Preparatórios”, na Câmara dos Deputados, no qual, ele se posicionou contrário à ampliação das mesas de exames por acreditar que a entrada do aluno no curso superior deveria ficar a cargo da instituição escolar e não do Estado. Isso ficou registrado em sua fala:

[...] Começarei declarando que não sou favorável a multiplicidade das mesas de exames, em que se possam habilitar os estudantes para a **matrícula** nos cursos superiores, que só existem na Corte e nas províncias de Pernambuco, Bahia e S. Paulo. Tenho para isto **razões** fornecidas não só pelo estudo da questão, como pelo que se passa entre outros povos. Sr. presidente, a questão do exame é inteiramente separada da questão do estudo. A **assembléa** geral resolve. Muitos podem saber, sem nunca ter feito exame; o exame é simplesmente uma providência estabelecida pela autoridade **pública** para apreciar se **aqueles**, que desejam cursar as aulas superiores, tem as habilitações preliminares que são essenciais para o aproveitamento **naqueles** cursos. É uma medida preventiva de que se serve o Estado para não abrir a faculdade superior senão aquele que vá **frequentá-la** de modo que possa utilmente exercer as carreiras **públicas** a que pôde aspirar, em **consequência** dos **graus científicos** que as faculdades concedem. O que é de rigorosa obrigação é ter mesas de exame onde há matrícula para cursos superiores. Mas a também **de** considerar a questão da **conveniência**; é exatamente neste ponto que as opiniões tem divergido – Annais do Senado, livro 7 (BRASIL, 1875, p. 84, grifos nossos).

No exposto, percebemos que Correia Neto não se manteve alheio às problemáticas educacionais. Nesse caso em particular, a medida não era confiável para comprovar se o aluno estaria apto ou não para ingressar no ensino superior, pois dependia da rigorosidade dos examinadores.

Nos anos que se seguiram, o intelectual foi conquistando a confiança e amizade de seus pares. Na última sessão da 15ª legislatura, em 9 de outubro de 1875, houve uma manifestação assinada por todos os parlamentares presentes, muitos opositores. Na respectiva ata foram registradas as manifestações de agradecimentos a ele, que o definia como um parlamentar exemplar pela sabedoria, “[...] retidão e imparcialidade com que dirigiu os trabalhos parlamentares durante tão largo espaço, o fazem por meio desta manifestação, a qual deverá ser transcrita no

jornal que publica os trabalhos da casa e nos anais desta sessão” (VALLADÃO, 1958, p. 72).

Em 1877, Correia Neto teve seu nome na lista tríplice apresentada pela Província do Paraná, sendo nomeado senador do Império, tomando assento na câmara vitalícia, conforme o Ofício de 12 de abril de 1877, do ministério do Império, comunicando, em resposta ao do senado que “[...] Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, ficou inteirada de haver prestado juramento e tomado assento no senado, nessa data, o conselheiro Manoel Francisco Correia, senador do Império pela província do Paraná” (Primeira sessão da 16ª legislatura) (BRASIL, 1877b, p. 134).

Correia Neto, ao tomar posse, no dia 20 de abril, apresentou um projeto. Propôs no começo da legislatura que se procedesse “[...] a apuração dos votos dos membros das assembleias legislativas provinciais do mesmo modo que se procede no correr da legislatura que peço que seja remetido á honrada comissão de constituição” (BRASIL, 1877b, p. 135). Após assumir este posto, tornou-se um dos mais atuantes no parlamento.

Em Ofício do dia 23 de fevereiro de 1883, o Secretário da Comissão central da emancipação do município da Corte, Dr. Vicente de Souza (1852-1908)²², nomeou Correia Neto delegado da freguesia da Glória. Ao aceitar o cargo, ele buscou ajuda financeira, sobretudo dos abolicionistas, com objetivo de propagar o fim da escravidão no Brasil.

Entretanto, ascenderam as críticas de alguns opositores, os quais não aprovaram essa ocupação. Por exemplo, do político e escritor João Manuel Pereira da Silva, que, em uma passagem de sua obra “Memórias do Meu Tempo” (2003), teceu críticas ao gabinete Visconde do Rio Branco. O escritor se referia aos parlamentares conservadores, inclusive ao Correia Neto. Conta que, em 1870, em sessão na Câmara dos Deputados, tais parlamentares votaram contra os projetos particulares a respeito da abolição dos escravizados, levantando “[...] todos os obstáculos possíveis à aprovação” (SILVA, 2003, p. 17). Correia Neto (1897), em resposta, disse:

²² Vicente de Souza, nasceu livre, um dos primeiros militantes socialistas do Brasil. Professor, médico e editor de jornais; abolicionista e republicano; “[...]combatente de teorias raciais que incutiam a inferioridade de ‘negros e mestiços’ e defensor da imigração de europeus como saída para o problema da alegada falta de mão de obra no país” (PINTO, 2019, p. 272).

[...] Em **conferência** que fiz a 10 de Novembro de 1895 na Escola Senador Correia sobre educação dos maltrapilhos, proferi estas palavras: “Tive a satisfação de cooperar com meu voto, que nunca **vacilou**, para a abolição da escravidão”. O meu **juízo** a esse respeito estava tomado desde muito. Entretanto para o parlamento, apressei-me em propor medidas preparatórias. O que, por motivos relevantes de ordem **política**, não me apartei nunca do **propósito** de concorrer para que chegasse o dia **auspicioso** em que, com disse **também** na aludida conferência, “não mais assentamentos de óbitos, lavrados sob o **teto** dos santuários, contivessem uma declaração, que propiciava o **céu** para os **cativos** da terra”. Si o meu testemunho puder concorrer para esclarecer esse **fato histórico** de algum outro ponto tratado pelo conselheiro Pereira da Silva, procederei como ora faço (CORREIA NETO, 1897, p. 106, grifos nossos).

Neste exposto, percebe-se que Correia Neto, naquele momento, atuou em conformidade com a posição da cúpula conservadora. No entanto, ele lembrava aos seus desafetos que sempre defendeu a emancipação dos escravizados, tanto que elaborou projetos determinantes para que se procedesse às matrículas deles, bem como à criação de fundos donativos destinados a comprar Carta de Alforria e, num futuro próximo, a indenizá-los.

Correia Neto retomou, o assunto em resposta às críticas de alguns políticos abolicionistas, sobretudo, de Joaquim Nabuco (1849-1910), o qual atribuía à escravidão as políticas retrógradas dos conservadores monarquistas.

[...] Se não fossem os interesses avultados que se enraizaram à sombra da lei, e que não podem por isso ser tratados com menos consideração, não tremeria a mão de brasileiro algum abolido a escravidão, ou antes apressando a destruição de um **edifício** em ruínas. Não se dá, porém, o caso de **aplicar a** enfermidade social remédios violentos. Seria curar uma parte do organismo abrindo chagas sangrentas em outras (CORREIA NETO, 1883a, p. 314, grifos nossos).

Evidenciamos um profundo conhecimento das concepções escravocratas, Correia Neto correlacionava a necessidade de elaborar políticas públicas e econômicas frente à uma nova fase de trabalho assalariado, pois sua preocupação era que os senhores, donos de escravos, deixassem desabrigados e desassistidos os libertos, entre os quais se encontravam os inválidos, doentes e idosos, todos em situação de analfabetismo.

Nos anos de 1886, a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, admitiu a entrada do senador Correia Neto para o corpo de sócios daquela agremiação. Ao atuar como vice-presidente, cabia a ele analisar e

apresentar parecer sobre o ingresso dos novos sócios. Vale ressaltar que o IHGB foi criado, em 1838, com o objetivo de coletar e organizar documentos escritos e etnográficos, informações históricas e geográfica, desenvolver a cultura historiográfica além disso, o órgão disponibilizava de salas para as reuniões, sobretudo, as diplomáticas.

Com presença frequente no senado, Correia Neto se especializou em assuntos técnicos dos Ministérios da Guerra e da Marinha, embora “[...] sempre tivesse uma palavra e uma opinião sobre assuntos de natureza diversa, quer fossem políticos, econômicos, financeiros, administrativos, jurídicos, culturais. Suas intervenções eram firmes e sem exibicionismos estéreis (SENRA, 2006, p. 464).

No que se refere à questão da abolição, Correia Neto participou da comissão especial criada para analisar a proposta, a que determinou o fim da escravidão no país, sendo enviada à Assembleia Geral, no dia 8 de maio de 1888, pela Princesa Imperial Regente Isabel. Tal proposta foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado.

No senado, apenas dois senadores se posicionaram contrários à iniciativa, os conservadores, João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe (BA), e Paulino Soares de Sousa, visconde do Uruguai (RJ). Naquele clima de entusiasmo, o senador Antônio Cândido da Cruz Machado, que exercia a presidência da Casa, formou uma comissão composta pelos senadores: Sousa Dantas, Affonso Celso (pai), o Visconde de Ouro Preto (MG), Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ), José Antônio Correia da Câmara (RS), Alfredo Escagnolle Taunay (SC), Manoel Francisco Correia Neto (PR), dentre outros. Tal comissão “[...] seguiu para o Paço com o projeto em mãos, para a sanção da Princesa Regente D. Isabel” (JORNAL DO SENADO, 1888, p. 2). Contudo, a Lei foi sancionada, em solenidade, no Paço da Cidade, e chamada Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888), com apenas dois artigos, declarava extinta a escravidão no Brasil (JORNAL DO SENADO, 1888).

Depois de Correia Neto ter alcançado uma cadeira no Senado, D. Pedro II quis nomeá-lo Veador da Casa Imperial, e distingui-lo com o título de Visconde, mas o intelectual não aceitou o título honorífico e solicitou dispensa dessas altas distinções (NEGRÃO, 1928).

Correia Neto atingiu o apogeu de sua carreira política em 1887, ao ser nomeado Conselheiro de Estado pelo decreto de 4 de setembro de 1886. Os

conhecimentos adquiridos nas funções exercidas anteriormente foram de suma importância para desempenhar as novas tarefas juntos aos estadistas do Império.

Vale destacar que, no Brasil Império, foram instalados três Conselhos de Estado distintos. O primeiro foi criado entre 1822 e 1823, antes da Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822, momento em que o Brasil emancipou-se politicamente de Portugal, constituindo-se como Estado Nacional e adotando o regime monárquico. O segundo Conselho ocorreu de 1823 até 1834, criado por D. Pedro I, logo após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, tendo papel importante na elaboração da Constituição Brasileira de 1824, e foi encerrado pelo Ato Adicional de 1834. O terceiro e último Conselho de Estado foi criado pela Lei nº 234, de 23 de novembro 1841, e vigorou durante todo o Reinado de D. Pedro II, dissolvido com o advento da República, em 1889 (RODRIGUES, 1973).

Esse último órgão contava com 72 conselheiros vitalícios, dentre os quais se destacava Manoel Francisco Correia Neto. Ele fazia parte do Conselho do Estado. Segundo Rodrigues (1973), Conselho de Estado e Conselho do Imperador não eram sinônimos, pois cada um se distinguia de acordo com as funções desempenhadas pelos conselheiros. Os membros do Conselho de Estado, tinham como função auxiliar o imperador no exercício do Poder Moderador e do Poder Executivo (chefe) (RODRIGUES, 1973).

O Imperador precisava do consentimento do Conselho de Estado para declarar a guerra, negociar a paz, nomear senadores, dentre outros, portanto, o conselheiro de Estado tinha uma ocupação pública e remunerada, ou seja, era um tratamento, e não um título. Em relação ao Conselho do Imperador, não era desenvolvidas tais funções, pois se tratava de um título, uma graça honorífica. Rui Barbosa foi um conselheiro do Imperador, mas esse título não lhe dava o direito de exercer uma função dentro do Conselho de Estado (RODRIGUES, 1973).

Com a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, sua carreira como senador é finalizada. Ao ser indicado por Inocêncio Sezardello Corrêa (1858-1932), ministro da Fazenda, para o cargo de presidente do recém-criado Tribunal de Contas da União (TCU), Correia Neto, embora fiel à monarquia, aceita à República, e se diz pronto a continuar defender os interesses de seu país.

Segundo Valladão (1958), o parlamentar e jornalista Almeida Nogueira, então redator do jornal "Correio Paulistano", logo que se inteirou do assunto de que alguns conservadores tinham se aliados aos republicanos, expediu uma carta circular a

diversos próceres dos antigos partidos do Império, com a seguinte pergunta: “Devem os brasileiros conformar-se com o atual estado de coisas”? (VALLADÃO, 1958, p. 50).

Em resposta, Correia Neto enviou uma carta a Almeida Nogueira, no dia a 28 de novembro. Nela, Correia Neto relatou da seguinte forma:

[...] Tenho para mim que, nas presentes circunstâncias do Brasil, não aproveitaria à causa pública a restauração monárquica. É consequência: que – os brasileiros temos que nos conformar com o atual estado de coisas. Na pacífica anuência que por toda a parte se nota não vejo ato de pusilanimidade: seria dar ao caráter nacional feição repugnante. Se não é condenação do regime anterior (e eu aceito inteira a responsabilidade da parte, embora pequena, que nela lhe cabe) essa anuência exprime a esperança de que o regime republicano não será desfavorável ao engrandecimento da pátria, que assenta na integridade nacional; e esta reclama a reunião, no mais curto prazo que for possível, de uma assembleia constituinte por meio da qual a nação manifeste a sua vontade quanto à organização definitiva da República (VALLADÃO, 1958, p. 50).

Conforme observamos no excerto da carta, Correia Neto anunciou os argumentos que considerava necessários para aceitar o convite que lhe foi feito pelo ministro Serzedelo Corrêa e, conseqüentemente, colaborar com o novo regime, sem trair a memória monarquista.

Correia Neto tomou posse como presidente do TCU, no dia 17 de janeiro de 1893, desempenhando o papel de relator das contas do governo da República de 1893 a 1894. Tal órgão foi criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, e institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa (1849-1923). Ao ser empossado no TCU, o intelectual assumiu a presidência da corte, além disso, foi diretor do Lóide Brasileiro e presidente do Banco do Brasil.

O golpe dos republicanos não lhe causou tanto sofrimento quanto a morte de seu irmão, Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), Barão do Serro Azul, a quem ele era muito apegado, morto por soldados do governo republicano. Reconhecendo as dificuldades que envolveu esse fato, ele exonerou-se de suas ocupações republicanas.

Não aceitava a acusação que recaía sobre seu irmão, acerca dos desfechos da Revolução Federalista (1893-1895), Correia Neto escreveu uma carta ao prefeito municipal da província de Paranaguá, para descrever seus sentimentos:

[...] **Sofri** o mais doloroso golpe que podia referir-me:- a trucidação do meu **último** irmão Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul...e por soldados brasileiros ao mando da autoridade! [...] Do que ocorreu no Paraná, o meu Estado, cuja infelicidade **fomente** partilho, o que direi eu acabrunhado de desgosto **inexcedível** diante da enormidade com que foi **pérfida** a atrozmente arredado dos vivos um irmão **presado**, de procedimento **irrepreensível**, tendo como cinco outros mártires, tão inocentes como ele, o corpo traspassado de balas e a horas mortas atirados por soldados brasileiros, no **abismo** saturno do Pico do Diabo! Pode a culpa desse negro atentado **recair** sobre o Brasil e sobre os **brasileiros**? (NEGRÃO, 1928, p. 301-302, grifos nossos).

Com essa carta, evidenciamos que Correia Neto encerrou sua carreira política, com profundo sentimento de injustiça. Mas, não suprimiu o desejo de ver sua pátria evoluir, o que era uma de suas metas pessoal e política. Tanto que, ao finalizar a sua carta, deixou registrado que nem à história e nem os brasileiros deveriam ser responsabilizados e penalizados por esse ato.

Uma de suas últimas aparições em eventos sociais foi no dia 2 de dezembro de 1902, no qual, Correia Neto participou do 65º aniversário da fundação do Colégio de Pedro II, então denominado de Ginásio Nacional. Segundo Dória (1997, p. 297), essa instituição “[...] obliterava gratidão perene dos ex-alunos, por ter proporcionado diferentes inovações para aquela época histórica”.

Pouco antes da solenidade, o Instituto dos Bacharéis em Letras incumbiu uma comissão de elaborar o programa do ato festivo. A delegação foi composta pelos seguintes bacharéis: Conselheiro Manoel Francisco Correia Neto, da turma de 1849, Alfredo Russell, da turma de 1891, Paranhos da Silva, da turma de 1892, Raul Pederneiras, da mesma turma, Theodoro Magalhães, da turma de 1893. Uma missa em ação de graças foi celebrada, às 11 horas da manhã pelo Monsenhor João Pires de Amorim, ex-vice-reitor e antigo professor de Religião do Colégio. No dia seguinte, foi celebrada outra missa, em intenção das almas dos bacharéis em letras que faleceram no decurso de mais de meio século de vida do Instituto (DÓRIA, 1997).

Em homenagem ao ilustre brasileiro D Pedro II, que tantos serviços prestou ao Brasil e que teve seus restos mortais e de sua esposa D. Theresa Christina depositados no panteão mortuário bragantino do mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, os então bacharéis em letras reivindicaram a repatriação. Segundo Dória (1997), em 2 de dezembro de 1902, ano que foi celebrado o 1º Centenário da

Independência, realizou-se estes votos. Portanto, os restos mortais de ambos foram postos no Mausoléu Imperial, na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro (DÓRIA, 1997).

Manoel Francisco Correia Neto faleceu aos 73 anos, às 6 horas da tarde de 11 de julho de 1905, em sua casa, na Rua Delfim, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Segundo Senra (2006), o obituário publicado no “Jornal do Commercio”, no dia seguinte, obituário “d’ O Paiz”, deu como causa mortis “intoxicação urêmica”. O cortejo saiu de sua casa, “carregado em mãos”, diretamente para o Cemitério São João Batista. Estiveram no velório o prefeito Pereira Passos e diversos representantes de ministro (SENRA, 2006).

Após essa reflexão sobre o intelectual, nota-se que sua aproximação com o imperador D. Pedro II o levou a assumir as mais altas ocupações no período retratado. Como recompensa recebeu inúmeras condecorações ao longo de sua carreira, dentre as quais se destacam: Conselheiro do Imperador Dom Pedro II, Grã-Cruz da Ordem da Conceição da Vila Viçosa, Grã-Cruz da Ordem de Carlos III da Espanha, Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Ferro da Áustria, Grã-Cruz da Ordem de Sant’ Anna da Rússia e Grã-Cruz da Ordem Christo de Portugal (BRASIL, 1893-1894). Envolvido pela discussão de seu tempo, Correia Neto deixou um importante legado laudatório, conforme apresentamos a seguir.

2.4 OBRA E ATIVIDADES DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO

No que se refere à quantidade de atividades de Manoel Francisco Correia Neto, entre 1872-1888, totalizava o número de 2.114. Mediante os limites de tempo da pesquisa, não seria possível analisar todo o montante, apesar da alta relevância de cada uma para a sociedade imperial. As atividades foram elencadas e apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Atividades realizadas por Manoel Francisco Correia Neto

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Aparte	777
Aditamento	16
Discurso	717
Declaração de Voto	01
Eleição	10
Emenda	65
Eleição em Comissão	07
Nomeação	76
Ofício	11
Parecer	68
Questão de Ordem	33
Requerimento	332
Voto de Graça	01

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base no Índice Onomástico dos Anais da Câmara dos Deputados de 1826-1889.

As atividades realizadas por Correia Neto foram apresentadas conforme os dados levantados no Índice Onomástico dos Anais da Câmara dos Deputados 1826-1889, que traduz um inigualável serviço prestado à memória nacional, proporcionando aos pesquisadores e leitores textos de elevada magnitude para a compreensão dos problemas da época retratada.

No quadro a seguir são apresentadas as ações de Correia Neto ligadas ao contexto político. Os assuntos tratados nos Decretos eram os de maior recorrência, em relação aos problemas internos e externos da sociedade imperial.

Quadro 5 – Decretos assinados por Correia Neto

DIA	MÊS/ANO	DECRETO	PUBLICAÇÃO
14	Abril 1871	Decreto nº 4.717, de 14 de abril de 1871	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871, p. 255, v. 1 p. II (Publicação Original)
4	Outubro 1871	Decreto nº 4.796, de 4 de outubro de 1871	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871, p. 559, v. 1 p. II (Publicação Original)
18	Dezembro 1871	Decreto nº 4.847, de 18 de dezembro de 1871	Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871, p. 762, v. 1 p. II (Publicação Original)
27	Março 1872	Decreto nº 4.910, de 27 de março de 1872	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872, p. 103, v. 1 pt. II (Publicação Original)
27	Janeiro 1882	Decreto nº 4.911, de 27 de março de 1872	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872, p. 112, v. 1 pt. II (Publicação Original)
20	Abril 1872	Decreto nº 4.931, de 22 de abril de 1872	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872, p. 193, v. 1 pt. II (Publicação Original)
24	Maior 1872	Decreto nº 4.968, de 24 de maio de 1872	Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 361 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)
10	Junho 1873	Decreto nº 5.263, de 19 de junho de 1873	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1873, p. 256, v. 1 pt. II (Publicação Original)
16	Dezembro 1873	Decreto nº 5.265, de 19 de abril de 1873	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1873, p. 276, v. 1 pt. II (Publicação Original)
12	Novembro 1873	Decreto nº 5.274, de 3 de maio de 1873	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1873, p. 343, v. 1 pt. II (Publicação Original)
15	Dezembro 1888	Decreto nº 10.112, de 15 de dezembro de 1888	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888, p. 511, v. 2 pt. II (Publicação Original)
23	Fevereiro 1889	Decreto nº 10.191, de 23 de fevereiro de 1889	Coleção de Leis do Império do Brasil – 1889, p. 174, v. 1 pt II (Publicação Original)

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Os Decretos apresentados no quadro acima discorrem sobre as sucessivas ações empreendidas pelas autoridades imperiais em prol da manutenção da ordem pública entre aos anos de 1881 e 1889. Dentre os quais, dois documentos foram selecionados, em virtude dos assuntos abordados aparecerem com maior evidência naquele momento. São eles: Decreto nº 4.910, de 27 de março de 1872 e Decreto nº 5.263, de 19 de junho de 1873, assinados pela Princesa Imperial Regente e pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Manoel Francisco

Correia Neto. Esse último também foi assinado por Mathias de Carvalho e Vasconcellos – Conselho de Estado.

O primeiro Decreto contém 23 artigos, os quais definiram o tratado definitivo de paz entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, conforme estipulado nos artigos:

- Art. 1º - Haverá desde a data do presente tratado paz e amizade perpetua entre Sua Majestade o Imperador do Brasil e seus súbditos, de uma parte, e a República do Paraguai e seus cidadãos, da outra parte (BRASIL,1872).
- Art. 2º - Os limites do Império do Brasil com a República do Paraguai serão ajustados e definidos em tratado especial, o qual constituirá ato distinto do presente, mas será assignado simultaneamente com este, e terá a mesma força e valor que se dele fizesse parte (BRASIL,1872).

O Decreto nº 5.263, de 19 de abril de 1873, contém 18 artigos e evidencia o Tratado de Extradicação de 10 de Junho de 1872, acordado entre Brasil e Portugal.

- Art. 1º - O Governo Brasileiro e Governo Português obrigam-se pelo presente tratado a recíproca entrega (salva a exceção dos próprios súbditos) de todos os indivíduos refugiados de Portugal, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, no Brasil, e dos refugiados deste Império em Portugal, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, pronunciados ou condenados pelos tribunais daquela das duas nações em que devam ser punidos como autores ou cúmplices de qualquer dos crimes declarado (BRASIL, 1873).
- Art. 5º - A extradicação deverá realizar-se a respeito dos indivíduos pronunciados ou condenados como autores ou cúmplices dos crimes (BRASIL,1873).

Quanto os trabalhos de Manoel Francisco Correia Neto se encontram disponíveis na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico-RJ, na Biblioteca Pública do Paraná, na Hemeroteca Digital Brasileira e nas publicações da Biblioteca da Câmara dos Deputados, conforme apresentamos anteriormente, cujo os títulos dos mesmos estão dispostos no Quadro 6.

Quadro 6 – Obra de Manoel Francisco Correia Neto

QUANTIDADE		GÊNERO	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL
16	A praia da glória	Romance	1854	Biblioteca Nacional (Blake (1883))
14	Compilação e anotação das consultas do conselho de Estado, referentes aos negócios eclesiásticos etc.	Livro	1869	Typ. Perseverança
15	Conferências e outros trabalhos	Livro	1885	Typ. Perseverança
12	Discurso proferido na solenidade da colação de grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 26 de janeiro de 1869 na Faculdade livre do Rio de Janeiro	Discurso	1896	Faculdade livre do Rio de Janeiro
13	Discursos parlamentares e literários	Discurso	1876	Typ. Perseverança, 1885
11	Esclarecimento Histórico	Discurso	1897	Revista IHGB, tomo-60, p. 105-108
1	Memória apresentada ao Instituto Histórico Brasileiro em 10 de outubro de 1890 para ser lida depois da morte do Imperador, o Sr. D. Pedro II	Texto	1892	Revista IHGB, Tomo 55
3	Missão do General Bartholomeu Mitre	Discurso	1872	Revista IHGB
2	Missão especial do general argentino D. Bartholomeu Mitre ao Brasil	Texto	1897	Revista IHGB, Tomo 60
4	Ocupação da Ilha de Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil	Discurso	1892	Revista IHGB, v. 59, p. 5-25
10	Os bispos de Anemuria e de Crisópolis	Discurso	1899	Revista IHGB, Tomo 62, Parte 2ª, p. 19-23
5	Relatório da Associação Humanitária Paranaense	Relatório	1887	Typ. Perseverança
6	Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, ministro e secretário de estado dos negócios do Império, pelo diretor geral etc.	Relatório	1874	Instituto BGE
7	Saque de Assunção e Luque, atribuído ao Exército Brasileiro	Discurso	1889	Revista IHGB, Tomo 59, Parte 1ª, p. 369-393
8	Trabalhos do conselheiro Manuel Francisco Correia, v. I	Livro	1897	Typ. Perseverança
9	Trabalhos do conselheiro Manuel Francisco Correia, v. II	Livro	1899	Typ. Perseverança

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O acervo de Correia Neto é constituído por artigos, relatórios, memórias, relatos, obras, discursos, documentos pessoais, romance e outros. Evidenciamos que os diferentes documentos elencados forneceram dados e informações que serviram de base para a elaboração de leis, decretos e resoluções, auxiliando as instituições imperiais, sobretudo as educacionais, a desenvolver projetos relacionados às políticas para a instrução pública.

Esses documentos apontam para a relevância das investigações que utilizam intelectuais, sobretudo aquelas que analisam o final do século XIX e início do século XX. A seguir faremos uma apresentação de algumas produções de Correia Neto.

Uma das produções célebres do conselheiro se refere às “Conferências e outros trabalhos” (1885), porque nela se encontra compilado os debates e discursos dos parlamentares, médicos e magistrados acerca de vários assuntos e propostas para civilizar e modernizar o país. As conferências foram realizadas em escolas do bairro da Glória sob a coordenação do senador e conselheiro Manoel Francisco Correia Neto.

Outro trabalho memorável foi “Missão especial do general argentino D. Bartholomeu Mitre ao Brasil, em 1872”. Negociação confidencial, lida por Manoel Francisco Correia Neto, em 1897. Conforme observamos um trecho de seu depoimento:

[...] Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, como lhe previne na minha anterior confidencial, dirigi-me ao Sr, ministro dos negocios estrangeiros do **Império**, **anunciando** por nota verbal minha chegada a esta **corte**, e pedindo uma **conferência** para **saudá-lo** particurlamento, com o fim de conhecer as disposição em que se achava este governo. O Sr, ministro respondeu-me immediatamente, convidando-me para hoje, ás 11horas, no **ministério** dos **negócios** estrangeiros. A **conferência** teve lugar á hora indicada, e o Sr. ministro recebeu-me amigalvemente; e havendo-lhe dito que tinha prazer em tornar a **visitá-lo**, posto que em diverso carater e com outros fins, replicou-me: infelizmente não tão bem como da outra vez. A isto respondi: que do mesmo modo quanto a mim, e talvez sob melhores auspícios quanto ao meu **país** e governo, de cuja opinião **política** acreditava ser **genuíno** representante ao aceitar uma missão de paz e amizade no sentido da união e dos grandes interesses de ambos os **países**. Di se-me que, a julgarpor certos **fatos**, não precisa que assim fosse. Respon-di-lhe que os **fatos** provavão eloquentemente que a boa **política** de paz e **amizade** tinha **raízes** na vontade nacional, poquanto nem o homem nem os governos terão podido **realizar** uma **política** as **resistências** que, com razão ou sem **ela**, aqui se supunha existir contra a alliança e o Brasil, e que sempre havia

sustentado, contando com a confiança do meu governo e a opinião do meu **país**, que me havia encarregado da solução das **questões** pendentes que nos agitavão, provava que essa **política** tinha vida e predominava nos conselhos e nos sentimentos (CORREIA NETO, 1897, p. 6).

A missão Mitre foi uma política diplomática importante que apontava uma ruptura histórica entre Brasil e Argentina, conforme já apresentamos anteriormente, com o fim da guerra (1864-1870). Sobretudo, depois que foi fechado o tratado Cotejipe Loizaga, em 9 de janeiro de 1872, resultante de uma série de protocolos assinados entre os governos brasileiro e paraguaio. Esta notícia encontrou oposição nos meios políticos e na imprensa argentina que, em sua maior parte, atacou o Brasil.

Outro trabalho de igual importância foi “Memória” apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicada na revista trimestral do mesmo. Correia Neto narrou uma conferência reservada com o Imperador no dia 15 de novembro, em meio a tensão da inserção da República. Tal conferência, depois de um ano, foi depositada na Arca do Sigilo²³ do IHGB para ser lida após a morte de D. Pedro II (ocorrida, no dia 5 de dezembro de 1891, na capital da França, em Paris).

Na sessão de 8 de abril de 1890, o documento foi retirado do “Cofre” e lido pelo próprio conselheiro Correia Neto. Nesta “Memória”, primeiramente foi apresentado o livro “Les origenes”, recebido por ele como presente do Imperador, em maio de 1884. No livro havia anotações e os comentários feitos por D. Pedro II. Em seguida, o conselheiro revelou a conversa entre ambos. Conforme seu relato.

[...] pouco antes das 7 da tarde de 15 o **Imperador** dignou-se de manifestar o desejo de ouvir-me a sós, em seu gabinete particular, acerca dos memoráveis **fatos** desse dia, poder-de-há supor que **ali** insinuou por qualquer modo procedimento que tive logo depois. Absolutamente não. A **conferência** versou sobre a natureza e alcance dos acontecimentos, não perdendo o Imperador um só instante e serenidade que o caracterizava quando, depois de expor-lhe o que sabia por haver presenciado, tive de entrar com a costumada lealdade no dedicado ponto relativo à sua ilustre pessoa e a sua augusta **família** . **Fácil** será de imaginar a amargura com que em presença somente de varão tão **respeitável** , vi-me obrigado a

²³ “De acordo com o estatuto do IHGB, o artigo 68 coloca-se que terá uma Arca de Sigilo, no qual guardará todos os manuscritos secretos, que devam ser publicados em época determinada. §1. A arca de sigilo será feita de ferro e com duas fechaduras de patente, cujas chaves sejam diferentes. §. 2 As duas chaves serão entregues e guardadas da maneira seguinte: a 1ª nas mãos do presidente do Instituto, e a 2ª nas do tesoureiro. §3. Feito o deposito se fechará imediatamente a arca, sendo entregues as chaves a cada um dos claviculários” (CORREIA NETO, 1890, p. 649).

referir com a verdade a situação. Paguei um doloroso tributo de **obediência**, que a solenidade do momento ainda mais me impunha. Não notei no semblante do Imperador o mais leve **signal** de despeito ou de **cólera** (CORREIA NETO, 1892, p. 12, grifos nossos).

O conselheiro Correia Neto, ao revelar o conteúdo daquela conferência, disse que guardava bem vivo o semblante do monarca, o qual não esboçou reação diante dos fatos.

Nas palavras de Correia Neto, D. Pedro II não estava ciente da profundidade dos acontecimentos. Na sessão do dia 9 de novembro de 1900, no IHGB, ele voltou a falar sobre o assunto dando mais detalhes sobre a tarde de 15 de novembro de 1889. Naquele momento, a agitação nas ruas denunciava a gravidade da situação. Assim que chegou ao Paço, o comandante da guarda dirigiu-se a ele perguntando: “Por que não sobe?”. Uma outra pessoa, chegando logo em seguida, “[...] e com a intenção de também subir e ter com o Imperador, foi barrada pelo comandante. Quando a pessoa lhe perguntou de quem teria partido aquela ordem, o oficial respondeu-lhe, com voz autoritária: ‘Do general ditador’” (SENRA, 2006, p. 458).

Correia Neto relatou em sua “Memória” que naquela conversa reservada com D. Pedro II, ele teria dito que chamara para organizar um novo gabinete o senador gaúcho Gaspar da Silveira Martins. Com isto, o conselheiro Correia Neto reconheceu a ilusão em que Sua Majestade se achava quanto à gravidade. Mas os conselheiros ainda tentaram reverter a situação. Conforme explicou Senra (2006, p. 470),

Ao chegarem à casa de Deodoro, ele não está. Voltam ao Paço, às 23h30min, “após muitas súplicas da princesa”, o Imperador concorda em receber os conselheiros. O momento era de extrema gravidade. Os membros do Conselho convencem o Imperador a constituir novo ministério. Mandam chamar àquela hora o conselheiro Saraiva. À 1h e 30 min da madrugada, Saraiva, após conversar com o Imperador, expede carta a Deodoro, solicitando entrevista para juntos comporem o ministério. Às 3h da manhã chega a resposta. Deodoro manda avisar que a República já estava definitivamente implantada.

Segundo Senra (2006), depois daquela noite, o conselheiro Correia Neto não mais falaria com o D. Pedro II, já deposto. Na véspera dele deixar o país, Correia Neto foi ao Paço, para rever o monarca e despedir-se do amigo. Desta vez foi barrado pela guarda. “Mesmo assim, desejoso de vê-lo pela última vez, ocultou – se no alto de uma árvore, onde passou toda a madrugada até avistá-lo de longe, o embarque da Família Imperial” (LEÃO, 1929 *apud* SENRA, 2006, p. 471).

Perante a análise das ações que Correia Neto desenvolveu em diferentes agremiações, constatamos que ele era um homem bem informado sobre a dinâmica das políticas internas e externas de seu país. Conservador convicto, ele atuou em diferentes papéis e espaços para defender os pontos de vista do governo imperial. Adiante apresentamos a participação de Correia Neto nos debates sobre instrução primária.

3 A PARTICIPAÇÃO DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO NO DEBATE SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Nesta seção, o objetivo é compreender a participação de Correia Neto no debate sobre a educação pública. O texto está organizado em três subseções: na primeira, abordamos o pensamento educacional no movimento da sociedade burguesa, a qual estava se formando no Brasil no final do século XIX, considerando suas motivações políticas e ideológicas. Na segunda, investigamos como os discursos de Correia Neto proferidos nas “Conferências Populares da Glória” entre 1873 a 1884 que, enquanto espaço formador de opiniões, teria contribuído com a institucionalização da instrução pública. Na última subseção, apresentamos as dez conferências que foram mapeadas para o debate, destacando os temas relacionados ao modelo de educação defendido por Manoel Francisco Correia Neto.

Essa divisão se justifica na medida em que essas temáticas foram as mais recorrentes nas “Conferências Populares da Glória” na sociedade imperial. Por isso, se faz necessário compreender o papel destinado à educação naquele momento, bem como as crises políticas e econômicas pelas quais a sociedade imperial estava passando.

Diante desse cenário, Correia Neto pensou a educação não como um fato isolado da sociedade e seus nexos, mas sim, como um elemento mediador entre eles. O intelectual considerava a instrução primária como um elemento de suma importância para instruir os filhos da classe trabalhadora. De acordo com seu posicionamento teórico, não haveria motivo para essas crianças estarem fora da escola, uma vez que a política educacional ao longo do Império brasileiro garantiria a educação gratuita, instituída pela Lei de 1827 (CORREIA, NETO, 1875b).

Manoel Francisco Correia Neto defendia a urgente necessidade de implantação da instrução pública primária, por isso em seu discurso enfatizava que enquanto o “braço” do Estado não alcançasse todas as crianças em idade escolar, sobretudo as carentes, os cidadãos letrados (professores, médicos, magistrados, dentre outros) deveriam intervir na educação brasileira, visto que não havia nenhum impedimento na Lei de 1827 contrariando a ação (CORREIA NETO, 1873).

Correia Neto, ao analisar a situação das escolas brasileiras, constatou que levar o país a fazer parte do mundo civilizado não era uma tarefa fácil. Para isso, necessitava que as pessoas fossem esclarecidas. Em sua visão, o que traria benefícios concretos ao país era investir em educação, mas uma educação baseada em conhecimentos científicos.

3.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MOVIMENTO HISTÓRICO UNIVERSAL

É necessário esclarecer que a luta pela educação pública foi iniciada no século XVIII, em particular, com a Revolução Francesa (1789-1799), intensificando-se os debates sobre a questão da instrução pública. Assim, é importante sistematizar brevemente os elementos favoráveis à educação nacional em razão do fato de que os pensamentos educacionais no século XIX não foram gestados naquele momento, mas sim, remontam do século anterior. Correia Neto não estava alheio a esses acontecimentos, os quais tiveram desdobramentos significativos, não só no continente europeu, mas em todo o mundo.

Segundo a historiografia da educação brasileira, o século XIX ficou conhecido na história nacional e internacional como o século da educação pública, termo esse que foi se constituindo como um marco decisivo quando vários movimentos revolucionários, sobretudo em países centrais, que buscaram por mudanças, visto que uma das reivindicações era por igualdade social (LUZURIAGA, 1959).

Em conformidade com essa reflexão, Saviani, em sua obra “O legado educacional do século XX no Brasil” (2017), argumenta que a exigência da escola como instrução leiga, obrigatória e gratuita apresentada-se no século XIX como decorrência do longo processo histórico de substituição da ordem feudal pela ordem burguesa. Contudo, a liberdade de pensamento,

[...] princípio propagado no século XVIII pelo Iluminismo, se contrapõe aos valores religiosos advogando a autonomia do indivíduo para conhecer, julgar, avaliar e estabelecer na razão, atributo natural partilhado por todos os homens. No período revolucionário, francês, foram lançadas as bases de um novo contrato social que, tendo como princípios a liberdade e a igualdade de direitos, erige novas regras adequadas aos novos atores sociais, notadamente a burguesia. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a educação é firmada como um dos direitos a serem garantidos, como forma de destruição da desigualdade (SAVIANI, 2017, p. 47-48).

Nesse fragmento, o autor mostra que a burguesia, nesse momento, vinculou-se todas as classes, para reforçar seus ideários, pois o grande mérito da classe ascendente era advogar o direito a educação laica, “[...] contrapondo-se aos privilégios de nascimentos e de imposição de doutrinas particulares (SAVIANI, 2017, p. 48).

Leonel (1994) pontua que, no século XVIII, o homem começa a tomar consciência do papel na história, tal consciência, não se limita só aos homens letrados, mas, também, a burguesia ascendente.

Com efeito, a burguesia enquanto classe revolucionária, era vista pela classe menos favorecida como defensora dos direitos civis no princípio de igualdade, pois ambas lutavam ao longo deste século para essa conquista.

Para Leonel (1994), após a burguesia passar a ser classe dominante, que acontece quando ela encerra seu processo revolucionário, com o “Comitê de Salvação Pública”, então, seus ideais mudam, no entanto, não defenderá mais interesses iguais para todos.

Nesse momento, o sonho de construir uma sociedade igualitária começa a desmoronar, portanto, em vez das diferenças entre os homens ir desaparecendo gradativamente, tomaram proporções distintas, diante da “[...] dualidade contraditória do homem moderno: o burguês egoísta e o cidadão político e, nos momentos que a história dá vida a uma ou outra dessas duas faces distintas, desvela-se a forma simples da teoria educacional” (LEONEL, 1994, p. 4).

De acordo com esse pensamento, Schelbauer, em seu livro “Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914” (1998), escreveu que, no final do século XIX, a instrução pública, de ensino obrigatório, se encontrava difundida nos países europeus e nos Estados Unidos onde os sistemas nacionais de educação estavam sendo implantados, os quais eram vistos como necessidade das nações modernas e liberais. A educação na Europa detinha a finalidade maior de responder às crises de superprodução, bem como os conflitos entre burguesia e proletariado, já no Brasil a educação era vista como um instrumento de modernização, com efeito, encontrou dificuldades para pôr em prática a realização do sistema educacional no Brasil, naquele momento, permanecendo, no rol das “ideias que não se realizam” (SCHELBAUER, 1998).

Hobsbawm, em sua obra a “Era das Revoluções: 1789-1849” (2015), discorre sobre dois movimentos importantes, como a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial inglesa (1760-1820/1840), para as quais, o autor usou o termo *dupla revolução* para nomeá-las, sendo marcadas por vários acontecimentos sociais, políticos e econômicos. Segundo o autor, esses eventos não tiveram influência apenas na Inglaterra, mas em todo o mundo contemporâneo. Na visão de Hobsbawm (2015, p. 62),

[...] a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de todas as nações emergentes [...]. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. [...] A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Essa foi a obra da Revolução Francesa.

Hobsbawm (2015) afirma que o evento constituiu um marco determinante para a história do Ocidente. Pois, inspirado no Iluminismo, a burguesia, com o apoio do proletariado, iniciou e conduziu uma Revolução que marcaria para sempre o modo de vida da Humanidade, sobretudo a vida das pessoas pobres.

Luzuriaga (1959), ao analisar o contexto educacional francês em meados do século XVIII, escreve que em matéria de educação pública, seguia-se a tendência autoritária e monopolizadora do império napoleônico. Entretanto, o passo decisivo para monopolizar a educação foi dado pela Lei de 10 de maio de 1806, consumada pelo Decreto de 1º de maio de 1808. Ambos os documentos significaram a mais completa subordinação da educação às ideias políticas dos governos, os quais tratavam de as introduzir nas classes populares. Nesse contexto, o caráter totalitário da educação nacional pode ser entendido com essa frase:

[...] O ensino **público**, em todo o **Império**, é confiado exclusivamente à Universidade. Nenhuma escola, nenhum estabelecimento qualquer de instrução pode organizar-se fora da Universidade Imperial, e sem autorização de seu chefe. Ninguém pode abrir escolas, nem ensinar **publicamente**, sem ser membro da Universidade e graduado por uma de suas faculdades. Essa Universidade é composta de uma **série** de instituições, que vão desde as faculdades **universitárias** até as escolas primárias, as *petites écoles* (LUZURIAGA, 1959, p. 59, grifos nossos).

A escola primária e secundária de caráter universal, gratuito, obrigatório e leigo limitavam-se à burguesia, objetivando a preparação para a Universidade. Nesse sentido, o autor explana que o decreto trouxe em seu bojo a ideia de uma educação estatal e autoritária (LUZURIAGA, 1959).

Este modelo de educação foi um dos critérios para reacender a discussão da escola universal. Saviani (2008, p. 214) escreve que a maior expressão educacional ocidental coube

[...] aos sistemas educacionais organizados pelo poder público. Com efeito, no referido processo foi se impondo o entendimento de que a educação é uma questão de interesse público, devendo ser situada no âmbito da esfera estatal. Daí a bandeira da escola pública, universal, gratuita, obrigatória e leiga que se difundiu de modo especial a partir da Revolução Francesa. Essa bandeira tornou-se realidade a partir da segunda metade do século XIX com a emergência dos Estados nacionais que se fez acompanhar da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países como via para a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular.

Saviani (2008) enfatiza que após a Revolução Francesa, o discurso em prol da educação popular ganhou outra dimensão, a qual tinha a finalidade de institucionalizar a escola primária de ensino obrigatório para legitimar os valores burgueses. Para o autor, a burguesia conseguiu tal legitimação frente à intervenção do Estado na educação pública.

A investigação do contexto que permeou o pensamento educacional da burguesia, sobretudo, no que diz respeito à interferência e o papel do Estado na educação, está em concordância com o pressuposto de Galuch (2013, p. 71) de que a educação pública propriamente dita começou na França, em particular, com a Revolução Francesa (1789-1799), mas só “[...] a partir da segunda metade do século XIX que a sociedade se mobilizou para tornar o ensino para todos não só necessário como obrigatório”.

Ao avaliar o aspecto da vida social de todas as datas entre 1789 e 1848, é o ano de 1830 o mais notável. Ele aparece com “[...] igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e na história das artes e da ideologia” (HOBSBAWM, 2015, p. 119).

Foi constatado que essas Revoluções impulsionaram o crescimento da indústria e da urbanização. Esse avanço possibilitou o surgimento da classe trabalhadora urbana, a extensão do sufrágio universal e a maior participação do povo nos assuntos públicos e educacionais. Entretanto, a educação pública almejada no século XVIII somente seria amplamente requisitada em meados do século XIX, diante das inovações tecnológicas, das ciências e de outras invenções.

Para Correia Neto, as mudanças requisitadas naquele momento eram decorrentes da situação crítica em todos os segmentos sociais da sociedade imperial, a qual foi herdada da época colonial. Conforme observou Carvalho (2002, p. 18),

[...] os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.

O autor traçou uma linha evolutiva demonstrando que, mesmo com a independência do país ocorrida em 1822, os pobres, os escravos e os negros seguiam analfabetos e excluídos dos projetos sociais, os quais vinham sendo empreendidos pela sociedade burguesa.

Carvalho (1996) reforça sua tese, ao analisar o perfil e a composição da classe dominante brasileira, bem como sua relação com os partidos políticos imperiais. O autor escreve que é possível entender como as ações de diversos autores sociais se desenrolavam na província, na corte, no espaço da política formal, nas instituições, no trabalho escravo e na política de terras. Contudo, “[...] a predominância dos magistrados na elite política teria sido, assim, absolutamente crucial para o período” (CARVALHO, 1996, p. 87). Na visão do autor, as ações políticas desenvolvidas nesses cenários criavam um universo de conflitos, tanto na manutenção quanto na transformação das estruturas sociais da época.

Machado (1999, p. 4) esclarece que o Império brasileiro, face à herança escolar desastrosa que herdou do Brasil Colônia, em “[...] matéria de instrução tudo estava por ser feito”. A seu ver, as escolas brasileiras eram precárias tanto em material humano quanto em material físico, o que constituía um problema a ser

enfrentado que, para resolvê-lo, era necessário elaborar política educacional. O correto naquele momento seria pressionar o Estado, a fim que se responsabilizasse pela instrução pública.

Para Saviani (2012), o Brasil tinha déficit histórico com a efetivação desta educação, pois enquanto os principais países europeus juntamente com a América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) implantaram seus respectivos sistemas nacionais de ensino, “[...] nacionalizando o ensino primário e erradicando o analfabetismos. O Brasil, em lugar de tratar a educação popular como uma questão nacional, relegou-a à esfera das Províncias e depois dos Estados” (SAVIANI, 2012, p. 307).

A despeito dessas vicissitudes, Santos (2019, p. 109) observa uma continuidade na política dos governos motivadas, por

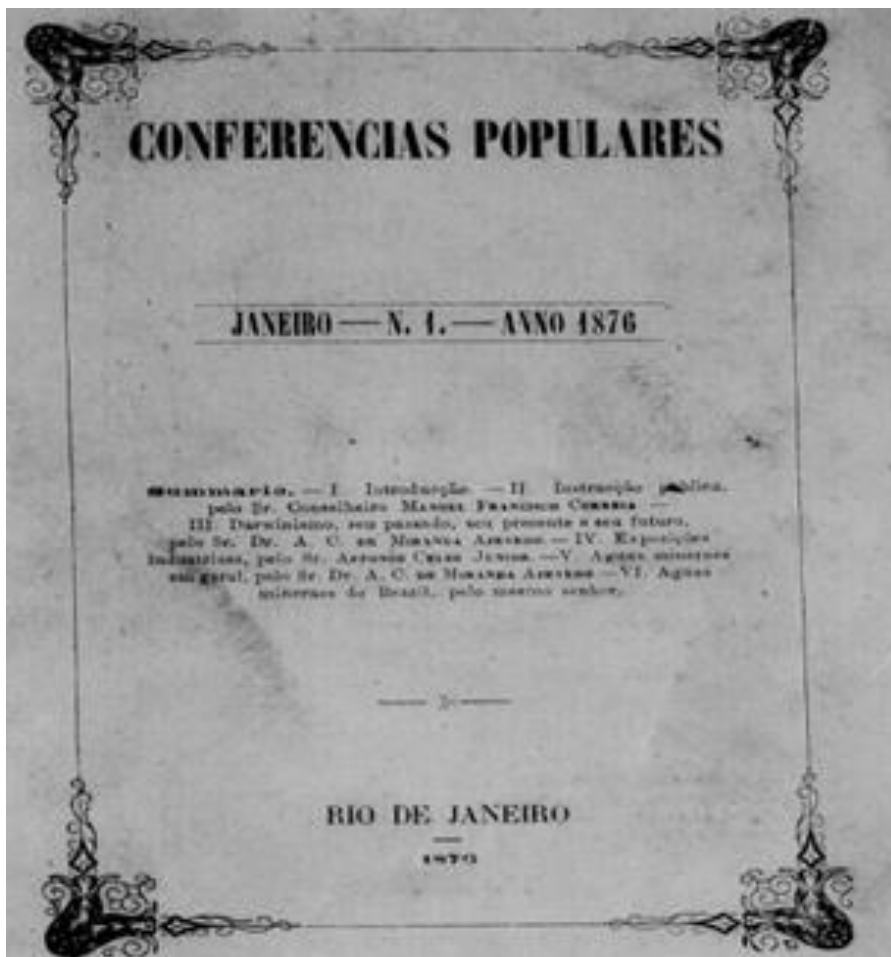
[...] um ‘fetichismo político’, que se fundamentava na crítica extremada ao Estado imperial, antes de evidenciar projetos ou planos práticos para a plataforma modernizadora. Aos homens da época cabia, como vimos e veremos, militar em prol da República, tecnicamente e aprofundamento, diante das possibilidades e limites do exercício público da máquina estatal. Subjetivamente falando, ingressar na nova política aumentava o prestígio social frente ao conservadorismo.

Diante dessas constatações, é possível perceber que alguns autores e dirigentes da época se interessavam basicamente em resolver as problemáticas internas da sociedade, visando seus próprios interesses. Desse modo, continuava as mazelas sociais herdadas da época colonial.

A partir dessas análises, percebemos que o conceito de instrução pública não havia sido compreendido completamente por vários daqueles que se apresentavam como líderes. É com essa preocupação, que Correia Neto colabora com seus discursos nas Conferências Populares, conforme apresentamos na seção a seguir.

3.2 “AS CONFERÊNCIAS POPULARES DA GLÓRIA” NAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO

Figura 1 – Primeiro Periódico: Conferências Populares (RJ)



Fonte: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/conferencias-populares-gloria>.

Para início desta subseção, apresentamos uma ilustração que retrata o periódico intitulado “Conferências Populares”, conforme mencionamos anteriormente. Esse periódico foi fundado, dirigido e publicado por Correia Neto, no Rio de Janeiro, em 1876. A publicação foi extinta naquele mesmo ano e se caracterizou como um exemplar de imprensa periódica que se ocupou, na sua curta trajetória, da veiculação de resumos dos assuntos debatidos nas “Conferências da Glória”. Os periódicos eram destinados a um público leitor seleta, composto por autoridades, políticos e letrados da sociedade e pode ser entendido como um espaço formador da opinião pública no que se refere à ciência, política, educação, evolucionismo, instrução da mulher e o papel feminino na sociedade, indústria, literatura, dentre outros temas.

A escolha da imagem tem como propósito esclarecer que as temáticas debatidas nas “Conferências Populares da Glória”, poderiam ser apreciadas por meio do periódico. Essa seria mais uma das estratégias do intelectual para chamar a atenção desse público sobre a importância de instruir a população.

O objetivo da subseção é investigar os discursos que ocorreram nas “Conferências” entre 1873-1884 em prol da instrução; será dado destaque às conferências proferida pelo intelectual Manoel Francisco Correia Neto no período retratado. Esse espaço reservado às conferências teve relevância nacional e internacional por debater os estudos das artes, da ciência e da cultura em geral.

As conferências foram fundadas na província do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, sob a proteção de D. Pedro II, tendo à frente como presidente Correia Neto, que procurou trazer à tona os assuntos que eram debatidos nas conferências dos países adiantados, como França e Inglaterra, que consistiam na instrução do povo a partir dos saberes científicos (CARDOSO,1885).

As conferências foram idealizadas para serem espaços educativos informais, no intuito que o público presente adotasse os conhecimentos científicos e as informações relevantes em suas vidas, tornando possível projetar outro rumo para o país. Porém, esse espaço não era aberto para a população. Pois, antes de começar a sessão era distribuído um cartão de entrada, ou seja, um ingresso pelo conselheiro Correia Neto ou por outro orador. Essa prática fazia com que os participantes fossem selecionados e os lugares fossem reservados para a elite letrada da sociedade carioca. As pessoas iletradas que se interessavam pela temática debatida, ou simplesmente por curiosidades, ficavam nas janelas da Tribuna da Glória para assistirem as conferências, as quais na visão dos críticos (Igreja, imprensa, liberais), constituíam quem mais precisavam de se inteirarem dos conhecimentos científicos para colaborar com um projeto civilizatório para o Brasil (FONSECA, 1995;1996; CARULA, 2009).

Sobre essa crítica, Correia Neto nunca tentou se defender, pois sua concepção de educação pública não era apenas aquela vinda do Estado, mas sim, a educação ofertada pela iniciativa privada. Então, “[...] o ‘popular’ nas conferências era o fato de divulgar o conhecimento entre as camadas letradas para que essas levassem aos iletrados do Brasil os conhecimentos científicos” (SANTOS, 2018, p. 413). Por isso, as conferências foram tão bem recebidas entre a camada letrada da sociedade carioca, formada por médicos, professores, bacharéis e políticos, os quais compunham, na concepção de Correia Neto, um grupo civilizador e apto para

contribuir com o desenvolvimento do país. Esse era o papel destinado as Conferências ou Tribuna da Glória.

As Conferências eram realizadas aos domingos a partir das onze horas e às quintas-feiras às dezoito horas. Segundo Carula (2007), os jornais de grande circulação da época, o “Jornal do Commercio”, “Diario do Rio de Janeiro”, “Gazeta de Notícias”, “O Globo”, “O Apóstolo” e “A Reforma”, “[...] noticiavam as conferências que iriam acontecer e publicavam os discursos na íntegra ou seu resumo. Eles também traziam artigos, em suas diversas seções, que debatiam as Conferências e as idéias aí expostas” (CARULA, 2007, p. 7).

Bastos (2003) ressalta que Manoel Francisco Correia Neto não foi pioneiro em relação às Conferências brasileiras, visto que Antonio Cândido da Cunha Leitão, em 19 de julho de 1871, fundou as Conferências Populares do Atheneu Sergipense, em Aracaju, como meio prático para instruir o povo. Alves (2005) corroborou com essa ideia ao afirmar que esse espaço era considerado apropriado para expor e debater temas relacionados a educação e formação de professores.

Quantos às Exposições Internacionais, Kuhlmann Júnior (1996) considerava as como um palco para a “[...] representação de espetáculos de crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Na sua arquitetura e organização, na sua idealização modelar e utópica da vida social, expressaram-se as tendências e conflitos existentes na sociedade de seu tempo (KUHLMANN JÚNIOR, 1996, p. 26).

Para Bastos (2003), essa prática já era recorrente desde o século XVI. Conforme explicou a autora ao citar Montaigne (s/d *apud* BASTOS, 2003, p. 1).

[...] O estudo dos livros é um movimento lânguido e fraco, que não entusiasma: enquanto a conferência ensina e exercita simultaneamente. Ao conferenciar com uma alma forte e um vigoroso adversário as minhas linhas de defesa são atacadas pela esquerda e pela direita; a sua imaginação impulsiona a minha; o ciúme, a glória, a controvérsia impulsionam-me e fazem-me ultrapassar a mim próprio.

Diante dessa análise, entendemos que, enquanto esse espaço da divulgação científica se fortalecia no mundo, o Brasil aparecia com igual proeminência no movimento de ofertar a educação informal. Contudo, a capital do Império foi um dos palcos importantes em relação a atividade de difusão do conhecimento científico.

Na conferência realizada em 5 de junho de 1874, na inauguração das “conferências populares na cidade de Niterói” – Rio de Janeiro, Correia Neto

esclareceu os motivos que o levaram a criar aquelas reuniões. Em seu discurso disse que, as conferências estabeleciam “[...] o meio incessante de despertar o espírito” (CORREIA NETO, 1874b, p. 42), nas quais grandes personalidades como os franceses Guisot, Cousin, Jules Fabre e Laboulaye; os ingleses Cobden, Pakington, Bright e Gladstone consideravam como de inestimável valor a oportunidade de se dirigirem ao povo, divulgando suas reflexões, experiências e descobertas para chamar a atenção da governança e da elite letrada para a questão educacional, sobretudo, os investimentos necessários para criar de fato a instrução primária (CORREIA NETO, 1874b).

Segundo Correia Neto (1874b), Laboulaye²⁴, em uma dessas conferências, pontuou que participar de uma conferência não tornará o indivíduo um sábio, mas deveria despertá-lo o interesse pelo assunto ali debatido e, conseqüentemente, comprar os livros que tratariam dessas questões, a fim de melhor esclarecimento. O orador argumentou que nos países onde ocorriam mais conferências públicas, se vendia mais livros (CORREIA, 1874b).

Correia Neto (1874b, p. 42) argumentou que, além das palavras de Laboulaye, ele acrescentaria que “[...] o país em que mais se lê é o que mais avulta a preciosa riqueza intelectual, pela qual se pode aferir o grau de desenvolvimento de um povo”. A seu ver, a riqueza de uma nação não é averiguada pelo seu cenário político, econômico e social, mas sim pelo seu povo esclarecido e civilizado, a ponto de romper com as amarras que dificultavam a emancipação do indivíduo.

Esses espaços, tanto nacionais quanto internacionais, eram considerados pelos intelectuais da época como uma vitrine para divulgar a crença na ciência, na arte e na cultura geral. Correia Neto, em sintonia com os discursos e os debates que circulavam nas conferências dos países europeus, criou as conferências como um espaço profícuo para estudar e discutir temas relacionados à educação, como: ciências sociais e políticas; gestão pública e da cultura; evolucionismo; instrução da mulher e papel feminino na sociedade; indústria; história e historiografia brasileira; história medieval; história de Portugal; legislação; saúde

²⁴ Édouard René Lefèvre de Laboulaye, foi um jurista francês, poeta, autor, professor e ativista antiescravidão. Nasceu em Paris, 18 de janeiro de 1811 e faleceu em 25 de maio de 1883. Após a Comuna de Paris de 1870, foi eleito para a assembleia nacional, representando o departamento do Senado. Fonte: Bibliothèque nationale de France. Disponível em: <https://www.translat.oruser-int.com/translate?&from=en&to=pt&csId=43387ee2-0b2b-4b28-b531-ded2a184f5b2&usId=f02effce-1557-4d9b-86a1>. Acesso em: 22 set. 2020.

pública; biologia; mineralogia; espiritualismo e materialidade; adaptação às mudanças climáticas; peculiaridades de províncias brasileiras; ensino moral; positivismo e outros.

Para Correia Neto, o Império brasileiro deveria somar esforços para resolver as problemáticas mais urgentes, por exemplo, a instruir o povo. Mediante a essa conjuntura, o conselheiro indagava como não sacudir

[...] o sonolento torpor que nos embaraça de encarar de frente a questão da iniciativa particular em **matéria** de ensino? Como não tomar o sério empenho de promover a fundação de **associações**, com o firme **propósito** de resolver este grave assunto de modo honroso para nós e **próprio** para aumentar no mundo os **créditos** do **Brasil**? **Além** de iniciativa particular, e do ensino oficial dado pelo Estado, ou pela **província**, a ainda um terceiro meio de aproveitar forças para o desenvolvimento da **instrução**. É o elemento municipal. Este elemento é muito poderoso quando bem **organizado**. Sobre ele assenta o **edifício** da instrução popular nos Estados Unidos impõe ao **município** a obrigação de estabelecer tantas escolas quantas forem precisas para a admissão de todos os que estão no caso de **frequentá-las** (CORREIA NETO, 1875c, p. 170, grifos nossos).

Correia Neto cobrava do poder público a ampliação de escolas. Ele acreditava que o Estado, por meio de dispositivo legal²⁵, deveria garantir a instrução primária gratuita nas escolas públicas, bem como subvencionar as escolas privadas, desde que ofertassem o ensino gratuito aos filhos da classe trabalhadora.

Para Correia Neto, o pensamento educacional brasileiro deveria seguir os modelos civilizatórios já estabelecidos, sobretudo das nações europeias, como uma tentativa de modernizar o Império, visando construir uma sociedade livre e promissora, além de garantir o compromisso firmado com os países internacionais, sobretudo a respeito da exportação do café. Conforme observado por (SCHELBAUER, 1998), esse assunto ganhou ênfase nos Congressos Agrícolas de 1878, no Rio de Janeiro e na província do Recife. No Rio de Janeiro, o evento foi realizado entre os dias 8 a 12 de julho e o Congresso do Recife ocorreu nos dias 6 a 13 de outubro daquele mesmo ano.

²⁵ Os dispositivos legais dos quais Manoel Francisco Correia Neto fazia referência eram debatidos nos órgãos institucionais imperiais, sobretudo na Câmara dos Deputados. Apresentamos alguns deles: Decreto de 15 de março de 1816, Lei de 15 de outubro de 1827, Decreto de 20 de outubro de 1823, Decreto 1º de março do 1823, Lei de 12 de agosto de 1834, decreto de 15 de março de 1836, Lei de 18 de setembro de 1845, Decreto n. 598 ele 25 de marco de 1849, lei n. 630 ele 17 de setembro 1851, Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1872, dentre outros.

O Congresso do Rio de Janeiro foi organizado pelo então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Calvi (2003) afirma que esse evento teve um caráter oficial porque restringiu à participação apenas dos proprietários das grandes lavouras da região sul do país, ou seja, das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. No entanto, os convidados deveriam responder a um questionário, sobre a melhor forma de “[...] superar a crise na lavoura gerada pelas leis ante escravistas” (CALVI, 2003, p. 29).

Em resposta ao ministro Sinimbu, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), realizou um Congresso Agrícola, na cidade de Recife, pois os proprietários do nordeste estavam protestando sobre esse fato, pois se sentiam traídos e abandonados pelo governo, sobre isso, Henrique Augusto Milet, em seu livro “A lavoura da canna de assucar” de 1881, destacou em um de seus discursos naquela ocasião, em particular, na sessão de 9 de outubro daquele ano, que os problemas das lavouras não se resolveria com protesto, mas sim, com ações públicas de ajuda aos produtores.

[...] A nossa **indústria** fundamental, a lavoura a da exportação, a Grande Lavoura, se assim a quiserem denominar, e que nesta parte do Império cifra-se hoje na **produção** do **açúcar**, do algodão, está definhando a olhos vistos, quer nesta província, quer nas suas **irmãs** mais próximas do Norte e do Sul. O mesmo grito de angustia parte do Rio Grande do Norte, da **Paraíba**, de Pernambuco e das Alagoas. A lavoura do Norte tem descidas urgentes; precisa de medidas salvadoras, umas definitivas, outras **temporárias** ou de transição, mas que não estorvem nem demorem a transformação de que acabo de falar (MILET, 1881, p. 74, grifos nossos).

Nessa passagem, observa-se duas questões importantes. Primeira, a ênfase na decadência da produção de açúcar e algodão. Isso não nega, o desprezo do governo para/com essas culturas. Quanto a segunda, os produtores reivindicavam recursos imediatos para recuperar e impulsionar o crescimento das mesmas.

Contudo, o ponto de vista do governo e proprietários era diferente, tanto que, uma das medidas tomadas nos congressos foi elaboração de um questionário, conforme observa-se no exposto que segue:

I- **Quais** as necessidades mais urgentes e **imediatas** da grande lavoura? II- **É** muito sensível a falta de braços para manter, ou melhor desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?

III- Qual o modo mais **eficaz** e conveniente de suprir essa falta?
 IV- Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituíam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso **contrário**, **quais** os meios para reorganizar o trabalho agrícola? V- A grande lavoura sente carência de **capitais**? No caso **afirmativo**, é de vivo este fato à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola? VI- Qual o meio de levantar o crédito agrícola? **Convém criar** estabelecimentos **especiais**? Como **fundá-los**? VII- Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? **Quais**? Há urgência de outros? Como realizá-los? (CONGRESSO AGRÍCOLA, DO RIO DE JANEIRO, 1878, p. 74-75, grifos nossos).

De maneira geral, percebemos que o governo tinha ciência da situação que se encontrava a lavoura, tanto que, no questionário foi destacado as reivindicações dos próprios agricultores como educar e treinar a mão de obra, investir em escolas agrícolas ou na imigração, bem como, recursos aos produtores. Em relação ao educar para liberdade, Schelbauer (1998) atestou que a escravidão estava chegando ao fim, contudo, a criação de escolas agrícolas seria uma das saídas para resolver o problema da falta de mão de obra para a lavoura cafeeira.

Por conseguinte, o Sr. Ricardo José Gomes Guimarães, um proprietário da cultura do café do Sul, ao responder o questionário do governo, se expressou sobre a necessidade de uma educação:

[...] moral, religiosa, **cívica**, intelectual e profissional, por meio da qual não só a lavoura, com seus recursos atuais de braços capitais, conseguirá a dupla vantagem de aumentar melhorando seus produtos, como ainda adquirirá milhões de **operários** ociosos no **país**, uns, os camponeses, em quase laborai, outros, os índios, em completa laborai, e que neste triste estado pouco o nada trabalham, porque habituaram-se ao pouco e mesmo a **miséria**, e porque, imersos na **ignorância**, não consideram o trabalho sob seu verdadeiro aspecto, como uma lei da natureza humana e uma necessidade social (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878, p. 54-55).

Milet (1881) corroborou com esse questionamento ao afirmar que, nesse cenário, a forma mais conveniente e eficaz para suprir a falta de mão de obra era a discipliná-la e treiná-la. Em sua concepção, não faltava “braço”, o existente era apenas mal aproveitado, como transparece na sua fala:

[...] a população livre nacional oferece-nos fonte **suficiente**, amplo viveiro de trabalho braçal; o que é mister é **fazê-la** convergir para a Grande Lavoura, **quer** na qualidade de parceria, **quer** de **assalariada**. Obrigar **diretamente** não é **admissível**, e deve

recorrer-se a medidas indirectas, de entre as quaes notarei. 1^o- Uma boa lei de locação de serviços, que regule também os direitos e obrigações **recíprocas** de senhor de engenho e do lavrador ou morador; 2^o- A reforma da nossa legislação pátria, na parte que diz respeito aos crimes particulares, e em virtude da qual o furto e roubo ficam quase sempre gozando de impunidade; 3^o- Estreita execução das prescrições legais e policiais, que obriga cada cidadão a justificar de meios de vida honestos, (pois quem não trabalha vive à custa do trabalho dos mais) e criação de uma **polícia** rural para proteção dos lavradores (MILET, 1881, p. 72, grifos nossos).

Para o autor, o Estado deveria investir em força coerciva para garantir a segurança dos proprietários de terras. Por isso, ele apontava para a criação de uma polícia rural.

Schelbauer (1998) observa que no discurso dos latifundiários de terras a questão em pauta era a necessidade de instruir a população pobre e os escravizados para o trabalho livre, segundo ela, esse novo modelo de trabalho permitiria ao cativo a trabalhar mais e por amor a pátria, visando mais segurança entre empregado e empregador.

Complementou a autora que mesmo com a abolição dos escravizados em 1888, essa discussão permaneceu em aberto, cujo desdobramento se estendeu à República. Assim, com a nova ordem, o que ocorreu foi o desvio de foco quanto à finalidade da educação, antes, a preocupação era educar para a liberdade que caracterizava um discurso de natureza econômica, depois, o discurso se configurou de natureza política para formar a “alma nacional”.

Todavia, essa não seria uma tarefa fácil, José Veríssimo, em seu livro “A Educação Nacional”, escrita no cenário da Proclamação da República, defendeu a formação do caráter nacional. Segundo o autor, “[...] não há país civilizado, não há nação livre, não há cultura, não há grandeza nacional, não há democracia, não há república – senão quando há um povo que tem a consciência de sua força, dos seus deveres e dos seus direitos” (VERÍSSIMO, 1985, p. 144). Sob essa perspectiva, o autor projetava uma educação atrelada à cidadania no sentido de formar o cidadão cívico.

Correia Neto, além de estar preocupado com a instrução primária formal, esteve envolvido aos movimentos que se encontravam à frente da difusão da educação e dos conhecimentos científicos em espaço informal, sobre isto, trataremos na próxima seção.

3.3 AS CONFERÊNCIAS E OS DEBATES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

A temática discutida nesta seção versa em torno da atuação e das ações desenvolvidas por Correia Neto durante o período de funcionamento das “Conferências”. Para tanto, foram mapeadas cinquenta conferências proferidas pelo intelectual ao longo de onze anos e selecionadas dez conferências, para trazer ao debate, conforme foi informado pelo autor.

Ao longo desses onze anos foram realizadas 465²⁶ conferências por 114 oradores, dos quais onze se apresentaram pela primeira vez no ano de 1884. Sendo

²⁶ Segundo Cardoso (1885) foram realizadas nove conferências em 1873, 95 em 1874, 50 em 1875, 71 em 1876, 1 em 1877, 44 em 1878, 38 em 1879, 47 em 1880, 50 em 1881, 30 em 1882, e, 30 em 1883, em 1884, 47 em 1880, 50 em 1881, 30 em 1882, e 30 em 1883 por vários conferencistas, quais sejam: Manoel Francisco Correia - 50, Conselheiro João Manoel Pereira da Silva - 45, Dr. Feliciano Pinheiro de Bittencourt - 42, Dr. Antonio Ferreira Vianna - 20, Dr. Fort - 15, Conselheiro Joaquim M. Caminhoá - 12, Dr., Augusto Cesar de Miranda Azevedo - 12, Dr., Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira - 11, Dr. Francisco Ribeiro de Mendonça- 11, Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães - 11, João Braz da Silveira Caldeira - 11, Dr., José Maria Velho da Silva - 9, Dr. Nuno Ferreira de Andrade - 8, Senador José Martins da Cruz Jobim - 8, Bacharel Theophilo das Neve Leão - 7, Dr. Antonio Coelho Rodrigues - 7, Dr. João Baptista da Silva Gomes Barata - 6, Barão de Tautphoeus - 5, Dr. Carlos Victot Boisson - 5, Dr., Francisco Boisson de Araujo Góes - 5, Dr. Licínio Chaves Barcelos - 5, Desembargador Tristão de Alencar Araripe - 4, Conselheiro Francisco Praxedes de Andrade Pertence - 4, Dr. José de Saldanhada Gama - 4, Dr. Carlos Arthur Dusch Varella - 4, Julio Cesar Leal - 4, Conselheiro José Liberato Barroso - 3, Chefe de Divisão Ignacio Joaquim da Fonseca - 3, Dr. José Agostinho dos Reis - 3, Dr. Luiz Couty - 3, Dr. Manoel Joaquim Fernandes Eiras - 3, Dr. Antonio Limoeiro - 3, Dr. Joaquim Multinho - 3, Conselheiro Antonio de Almeida e Oliveira - 3, João Landesman - 3, Dr. Miguel Antonio da Silva - 3, Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo - 3, Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Rezende - 3, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho -3, Dr. João Pizarro Gabiso- 3, Dr. José da Cunha Ferreira - 3, Manoel Hilario Pires Ferrão - 3, Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior - 3, Gustavo José Alberto - 3, Dr. Amaro Cavalcanti, Manoel Cyridião Buarque, Dr. Antonio Zeferino Candido, Dr. Antonio Maria de Miranda Castro, Dr. Joaquim José Teixeira, 1º Tenente Francisco Carlton, Dr. Elyseu de Souza Martins, Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, Dr. Soeiro Guarany, Dr. Manoel Jesuino Feneira, DI'. José Joaquim de Amorim Carvalho, Dr. Clément Jobert, Dr. Manoel Francisco Correia Júnior, Dr. Silva Araujo, Dr. Antonio de Castro Lope, Dr. Ennes de Souza- 2, Senador A. C. de Assis Figueiredo: Dr. José Cardoso de Moura Brasil, Dr. Domingos José Bernardino de Almeida, Dr. João Barbosa Rodrigues, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Dr. João Martins Teixeira, Dr. Cypriano de Freitas, Dr. João Baptista Kossuth Villelli, Dr. Hilario de Gouvêa, Dr. João Paulo de Carvalho” Dr. Ramos de Queiroz, Francisco Tavares Valdez, Gustavo Aimard, Commendador José de Almeida Soares, Dr. João dos Reis de Souza Dantas Sobrinho, Alfredo da Silveira Bastos, Luiz Maria Vidal, Dr. Francisco Antonio de Carvalho Júnior, Augusto de Carvalho, Herman Gade, Dt. Thomaz Porciuncula, Dr. Lima Castro, José Palmella, Dr. Luiz Correia de Azevedo, Dr. Fernandes Lima, Dr. Oliveira Campos, Dr. Rosendo Muniz Barreto, Dr. Pedro Soares de Meireles, Dr. Joaquim José Menezes Vieira, Dr. Luiz de Almeida Araujo Cavalcanti, Dr. Thomaz Alves Júnior, Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, Dr. Misael Ferreira Penna, Dr. Galdino Emiliano das Neves, Dr. Antonio Felício dos Santos, Dr. Bento Ct'UZ, Dr. Rodrigo Octavio, Capitão Tenente Freitas, Felix Belliy, Carlos Frederico Hartt, Baldomero Carqueja Fuentes, Julio Cesar Ribeiro de Souza, Francisco Rebello de Carvalho, Miguel de Pino, José Fredericode Freitas Júnior, Dr. João Cordeiro da Graça, Jorge Mirandola Filho, Henrique de Toledo Dodsworth, Dr. Pedro de Alcântara Nabuco de Araujo, Dr. Luiz Henrique Pereira Campos,

eles: Sr. Dr. Amaro Cavalcante; Dr. Amaro José da Silveira; Dr. Henrique de Toledo Dodsworth; Dr. João Cordeiro da Graça; Dr. José Carneiro de Campo; capitão de mar e guerra José Marques Guimarães; Jorge Miranda Filho; Dr. Luiz Henrique Pereira Campo Manoel Cyridião Buarque; Dr. Pedro de Alcântara Nabuco de Araújo e Dr. José Pereira Rego Filho (CARDOSO, 1885).

É importante esclarecer que Correia Neto usou várias nomenclaturas para referenciar a modalidade de educação que ele defendia: ensino obrigatório primário, instrução pública primária, instrução popular, instrução elementar e ensino popular. Entretanto, neste trabalho, optou-se pelos termos: instrução pública primária e instrução primária, em razão de serem as mais usadas por Correia Neto em seus discursos.

O quadro a seguir tem por objetivo indicar as conferências, os temas, as datas e as fontes.

Quadro 7 – Conferências proferidas por Manoel Francisco Correia Neto

DATA	Nº	TEMA	FONTE
23/11/1873	1	Ensino primário obrigatório	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
11/01/1874	2	Necessidade das Escolas Normais	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
8/03/ 1874	3	Riqueza Intelectual	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
3/10/1875	4	A instrução da Família	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança
03/10/1875	5	Ensino moral. Religião. Família. Positivismo. Materialismo	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança
21/11/1875	6	Direção do Ensino. Importância da instrução nos destinos da Humanidade	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
15/10/1876	7	Educação das crianças das ruas	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
2/01/1876	8	Não é monopólio do Estado o Ensino Superior.	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
01/09/1878	9	Educação física	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
20/04/1879	10	O sentimento religioso	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

No quadro, observamos que as temáticas das conferências estavam relacionadas à ciência e educação. Elas foram selecionadas com a intenção de esclarecer que a escolha se deve por permitirem a apropriação de informações, bem como evidenciam as polêmicas relevantes sobre os debates e as lutas empreendidas em torno da instrução primária no período estudado.

Na abertura das “Conferências Populares da Glória”, Correia Neto discursou sobre o ensino primário obrigatório, agradeceu o público presente, estendendo os cumprimentos ao Imperador D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina Maria²⁷ que compareceram ao recinto para a solenidade magna. Relatou que:

[...] ao abrirem as portas de um **edifício** que a solicitude do governo fez levantar em prol da instrução da **infância** a qual liga-se mais intimamente do que à primeira vista pode parecer o desenvolvimento futuro da pátria, acredito nenhum **assunto** deve ter preferência aquele que vou ocupar-me. É pela primeira [...] vez que é dado falar neste **palácio** que o sentimento **patriótico** erige para atestar o empenho com que se procura difundir em todo o **Império à instrução** elementar (CORREIA NETO, 1873, p. 24, grifos nossos).

Correia Neto, em seu discurso, mostrou-se preocupado com a desorganização do ensino e a forma como a instrução estava sendo ofertada para a população, e na tentativa de mostrar essa lacuna ao público presente, pontuou que a nação mais civilizada era aquela que se preocupava com a educação do seu povo.

Correia Neto (1873, p. 29), na sequência, reafirmou a necessidade de construir escola que reunisse:

[...] condições **morais** e **arquitetônicas** que infelizmente nem sempre se encontram. A melhor escola é aquele edifício risonho, jardim infantil, na frase expressiva dos **alemães**, em que o professor zeloso e paternal **reúne** grande **número** de crianças para **introduzi-las** no **postiço** do majestoso monumento da **ciência**, imprimindo lhes o gosto do estudo, e lapidando lhes cuidadosamente o diamante da consciência para que sua limpidez em jaça desfira chispas brilhantes dos mais puros e nobres sentimentos (grifos nossos).

²⁷ Esposa de D. Pedro II – princesa – nasceu na Itália, cidade de Nápoles, então pertencente ao reino da Duas Sicílias. Considerada pelos brasileiros “a desvelada mãe da infância desvalida, a amparadora dos pobres e a terna mãe dos brasileiros”. Em 1889, com a proclamação da República, o governo decidiu exilar a Família Imperial. No entanto, “[...] no dia 17 de novembro, à uma e meia da madrugada, na corveta Paraíba e são transferidos em alto-mar para o vapor Alagoas, partindo definitivamente para a Europa” (CUNHA, 1987, p. 17).

Com base no exposto, percebemos que a proposta de escola defendida por Correia Neto era o jardim infantil, esse modelo de escola conjugava todas as condições necessárias para instruir a criança com base nos conhecimentos científicos. Além disso, destacava a falta de professores capacitados para atuar nessa instituição.

Contudo, ao defender a obrigatoriedade do ensino nessa conferência, o intelectual expressou a sua indignação sobre o poder público, bem como as posições dos políticos imperiais, em relação à proteção das crianças desvalidas, cujo enfoque recaía na maneira como ambos reconheciam a capacidade intelectual de cada uma delas.

Correia Neto, ao fazer referência às crianças carentes, pontuou que posteriormente à Guerra do Paraguai (1864-1870), aumentou o número menores perambulando pelas ruas e vielas do Rio de Janeiro. Os debates que abordavam esse assunto nas conferências deveriam chamar a atenção das autoridades imperiais, sobretudo a de D. Pedro II, a fim de se buscar outra forma de assistir esse público (CORREIA NETO, 1873).

[...] Às crianças das ruas são o contraste nefasto da **apulência** das grandes cidades. Dão **elas** constante cuidado os encarregados de manter a ordem e o **sossego público**. Mas a **ação** da **polícia** é **simplesmente** repressiva não remove o mal, ante pode **agravá-lo**, se as crianças forem postas em contato pernicioso com **aqueles** com quem lida habitualmente a autoridade policial. Podem ali receber novas instigações para permenecerem na desordenada carreira que o futuro só reserva um fim **deplorável** (CORREIA NETO, 1876a, p. 117, grifos nossos).

Correia Neto criticava a maneira como essas crianças eram vistas pelo Estado e pelas instituições que deveriam protegê-las. Ele argumentava que os profissionais de saúde, ao avaliá-las, apresentavam um diagnóstico obscuro. Os quatro hospitais da Corte destinados ao atendimento desse público, utilizavam os mesmos critérios de avaliação e, conseqüentemente, o remédio era igual para todos os “cérebros enfermos”, “[...] apagando o facho da inteligência ao sepultá-lo no mais grandioso hospício” (CORREIA NETO, 1873, p. 26).

Segundo o ministro Amaro Cavalcanti, essa suposta proteção às pessoas com necessidades especiais, existia desde do Brasil Colonial, as quais eram vistas, naquela época, como alienadas ou loucas. Com efeito, eram tratadas à margem da

sociedade e segregadas em hospitais sem espaço adequado para serem assistidas, por exemplo, Hospital da Misericórdia, em que a ala destinada a esses pacientes era insalubre (CAVALCANTI, 1898).

Correia Neto (1873) não criticava as iniciativas anteriores e nem a criação do Hospício, com seus grandes muros. Ele questionava que as crianças não poderiam mais serem expostas a essa prática. Em sua concepção, quem governava um país ou uma província não deveria se orgulhar e nem defender esse espaço como melhor opção para cuidar das crianças, visto que muitas delas, ao andarem pelas ruas, não significava que eram “alienadas”, talvez, estavam em busca de manter suas necessidades básicas.

Segundo Correia Neto (1873, p. 52), este monumento, destinado a prestar serviços “úteis” as crianças, deveria ser lembrado apenas como um documento permanente, para certificar de modo significativo “[...] as gerações vindouras o empenho da história em deixar-lhes vivos os traços de sua passagem”. O intelectual enfatizava que a sociedade da época não poderia mais esconder os seus problemas. O povo precisava de instrução, sobretudo, à criança que representa o futuro país.

Diante disso, dados presentes nos Relatórios do Censo Geral de 1872, sobretudo, no relatório de trabalhos estatísticos de 1877, enviado ao conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Correia Neto mostra que o Brasil tinha 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres. Os homens representavam 51,6%, e as mulheres 48,4% da população total. Sendo livre 8.419,672 e escravos 1.510, 806 (BRASIL, 1877b).

Com relação ao número de habitantes do Império, Correia Neto informou que, para um resultado exato, seria necessário compulsar numerosos mapas de grandes dimensões. Portanto, era conveniente, senão indispensável, lançar uma visão geral sobre todos os elementos demográficos que compunha o recenseamento e, assim, “[...] expos aqui sucintamente os resultados de estudos feitos sobre a condição, sexo, estado civil, idade, raça, religião, nacionalidade, profissão, instrução e defeitos físicos” (BRASIL, 1877b, p. 8).

No Relatório, o intelectual escreveu que felizmente a instrução para a população estava dando os primeiros passos. Em suas palavras, pode-se considerar muito próximo da realidade educacional do Império colhido no recenseamento

quanto ao número de habitantes livres, os quais sabiam ler e escrever. Segundo o conselheiro, as declarações foram espontâneas, feitas pelas próprias pessoas que tinham que dar esclarecimentos precisos. Contudo, não se pode descobrir se houve ou não má fé em tais declarações, quando se devesse encarar a questão com sinceridade.

Entre os quadros estatísticos, o da instrução intelectual foi pouco animador, apesar dos quadros apresentarem uma pequena mudança na instrução da sociedade imperial em relação à instrução da época colonial. Para ele, tal mudança era utópica porque não se tinha certeza se as informações eram reais, sobretudo aquelas relacionadas ao quadro da instrução e à frequência de matrícula (BRASIL,1877b).

A população livre recenseada que sabia ler e escrever era de 1.563,078 habitantes, dos quais não sabiam ler 6.856,594. Portanto, em cada mil pessoas 185.65 sabiam ler e escrever e 814.35 eram analfabetas (BRASIL, 1877b).

Correia Neto prosseguiu destacando que, no município da Corte, de cada 100 pessoas, mais da metade – 50,16 – sabiam ler e escrever. Nas províncias, o número de analfabetos era superior. A desproporção menos sensível seria no Paraná, onde em cada 100 pessoas, 34 sabiam ler e escrever e 66 eram analfabetas. No Pará, a relação era de 33 para 67, no Rio de Janeiro e Maranhão era de 31 para 69, no Rio Grande do Sul, em 100 pessoas, 29 sabiam ler e escrever e 71 eram analfabetas (BRASIL,1877a).

As províncias com maior número de analfabetos eram Alagoas, Amazonas, Ceará, Paraíba e Minas Gerais. Em Alagoas, por exemplo, de 100 pessoas apenas 18 sabiam ler e escrever e nas demais províncias somente 15 pessoas entre as 100 receberam instrução (BRASIL, 1877b).

Nesse relatório, Correia Neto pontuou que o interesse do povo pela instrução estava mudando em ritmo lento. Ele questionou o estado em que se encontrava a escola primária, sinalizando que

[...] do Ato Adicional cada **província** tem um regulamento especial para a **instrução pública**. O ensino é inteiramente gratuito nas escolas **primárias** mantida pelo governo, e pode ser livremente dado em escolas particulares, salvas as reservas **necessárias** a fiscalização da autoridade competente. Atendendo-se as grandes distancias que separam os pontos povoados no interior do **país**, os governos provinciais tem deixado de instituir o ensino **obrigatório**, e apenas uma ou outra **província** o tem estabelecido para aqueles

indivíduos em idade própria, que habitam dentro da área descrita por um raio de 500 até 1000 metros, tendo por certo o lugar da escola. Esses diversos regulamentos, adaptando-se as necessidades das respectivas **províncias**, tem contudo um fundo comum (BRASIL, 1877b, p. 40, grifos nossos).

Nesse sentido, a direção do ensino público e a inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução de cada província estariam aos cuidados do presidente da província, diretor geral da instrução pública, ao conselho superior de instrução pública, dos inspetores literários dos distritos e dos inspetores literários das paróquias.

Sobre o Ato Adicional de 1834. Castanha (2006, p. 174) atesta que esta lei delegou poderes “[...] às câmaras municipais e às províncias. O Ato criou as assembleias legislativas provinciais, as quais passaram a ter poder de legislar e organizar vários setores da administração pública, entre eles a instrução primária e secundária”. A seu ver, o Ato de 1834 é representado como um marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira.

O programa de ensino compreende a instrução moral e religiosa, a leitura, a escrita, os elementos de gramática nacional, os elementos de aritmética em suas aplicações práticas, o sistema métrico decimal, desenho linear, os elementos de geografia e história, em especial do Brasil, e noção de história sagrada.

De acordo com Correia Neto, em algumas províncias começaram a introduzir o uso do ensino promíscuo (meninos e meninas na mesma sala). Era vedada a frequência das escolas aos que padeciam de moléstia contagiosa, aos que não eram vacinados, aos menores de cinco anos e aos escravos. Nenhuma escola teria frequência maior de 100 alunos e menor que 20 (BRASIL, 1877b).

Vale sublinhar que nem todos os indivíduos possuíam direito à educação naquela época. A cultura escolar não era acessível para uma parcela da sociedade, composta por negros, escravos, pessoas com deficiências e mulheres, como é possível perceber na reflexão de Marsiglia, assim ela se expressou:

[...] a sociedade capitalista tem colocado a escola como mecanismo que adapta seus sujeitos à sociedade na qual estão inseridos. Sendo assim, na sociedade capitalista a escola tem a função social de manutenção do sistema por meio das ideias e dos interesses da classe dominante, ocasionando o esvaziamento dos conteúdos adequados e necessários à humanização e de métodos igualmente adequados à apropriação da humanidade social e historicamente construída (MARSIGLIA, 2011, p. 7).

O excerto expõe a questão principal quando se trata da educação brasileira do século XIX, a qual restringia o acesso por parte dos filhos das classes menos favorecidas, bem como, das mulheres e dos escravos. Observamos que era uma educação pautada em um modelo ultrapassado, baseado na transmissão de informação e conhecimento desconexo de um sistema nacional de educação.

Outra questão em pauta no relatório foi a religião. Predominava em todo o Império a religião Católica Apostólica Romana. As outras religiões contavam com poucos adeptos, sendo: 16.313 homens e 11.453 mulheres, portanto, em uma população de quase 10.000.000 de habitantes, apenas um não era católico para 314 católicos entre os homens. Na população feminina, de 419 mulheres, apenas uma deixou de professar a fé católica. Entre ambos os sexos, em média um não era católico para 358 católicos (BRASIL, 1877b).

Correia Neto, Na Conferência do dia 29 de agosto de 1875, iniciou o discurso discorrendo sobre os dados estatísticos, enfatizou o lastimável estado da instrução pública. Ele acreditava que os dados do recenseamento de 1872 não alcançaram os resultados desejados devido às condições materiais, geográficas e às possíveis declarações inexatas, sobretudo, na parte relativa à instrução e à frequência escolar, mas isso jamais poderia ser descoberto porque era difícil imaginar que uma população que não conseguisse escrever seu próprio nome pudesse fraudar o resultado (CORREIA NETO, 1875a).

Com base no exposto, constata-se que tais suspeitas fizeram com que Correia Neto começasse uma luta em favor da iniciativa particular em matéria de ensino. Desejava ver esse movimento estabelecer-se firme e sistematicamente. O intelectual questionava que os interesses de instruir a população não deveriam caminhar em lados opostos. Portanto, escola e Igreja não precisavam disputar espaço, visto que esse já estava definido.

Correia Neto (1881) tratou sobre a educação em um discurso pronunciado na Associação Industrial do Rio de Janeiro. Na ocasião, agradeceu à Associação pelo empenho em promover a primeira Exposição Pedagógica na capital do Império, relatando que o evento só ocorreria em 1883, cujo objetivo era divulgar as ações do Estado no campo da instrução pública. Em suas palavras:

[...] O congresso **científico** é uma **biblioteca** viva. A exposição **industrial** é o representante coletivo do aperfeiçoamento do trabalho, **reúnem** ambos, respectivamente, o que **há** de mais adiantado, para nova conquista em **benefício** da humanidade. Ha entre o mundo físico e o mundo moral relações as mais **íntimas**. A riqueza intelectual caminha de par com a material (CORREIA NETO, 1881, p. 300-301, grifos nossos).

O conselheiro Correia Neto terminou seu discurso afirmando que a inteligência aperfeiçoava a indústria e, conseqüentemente, seus produtos alargariam a esfera da inteligência (CORREIA NETO, 1881).

Correia Neto, nessa exposição, foi membro da Comissão Diretora da Exposição Pedagógica, juntamente com o Conde d'Eu, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro), Leôncio de Carvalho e Franklin Dória. Assim, em 29 de julho de 1883, nos salões da Imprensa Nacional, com a presença do Imperador e de sua família, foi inaugurada a Exposição Pedagógica. O evento revelou o interesse desses intelectuais pelo progresso do ensino e da cultura naquele período.

Para Correia Neto (1875a), o povo sem instrução vivia em estado de opressão, sem condições de lutar pela sua liberdade. Na concepção do intelectual, instruir essa população seria a única forma de emancipá-la para atuar naquele século “[...] de máquinas, de vapor, de eletricidade, o trabalho simplesmente braçal está muito reduzido, e é pouco lucrativo. O trabalho remunerador é o trabalho inteligente” (CORREIA NETO, 1875b, p. 72).

Essa união colaboraria para a expansão do ensino nas escolas primárias. Correia Neto pontuou que isso minimizaria as disparidades escolares existentes. Esse posicionamento do autor vem ao encontro da observação de Carvalho (2008, p. 65), ao discorrer que

[...] Um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas se consideramos apenas a formação jurídica.

Por meio do exposto, é possível perceber o atraso na institucionalização da instrução primária na sociedade brasileira do século XIX, tanto que a educação superior ganhava lugar de destaque. Entretanto, a partir de 1870, sobretudo com a circulação de ideias nas conferências populares, a instrução primária começou a ganhar força da opinião pública, se tornando um dos temas mais importantes a serem debatidos na imprensa carioca.

Com efeito, os discursos proferidos nas conferências passaram a agitar os jornais da Corte, tanto para elogiá-los quanto para criticá-los, independentemente do tema abordado. Segundo Carula (2007), em uma das conferências proferidas por Miranda Azevedo, em 25 de abril de 1875, a qual versava sobre o “Estudo e demonstração das leis fundamentais do darwinismo”,

[...] O *Globo* destacou aí a situação delicada do orador mediante as críticas feitas pelos jornais fluminenses, numa referência ao O Apostolo. O *Globo* viu em O Apostolo uma “acusação violenta e apaixonada”, que chegou a acusar o conferencista de criminoso, ameaçando-o de punição legal. Não obstante, segundo O *Globo*, Miranda Azevedo não se preocupou com “as frases violentas” impressas pela folha católica, já que possuía a seu favor sua tese de doutoramento, aprovada pelas comissões competentes e, logo, não era criminoso; deixando a critério do bom senso do público instruído o veredicto final (CARULA, 2007, p. 83).

Segundo Carula (2007), Miranda de Azevedo, ao se defender da acusação perante o público presente, esclareceu que a acusação não se tratava apenas de optar entre o médico e o jornal, mas sim entre os discursos científico e religioso.

Nesse sentido, a autora observa uma disputa entre a Igreja Católica e a ciência, mas a vantagem “[...] estaria ao lado da ciência, porque, diferente do discurso católico, ela traria benefícios à população e possibilitaria o progresso do país, requisito essencial para se atingir a civilização nos moldes liberais” (CARULA, 2007, p. 83).

Para Correia Neto, as boas ideias precisavam ser debatidas e postas em prática. Utilizando dados do século anterior, ele demonstrava que a natureza do homem não estava sujeita à mudança, diferentemente das suas ideias. Se a natureza humana mudasse, poderiam se repetir as Guerras das Cruzadas. Todavia, se as ideias fossem boas e os princípios sólidos, a sociedade seria promissora. Então, se o “povo” recebesse ideias novas, conseqüentemente promoveria mudanças tanto para o indivíduo quanto para o país (CORREIA NETO, 1875a).

Correia Neto (1875a, p. 70), ao fazer referência à violência, pontuava que havia duas formas de provocar mudanças: uma pela força física e outra pela conquista do pensamento. Contudo, as reformas por meio da força deixavam “[...] vestígios de sangue, a viuvez, os filhos órfãos e traziam ressentimentos que o tempo demoraria a apagar”. As reformas conquistadas pelas ideias e em conformidade com as instituições poderiam trazer dissabor, mas não a desolação dos vencidos, porque com a lei os “[...] vencedores passavam a ser súditos como os vencidos, desde que, a lei fosse igual para todos” (CORREIA NETO, 1875a, p. 70).

Outra questão discutida por Correia Neto estava relacionada à direção do ensino. Em sua perspectiva de educação, esse elemento deveria promover e assegurar as mudanças no contexto social. Para exemplificar a questão, Correia Neto (1873, p. 68) citou Leibnitz e Guizot, em que o primeiro dizia: “Dai-me a direção do ensino durante um século e eu mudarei a face do mundo”. Guizot, por sua vez, acrescentava: “Convém formar professores capazes, dignos da nobre missão de preceptores do povo, ou nada teremos feito a bem da instrução primária” (CORREIA NETO, 1873, p. 69). A seu ver, essas proposições deveriam ser entendidas como uma conexão entre homem e instrução. Concluiu que se de nada valesse a instrução e os professores para a formação dos homens, “[...] como se poderia mudar a face do mundo?” (CORREIA NETO, 1873, p. 68).

Em janeiro de 1874, Correia Neto, ao proferir a Conferência sobre a necessidade da Escola Normal, mostrou-se preocupado com a falta de escola para formação de professores, lembrando as palavras de Guizot, ele questionou onde estavam as escolas modelos destinados a formação de professores: “[...] Em vão os procurareis. Pois bem! a causa da pátria exige que não se retarde a criação de escolas normais, sobretudo de uma nesta cidade, e tanto importa dizer que ela em breve estará criada” (CORREIA NETO, 1874a, p. 139).

Ainda nessa conferência, Correia Neto (1874) fez menção ao discurso de Thomas Babington Macaulay, em 1835 – historiador e político britânico, que no parlamento inglês defendeu a intervenção do Estado no ensino:

[...] **Há 150 anos** a Inglaterra era um dos **países** mais **próspero** do mundo e melhor governado. Ao contrário, a **Escócia** era talvez o país mais rude e mais pobre do que pudessem aspirar aos benefícios da civilização. O nome de **escocês** não era proferido senão com desdém nesta parte da nossa ilha. O mais **hábil** dos homens de Estado contemplava a situação dos mais desgraçados de nossos

compatriotas com um sentimento que tocava ao desespero. [...] O parlamento que se reunia em Edimburgo decretou o estabelecimento de escolas **paroquiais**. O que sucedeu? Melhoramento como nunca se tinha visto realizou-se no estado moral e intelectual do povo. Bem depressa, a despeito do rigor do clima, a despeito da esterilidade do solo, a **Escócia** tornou-se um **país** que nada mais teve que invejar às mais belas porções de nosso globo (CORREIA NETO, 1874a, p. 140, grifos nossos).

Em síntese, Correia Neto (1874a) recapitulou o discurso proferido pelo político inglês e baseou-se nele para conquistar apoio do público presente na Conferência. Nesse sentido, executaria seu projeto da criação da Escola Normal com a colaboração de todos que se interessavam pela instrução do povo, bem como pelo progresso do país.

Correia Neto fundou a Escola Normal da Corte, no Rio de Janeiro, em 1874. No discurso de inauguração no 25 de março daquele ano, diante do Imperador, o intelectual lembrou que a instrução primária era a base do edifício intelectual de um povo (CORREIA NETO, 1874a). No entanto, a Escola Normal encerrou suas atividades, em 20 de dezembro do ano seguinte. Nas palavras de Cardoso (1885), o objetivo principal da instituição foi contemplado, o qual seria habilitar professores e professoras em caráter emergencial para o exercício da docência (CARDOSO, 1885).

Saviani (2009) fez um histórico da primeira instituição com o nome de Escola Normal, a qual foi proposta pela convenção, em 1794 e instalada em Paris em 1795. Já a partir desse “[...] momento se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal simplesmente, também chamada Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário” (SAVIANI, 2009, p. 142-143).

Correia Neto (1874a), em seus discursos sobre a educação sempre lembrava a importância de formar profissional pautado na ciência e questionava que pode-se ter:

[...] notável jurisconsultos, **hábeis médicos** e **farmacêuticos**, distintos oficiais de marinha e dos exércitos, sem os estabelecimentos científicos em que adquirem os conhecimentos especiais **indispensáveis** a qualquer das brilhante carreiras das letras ou das armas? E **indispensável** proceder da mesma sorte com relação aos professores de **instrução primária**, que são, como já tive a honra de dizer neste lugar, os primeiros instrutores da milícia cidadã, os clarins das vanguardas nas batalhas em que se peleja

pelas conquistas da civilização. Sem bons professores a **instrução** não pode caminhar (CORREIA NETO, 1874a, p. 141, grifos nossos).

A formação de professores, para Correia Neto (1874a), estava ligada à luta de se criar no país estabelecimento próprio para contribuir com o desenvolvimento da riqueza intelectual. Com base nos progressos das Escolas Normais dos países europeus e Estados Unidos, ele sinalizou que, com profissionais aptos para atuar no exercício do magistério, a reserva intelectual estaria garantida.

Nesse contexto, Correia Neto (1874b) trouxe dois conceitos relacionados à educação, sendo: a riqueza material e a riqueza intelectual:

[...] a riqueza material é para o homem; a riqueza intelectual é para a humanidade. A riqueza material o homem a adquire e consome; a intelectual o homem adquire e não consome. Os herdeiros da riqueza material são os filhos, os da riqueza intelectual não somente os filhos, mas todos os homens. A riqueza material partilha-se entre poucos herdeiros; a riqueza intelectual derrama pela imprensa, conserva-se indivisa para toda a humanidade (CORREIA NETO, 1874b, p. 56).

Correia Neto (1874b), ao diferenciá-las, argumentou que, de certa forma, a riqueza material estava relacionada ao trabalho humano, mas o fruto desse trabalho não poderia ser comum a todos os homens, porque a riqueza material na sociedade capitalista é para ser consumida e esgotada. A riqueza intelectual, por sua vez, seria inesgotável e seu fruto deveria ser apropriado por todos os seres humanos. Entretanto, essa apropriação intelectual não diminuía a soma da riqueza daquele que a produziu, ao contrário, a aumentava mais.

Na exposição anterior, Correia Neto (1874b) mostrou que o conhecimento deveria estar disponível em vários lugares. Por exemplo, nas escolas de primeiras letras, nas escolas secundárias, nos cursos superiores, nas bibliotecas e outros, para o alcance de todos os indivíduos, o que contribuiria para minimizar o analfabetismo reinante da sociedade imperial.

Com relação ao desenvolvimento intelectual, Correia Neto (1874b) incentivou a abertura de bibliotecas em todas as partes do país. Em seu pensamento, os poderes públicos tinham condições de custear esse feito. Como se pode verificar em seu texto, a “[...]” despesa é pequena: uma sala, um bibliotecário e luz, pois que são mais benéficas as que também se abrem a noite. Junte-se ao livro o jornal, e muitos

dos que hoje consomem ingratamente tempo precioso” (CORREIA NETO, 1874b, p. 58).

Nesse contexto, Correia Neto destacava a importância da educação física para a saúde dos alunos. Em sua concepção, a disciplina possibilitaria formar uma população sadia, independentemente da etnia, a qual contribuiria num futuro próximo com a grandeza do país (CORREIA NETO, 1878).

Merece destaque o fato de que nem todas as escolas ofertavam essa modalidade de ensino, faltavam profissionais capacitados, bem como materiais didáticos necessários. O intelectual revelou que os aprendizes que não desenvolviam essa prática de ensino eram “[...] **raquíticos, pálidos**, nervosos e têm-se até introduzido **vícios** degradantes, e aplicam-se ilegalmente os **abomináveis** castigos corporais, tão prejudicial ao brio dos alunos” (CORREIA NETO, 1878, p. 256, grifos nossos).

Quanto ao Ensino Moral, Correia Neto (1875b) argumentou que deveria ser entendido no sentido das palavras de *autoridade legítima* empregadas nos estatutos da Universidade de Paris, que traçaram com fidelidade as condições gerais da prosperidade dos Estados. Tais estatutos, conforme observado por Luzuriaga (1959, p. 60).

[...] todos os estabelecimentos da Universidade devem adotar as seguintes: 1ª.- Os preceitos da religião católica; 2ª.- Legítima felicidade ao Imperador, à monarquia imperial, depositária da felicidade dos povos e à dinastia napoleônica, conservadora da França e todas as ideias liberais proclamadas pela Constituição; 3ª.- Obediência aos estatutos do corpo docente, que tem por objeto a uniformidade da instrução e tende a formar, para o Estado, cidadãos fiéis a sua religião, a sua pátria a sua família.

Nesse exposto, entende-se que o ensino moral defendido por Correia Neto deveria seguir o modelo da organização Católica, de modo em que a população fosse instruída de acordo com os preceitos cristãos, jurando obediência à ordem religiosa. Essa formação possibilitaria uma melhor disciplina familiar.

Tocqueville (2005) em sua obra “A democracia na América: leis e costumes” – a respeito de certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático, formulou várias questões sobre a democracia. Mas, para este estudo, duas merecem destaque: uma de ordem moral e outra de ordem política. Ao compará-las, ele esclarece que:

[...] na ordem moral, tudo é classificado, coordenado, previsto, decidido de antemão; no mundo político, tudo é agitado, contestado, incerto. Numa, obediência passiva, embora voluntária; no outro, independência, desprezo da experiência e despeito de toda autoridade. Longe de se prejudicarem, essas duas tendências, em aparência tão opostas, caminham em concórdia e parecem prestar-se um apoio mútuo. A religião vê na liberdade civil um nobre exercício das faculdades do homem; no mundo político, um campo entregue pelo Criador aos esforços da inteligência. Livre e poderosa em sua esfera, satisfeita com o lugar que lhe é reservado, ela sabe que seu império está ainda mais bem estabelecido por ela reinar apenas graças a suas próprias forças e dominar sem outro apoio os corações. A liberdade vê na religião a companheira de suas lutas e de seus triunfos, o berço da sua infância, a fonte divina de seus direitos. Ela considera a religião como a salvaguarda dos costumes; os costumes como a garantia das leis e penhor de sua própria duração (TOCQUEVILLE, 2005, p. 52).

Face ao exposto, entende-se que a questão da manutenção da democracia nos estados nacionais era uma das preocupações de muitos intelectuais do século XIX. Contudo, Tocqueville (2005), ao viajar para vários países observou que a Igreja sempre teria forte influência sobre a forma como as pessoas se organizariam em suas respectivas sociedades.

Correia Neto, ao tratar do ensino religioso destacou que a Igreja Católica era a religião oficial do Estado Imperial conforme a Constituição de 1824. Por isso, a relevância do seu papel na organização da sociedade brasileira imperial.

[...] Ao culto de Deus vincula-se a dedicação à família a patria. É a **família** a base fundamental da sociedade. Quando se aflouçam os laços naturais que ligam os seus membros, quando esfria o sentimento do comum **afeto** que deve reunir, sofrem os costumes puros, e as leis superiores da moral, que são garantia da ordem e de seus alicerces. Dá-se o **contrário** se diversa é a organização da família, se ela sobressae pela força **incorruptível** de **relações** abençoadas pelo **céu**, em que os mutuos deveres se cumprem com o **regozijo** no coração respirando-se no lar os effluvios da virtude, Famílias assim constituem uma nacionalidade respeitada e feliz, e o amor da patria rebenta **espontâneo** e fervido, esforçando-se cada qual prestar-lhe com abnegação o contingente de seus serviços (CORREIA NETO, 1875c, p. 127, grifos nossos).

Sobre ao ensino religioso, Correia Neto (1879) o considerava um elemento indispensável para a manutenção da ordem social. Entretanto, para ele, essa tarefa deveria ser atribuída à Igreja e à família. Em sua concepção, a família era a primeira

instituição educativa dos filhos, portanto, as crianças bem instruídas se tornariam homens civilizados e, conseqüentemente, teriam um futuro promissor.

Correia Neto, ao tratar do positivismo, apresentou seu ponto de vista sobre a educação. Compreendia que o princípio educacional deveria ser firmado na moral e na ciência. Tais princípios consistiriam em um dos caminhos ou o único para a inclusão de todos os indivíduos na unidade nacional. Desse modo, ele criticou a formulação da teoria do Positivismo de Auguste Comte (1798-1857). Considerava equivocada a forma de Comte buscar e difundir sua ideia de reorganização social, face à manutenção dos privilégios burgueses.

Para Correia Neto, as escolas que adotavam essa teoria eram exclusivistas e estavam sendo disseminadas entre as nações consideradas civilizadas. Inclusive, no Brasil já havia uma, [...] abraçada por muitos com fervoroso entusiasmo” (CORREIA NETO, 1875b, p. 131).

Em função dessa incompatibilidade de ideias, o intelectual tratou sobre o positivismo em uma conferência, em 1875. Em seu discurso, referenciou Dupin, contemporâneo de Comte, que dizia que essas escolas eram errôneas, em função que esta teoria reduzia os conhecimentos científicos na área da educação a partir do momento que dividia os conhecimentos humanos em seis classes distintas.

[...] As quatro primeiras compreenderiam as **ciências** matemáticas e físicas ensinadas em grande parte por professores do maior mérito na escola em que era repetidor. A quinta classe era o que ele a chamou de biologia, isto é, a ciência que compreende os pormenores da vida sobretudo ao ensino de medicina, a sexta e última classe por ele designada com o nome **bárbaro** de sociologia, deveria encerrar a teoria ou antes o mecanismo de todos os governos e de todas as sociedades como se fosse **possível separá-los** os dos **princípios** sagrados que são ao mesmo tempo seu fundamento e seu poder (CORREIA NETO, 1875b, p. 131, grifos nossos).

No entender do intelectual, limitar cada ordem de conhecimentos a exposição pura e simples dos fatos observados com as conseqüências de ordem matemática ou material e reduzi-las ao estado positivo, contribuía para a consolidação da ideologia burguesa conservadora.

Desse modo, para Comte o único conhecimento válido era o da ciência positiva, afastando radicalmente a teologia e a metafísica o que, para Correia Neto consistia em uma afronta a Deus e ao supremo legislador da Universidade de Paris de 1528, o qual trouxe tantos benefícios ao indicar os estatutos daquela instituição,

sendo um deles referente ao poder do Estado sobre o ensino (CORREIA NETO, 1875b).

Saviani (2012) explana que, para o positivismo, a cultura situa-se fora da “[...] história, desistoriciza-se. Por isso, ela é identificada com o “saber enciclopédico”: uma coleção de conhecimentos que valem em si e por si, independente das condições em que foram produzidos e sem as quais seriam impossíveis” (SAVIANI, 2012, p. 53).

Em relação às regras de higiene nas escolas, Andrade (1876) relatou em uma conferência a importância do banho, verbalizando que a maioria das epidemias reinantes ocorria pela falta desse hábito, talvez em razão da ausência de banheiros públicos. Portanto, naquele momento o hábito dos banhos se encontrava difundido somente pelas principais cidades do Brasil, ainda que fossem vistos como necessidades higiênicas. “[...] Conviria cria-los entre nós; mas para que pudessem eles ser uteis, seria necessário atender para duas condições: 1ª, aquisição de grande quantidade de água; cessão d’essa água ao povo por preço baixo (ANDRADE, 1876, p. 111).

O conselheiro Tristão de Alencar Araripe²⁸ (1876), ao proferir uma conferência cujo tema versava sobre a história da pátria, fez um relato sobre o analfabetismo no país, afirmando que dos 10 milhões de habitantes, somente 2 milhões sabiam ler e escrever. Para ele, a educação ofertada era precária, sobretudo para a classe menos favorecida, por isso a urgência em mudar esse quadro. O conselheiro afirmava que todos os brasileiros, conforme suas inclinações, deveriam se empenhar em ajudar a instruir a população e cobrar do Estado as suas responsabilidades (ARARIPE, 1886).

Na conferência realizada no dia 2 de janeiro de 1876, Correia Neto ressaltou que a interferência do Estado no ensino superior não poderia ser:

[...] objeto de **dúvida**, a Constituição do **Império**, o art., 179, § 32 e § 33, garante o ensino primário gratuito, e a criação de colégios e universidades onde serão ensinados os elementos das ciências,

²⁸ Tristão de Alencar Araripe nasceu em Içó, província do Ceará, filho do coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (presidente do Grande Conselho Provincial na República do Equador) e de Anna Tristão Araripe. Bacharelou-se em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, fez parte do curso em Olinda. Foi conselheiro Imperial, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal; presidiu as províncias do Pará e do Rio Grande do Sul; foi sócio do IHGB. *Galeria nacional*. Vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do “Jornal do Brasil”, 1933 (CARULA, 2007).

belas-letras e artes, No primeiros dos **parágrafos** que citei está a **competência** do Estado para regular o ensino primário e a importantíssima declamação de que este ensino é gratuito. No § 33 está firmada a sua competência para resolver sobre o ensino secundário, profissional e universidade onde se ensinam os elementos das ciências, belas-letras e artes (CORREIA NETO, 1876b, p. 78, grifos nossos).

Diante do excerto, percebe-se que na teoria o Brasil possuía os dispositivos legais que garantiriam a instrução pública à população desde a tenra idade até chegar ao ensino superior, mas na prática isso não se efetivava.

Com relação a esses dispositivos, sabe-se que o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, aprovava o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. Tal reforma trazia em seu bojo todos os elementos necessários para organizar a demanda da educação pública, referenciando ao ensino obrigatório, ao estabelecimento das conferências pedagógicas e ao da escola de 2º grau (BRASIL, 1854). Conforme sinalizou Cavalcanti (1898, p. 22),

[...] Obedecendo ao pensamento do legislador, o regulamento de 1854 dispunha que a **inspeção** dos estabelecimentos públicos e particulares de **instrução primária** e **secundária** fosse exercida pelo ministro do **Império**, por um inspetor geral, por um conselho **diretor** e por delegados de **destrito**. Além de outras **atribuições**, incumbia ao **inspetor** geral: convocar e presidir o conselho **diretor**; presidir a todos os concursos e exames para professor do **colégio** de Pedro II, para repetidor do mesmo **colégio**, para bacharel em **letras**; inspecionar por si; por seus delegados ou pelos membros que designasse do conselho **deritor**, todas as escolas, **colégios**, casas de educação e estabelecimentos de **instrução primária** e **secundária**, assim **públicos** como particulares de **instrução**, e expedir todas as **instruções concernetes** ao ensino (grifos nossos).

No anseio de resolver a questão da organização do ensino, de acordo com Cavalcante (1898), essa reforma representava uma das aspirações mais inovadoras da nação em relação ao ensino público. Porém, não era um ensino para toda a população.

Limeira e Schueler (2008, p. 38) argumentam que a população a ser instruída era selecionada, pois constituía apenas “[...] o conjunto dos homens livres e sadios, compreendendo ainda aqueles que, por serem livres e pobres, vivenciavam relações

de dependência para com as classes senhoriais e o Estado, simbolizado, em última instância, pela figura do Imperador.

É interessante observar que no Art. 7º desse Decreto nº 1.331-A, os delegados de distrito eram nomeados pelo Governo sobre proposta do Inspetor Geral, não poderão exercer o magistério público ou particular, primário ou secundário. Portanto, esse profissional ficaria responsável ao cargo:

- § 1º **Inspecionar**, pelo menos **uma vez** mensalmente, as escolas **públicas dos respectivos distritos**, procurando saber se nelas se cumprem fielmente os Regulamentos e as ordens superiores, dando conta ao Inspetor Geral do que observarem, e propondo-lhe as medidas que julgarem convenientes.
- § 2º Impedir que se abra alguma escola ou **colégio**, sem preceder autorização para este fim.
- § 3º Visitar, ao menos **uma vez** em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares deste **gênero**, que tenham sido autorizados, observando se neles são guardados os preceitos da moral e as regras higiênicas; se o ensino dado não é contrário a Constituição, a moral e às Leis; e se se cumprem as disposições deste Regulamento.
- § 4º Receber e transmitir ao Inspetor Geral, com informação sua, todas as participações e reclamações dos professores, e com especialidade, de **três em três meses**, o mapa dos alunos das diversas casas de educação públicas e particulares, verificando primeiro sua exatidão e ajuntando-lhe as observações e notas, que lhes **pareçam necessárias**, entre as **quais** devem declarar **também as vezes** que tenham sido inspecionadas as ditas casas (BRASIL, 1854, grifos nossos).

Para Couto Ferraz (1854), sua proposta deveria atender a todas essas exigências. Defendia a inspeção regular nas instituições de ensino com o intuito de coibir as escolas primárias e secundárias a funcionar sem autorização do governo, bem com, se o ensino ministrado tanto nas escolas particulares quantos nas instituições públicas contemplava os requisitos do dispositivo.

Outra reforma importante foi a de “Leôncio de Carvalho”, de (1879). Em, 19 de abril daquele ano, segundo Machado (2010), o Decreto nº 7247, foi apresentado pelo ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho, membro do gabinete liberal, aos parlamentares, em seguida o decreto foi “[...] submetido à apreciação da Comissão de Instrução Pública, composta por Rui Barbosa – o relator –, Thomaz do Bonfim Spinola e Ulisses Viana. Dessa análise, foi elaborado o Projeto/Parecer de Rui Barbosa” (MACHADO, 2010, p. 171).

No preâmbulo do decreto, o ministro esclareceu os regimentos da instrução primária e secundária do município da Corte, dos exames preparatórios nas províncias, dos estatutos das faculdades de direito e de medicina e da escola politécnica. Machado (2010), ao comparar a Reforma Couto Ferraz de 1854 e o Decreto de Leôncio de Carvalho em 1879, observou que os ministros não trataram dos filhos das escravas em nenhuma passagem dos relatórios. Contudo, esses indivíduos – *ingênuos* – juntamente com as crianças doentes ou as não vacinadas, não tinham acesso à cultura escolar.

O Decreto nº 7.247 consistem em um documento composto por 174 itens aglomerados em 29 artigos. A essência da reforma é esclarecida logo no 1º artigo: “[...] é completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (BRASIL, 1879). No artigo 2º, assegura-se a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, a assistência do Estado aos alunos pobres. No artigo 4º, observa-se que a organização da escola primária seria distribuídos em dois graus, com um currículo similar (BRASIL, 1879).

Sobre a obrigatoriedade do ensino, Martineli (2020) salientou que até que os discentes não se mostrassem habilitados nas disciplinas do ensino primário, sugeriam-se a impossibilidade de ingressá-los “[...] no ensino secundário sem as habilitações concedidas no ensino primário. Dessa maneira, entende-se que aqueles que ingressavam no ensino secundário poderiam ser recebidos a partir dos 14 anos” (MARTINELI, 2020, p. 131).

O desenvolvimento do estudo apresentado nesta seção permitiu compreender que Manoel Francisco Correia Neto considerou a moral, o intelecto e o físico do homem como elementos predispostos para a educação. Nesse sentido, a educação física era vista por ele como um elemento de equilíbrio entre corpo e mente. Assim, deveria fortificar “[...] o corpo, possibilitando maior capacidade intelectual” (SANTOS, 2018, p. 415). Após essas considerações, apresentamos o conceito de infância e criança desvalida na seção que segue.

4 O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DA INSTRUÇÃO

Figura 2 – Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória



Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm.

Essa imagem se refere à Escola da Glória, uma das quatro “escolas do Imperador”. Tais escolas foram construídas por ordem de D. Pedro II a fim de ofertar o ensino privado e o público. No entanto, para a presente pesquisa, essa escola possui um significado relevante, pois seu espaço representava o esforço de Correia Neto para ofertar o ensino público, cuidar, proteger e instruir as crianças pobres. Essa escola, além de sediar “As Conferências Populares da Glória”, em 1873, acolheu a Associação Promotora da Instrução (1874), a qual protagonizou, entre outras iniciativas, a criação da Escola Senador Corrêa (1883) e do Museu Escolar Nacional (1883).

Procurou-se, nesta seção, intitulada “A Associação Promotora da Instrução e o Atendimento às Crianças em Condições de Vulnerabilidade”, expor as ações desenvolvidas por Manoel Francisco Correia Neto em prol das crianças em condições de abandono familiar e estatal, na sociedade fluminense. Para tanto, dividiu-se o texto em quatro subseções, nas quais tratou-se, primeiramente, dos debates históricos sobre a crianças e a infância, em seguida, do conceito de criança desvalida no final do século XIX, na sequência, as iniciativas do intelectual para assistir as crianças pobres e os filhos dos escravizados, por último, da Associação Promotora de Instrução, voltada para instruir esse público.

Antes de iniciar a primeira subseção, consideramos relevante fazer uma pequena digressão para esclarecer a razão que motivou a presente busca por falar sobre a trajetória da criança e da infância, podendo assim valorizar o esforço de Manoel Francisco Correia Neto, o qual acreditava na importância transformadora da educação pública e na concepção de que a criança, sobretudo a desvalida, era digna de respeito e cuidados.

Ao pensar na criança em condições de abandono, Correia Neto foi categórico em afirmar que, quase sempre, o abandono infantil ocorria no contexto familiar, sobretudo nas famílias pertencentes às classes menos favorecidas, tornando-se um círculo vicioso por várias gerações.

4.1 DEBATE HISTÓRICO SOBRE A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO

Para fins de estudos, apresentamos uma reflexão sobre a historiografia da criança e da infância na luta pela transformação da condição social delas nas sociedades, ao longo do tempo. Sendo assim, para fins analíticos, foi feito um levantamento dos autores que se debruçaram sobre essa temática, para melhor contextualizar as reflexões de Correia Neto, que se empenhou ativamente na defesa da criança, sobretudo daquela pertencente às classes menos favorecidas da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, as categorias “infância” e “criança” tornaram-se objetos privilegiados das políticas públicas brasileiras e internacionais, sobretudo em relação às crianças em condições de vulnerabilidade. No levantamento teórico, destacaram-se as contribuições de filósofos da educação, de historiadores e de cientistas sociais quais: Philippe Ariès (1981); Mary Del Priore (1991); Neil Postman (1999); Calota Boto (2002); Colin Heywood (2004); entre outros. Tais estudiosos voltaram-se para essa reflexão, tornando-se úteis para compreender o trajeto da criança ao longo da história.

Ao dirigir o olhar para as ideias de Correia Neto, é interessante destacar a pontuação do autor em relação à criança em condição de abandono e desamparo, podendo assim afirmar que essa não é apenas uma preocupação da sociedade moderna. Em seu discurso, na conferência do dia 15 de outubro de 1876, intitulada “Educação das Crianças das Ruas”, o autor explicou que já haviam sido registradas ocorrências de abandono infantil entre os cristãos, na antiguidade. Seguindo nessa

direção, o autor colocou que os apóstolos teriam levado esse assunto para discussão na primeira assembleia em Jerusalém. Na época, Pedro, chefe dos apóstolos, em missão, seguiu para Roma e convenceu o Imperador Cláudio para que permitisse cultos voltados a garantir alguns direitos à criança, em estado de abandono, na sociedade daquela época (CORREIA NETO, 1876a).

Correia Neto, ao olhar a maneira como cada sociedade, em seu contexto, compreendia e lidava com esses movimentos em busca de garantias para os direitos da infância, aponta que essa ocorrência entre os cristãos, na Antiguidade, foi um dos primeiros registros de providências e de movimentos sociais em prol dos direitos da criança, sendo assim esse seria o começo de todas as ações realizadas a seguir, ao longo da história, em prol da garantia da formação escolar, social, cultural, econômica e religiosa, bem como da preservação das características biológicas, que são naturais ao ser humano, por exemplo o desenvolvimento intelectual da criança (CORREIA NETO, 1873).

Ao servir-se, em sua fala, dessa passagem bíblica, aparentemente simples, o autor mostra sua estratégia de convencimento, que também é uma ocorrência frequente em seus discursos. Mobilizar esse tipo de assuntos é, de certo modo, inovador por desvelar aos seus apoiadores uma dimensão do que estaria por vir no campo da instrução pública. Com efeito, a infância se apresenta, na escrita da história, como uma categoria social e, temporariamente, construída. Nesse sentido, o conceito de infância não é estável e, a cada período, filia-se ao discurso hegemônico vigente.

Colin Heywood, em sua obra “Uma História da Infância: da Idade Média a Época Contemporânea no Ocidente” (2004), fez um levantamento de dados sobre as pesquisas produzidas no Reino Unido, na França, nos Estados Unidos e, em seguida, na Itália, na Rússia e nos países escandinavos. Em tal levantamento, o autor faz várias observações sobre o tratamento da infância e das crianças no decorrer de dois mil anos de história, pois sua investigação abrange um laço de tempo que contempla desde o século VI até o início do século XX.

A partir disso, Heywood (2004) explana que na historiografia ocidental havia uma preocupação com a infância e com a criança, pois no decorrer da história ocidental a criança foi se desenvolvendo fisicamente e psicologicamente no seio familiar de acordo com os costumes e com os hábitos de cada sociedade. Na Idade Média, por exemplo, os códigos jurídicos preservavam o direito à herança das

crianças órfãs e, além disso, “[...] exigiam o consentimento das crianças com relação a um casamento” (HEYWOOD, 2004, p. 26).

Nessa perspectiva, Heywood (2004) tece algumas considerações sobre as teses defendidas por Philippe Ariès, em sua obra “História Social da Criança e da Família” (1981). O autor concentrou-se, sobretudo, na questão da inexistência do conceito de infância na Idade Média, consideração que ele afirmou ser ingênua, tendo em conta as fontes iconográficas que foram utilizadas para descrever o percurso da história da criança. Porém, reconhece o pioneirismo da obra e a recomenda como importante fonte de conhecimento, sendo ela geradora de novos estudos. O autor, também, compartilha a observação feita por Ariès, segundo a qual no medievo a criança, a partir dos sete anos, era misturada aos adultos na aprendizagem de ofícios (HEYWOOD, 2004).

Ao aprofundar a reflexão sobre a conceituação de infância, o historiador e medievalista francês Philippe Ariès (1981) esclarece, em sua obra já citada anteriormente, que o conceito de infância não deve ser confundido com o cuidado e a atenção que os pais tinham para com seus filhos. Portanto, tal conceito, não poderia ser caracterizado por demandas biológicas, mas apenas pelas mudanças que ocorrem nas famílias e nas sociedades quanto às atitudes daqueles que as compõem (ARIÈS, 1981).

Para Ariès (1981), até o século XVII, não existiu uma definição específica de infância. Então, a passagem da criança pela família e pela sociedade era breve e insignificante. Nesse breve tempo, ela não conseguia tocar a sensibilidade dos adultos e, os pais, do mesmo modo, não conseguiam se envolver emocionalmente com os filhos. Nesse sentido, a criança era vista e percebida como um adulto em miniatura, contudo, havia um sentimento superficial ligado à infância, o que o autor chamou de “paparicação”.

[...] reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 10).

Tratava-se de uma infância simbólica, considerando que ao completar sete anos de idade a criança já não precisaria mais dos cuidados maternos, começando, então, outra fase de vida, marcada pela sua entrada no mundo do trabalho, no qual, ela aprendia um determinado ofício imitando os pais e os mais velhos. Na distração partilhava das mesmas brincadeiras dos adultos e, também, poderia assistir e participar dos teatros, bem com ouvir os maus contos de *La Ciavette* e de outros, entendidos como amorais pela Igreja Católica, por apresentar conteúdo diretamente ligados à sexualidade (ARIÈS, 1981).

Suas fontes, a respeito da descoberta da infância, situam-se a partir do século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada, por meio da iconografia, entre os séculos XIV e XVI. Mas, sem dúvidas, foi durante o século XVII que os sinais de seu desenvolvimento se tornam mais abundantes e significativos. Sua primeira percepção de criança situa-se no século XIII, no qual a criança era representada pela imagem do anjo de Reims, isto é, “[...] um menino já grande, mais do que uma criança no qual os artistas sublinhariam com afetação os traços redondos e graciosos, e um tanto efeminados, dos meninos mal saídos da infância” (ARIÈS, 1981, p. 52).

O segundo modelo de criança seria o ancestral, de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois “[...] a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria. No início, Jesus era, como as outras crianças, uma redução do adulto: um pequeno Deus padre majestoso” (ARIÈS, 1981, p. 53).

Um terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança nua. O menino Jesus quase nunca era representado despido. Na maioria dos casos, aparecia, como as outras crianças de sua idade, enrolado em cueiros ou vestido com uma camisa ou uma camisola. Ele só se desnudaria no final da Idade Média (ARIÈS, 1981).

Neil Postman, sucessor dos pensamentos de Philippe Ariès, é reconhecido no estudo da infância. Para o autor, em sua obra “O Desaparecimento da infância” (1999), a criança sofreu várias mudanças no decorrer da história, pois houve um tempo em que a criança foi transformada em adultos, o qual, por sua vez, logo voltaria a ser um adulto infantilizado. Ele pontua que na época por ele analisada a idade das pessoas só estabelecia diferenças marcantes em dois extremos – a primeira infância e a velhice.

Para Postman (1999), o sentimento moderno de infância rompe com o conceito de adulto em miniatura, proporcionando à criança a possibilidade de passar pela etapa da juventude. Com a descoberta dessa nova fase, o autor constatou que estava nascendo uma ideia de inocência. Entretanto, a partir disso surgiram novas preocupações dos pais em relação aos filhos. Tais preocupações abraçariam tanto a formação moral, quanto a racional, bem como os cuidados com estrutura física e as peculiaridades dessa nova faixa etária.

Postman (1999) afirma que o novo conceito de infância foi construído gradativamente, e que, tal construção, pautou-se em três importantes questões, sendo elas: a alfabetização; o conceito de educação e o conceito de vergonha. Segundo ele, a imprensa (prensa tipografia), teve grande contribuição nesse processo, por ter criado um mundo simbólico que exigiu a reformulação do conceito de idade adulta. Isso porque, a partir daquele momento, tal idade, por definição, deveria diferenciar-se e excluir formalmente as crianças do mundo adulto. Para isso, foi necessário “[...] encontrar um outro mundo que elas pudessem habitar. Este mundo veio a ser conhecido como infância” (POSTMAN, 1999, p. 34).

Para Postman (1999), a construção do conceito de criança trouxe um sentimento inteiramente novo. Com base nisso, surgiu com maior intensidade a necessidade de se pensar na formação desta criança. Boto (2002), em sua obra “O desencantamento da criança: entre a renascença e o Século das Luzes”, fez uma viagem histórica, trazendo à baila a socialização da criança no Brasil. Seus dados são importantes para que possamos compreender a discussão da autora com a história dos pensamentos pedagógicos no continente europeu.

Suas referências partem das reflexões bibliográficas da área histórica da Filosofia da Educação. Contudo, seu estudo tem como ponto de partida o final da Idade Média e como ponto de chegada o século XIX. Assim, a autora abarca, em seus estudos, o pensamento renascentista sobre a criança, para, em seguida, debruçar-se sobre a “[...] pedagogia jesuítica e dois teóricos clássicos do pensamento pedagógico dos séculos XVII e XVIII: Comenius e Rousseau” (BOTO, 2002, p. 14).

Conforme a autora, com base nessa investigação, foi possível encontrar vestígios da construção da categoria aluno, instituída como a grande referência de compreensão da criança produzida pela modernidade. Sendo assim, Boto (2010)

sublinha que a narrativa do “Emilio” (1762) não deve ser defendida apenas como um livro sobre educação. Em “Emilio”, Rousseau procurava:

[...] compreender a própria acepção de criança. Nesse sentido, ele queria procurar, na infância de maneira geral, vestígios do homem em estado de natureza. Ao fazer isso, estabelece periodização da vida e do aprendizado. Denunciando o descaso de sua época relativamente à figura da criança, crítico do modelo educacional veiculado pelos colégios religiosos de seu tempo, Rousseau descreve a condição da criança, ao mesmo tempo em que inventa um menino imaginário, que deveria ser educado de acordo com os critérios da natureza (BOTO, 2010, p. 209).

Nessa perspectiva, o conceito de infância, para Rousseau, seria uma categoria escolhida meticulosamente para operar o pensamento sobre a condição humana, no intuito de interpretar as fases do desenvolvimento infantil e juvenil (BOTO, 2010).

A verdade é que nem todas as crianças estavam sob essa égide educativa. No entanto, às crianças, nascidas em uma família abastada, tanto no Brasil como na Europa ou nos Estados Unidos do século XIX, era permitida uma infância cheia de esperança, regrada a educação e repleta de agrados dos pais e familiares. Porém, era uma infância segmentada, à qual as crianças pobres não tinham acesso.

Del Priori, em sua obra “História das crianças no Brasil” (1991), escreveu que, ao revisitar um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que permearam a vida de vários meninos e meninas, percebeu que

[...] o abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância no Brasil. Contudo, se é verdade que desta história surge uma imagem do autoritarismo e indignidade impostos por adultos às crianças, surge também uma história de amor materno e paterno, de afeto e de humanidade das inúmeras pessoas que acima de preconceitos e interesses mesquinhos, deixaram-se sempre sensibilizar com aqueles que, antes de tudo, são os mais carentes e indefesos dos seres humanos (DEL PRIORI, 1991, p. 3).

Diante dessa citação, é possível perceber que a infância moderna, descrita por Ariés (1981), não havia sido constituída integralmente. Contudo, a autora explica

que não havia um plano de conscientização relativo à necessidade de instruir e cuidar das crianças e dos adolescentes no período analisado por ele. Em decorrência disso, o Estado e a sociedade não consideravam esse público como essencial, tampouco como centro de seus interesses.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2000), as primeiras iniciativas de atendimento à infância, propriamente dita, surgiram na Alemanha, em meados do século XIX, com a criação de creches, jardins de infância – *Kindergarten* – conforme denominado por Friedrich Froebel (1782-1852) e as salas de asilo, chamadas posteriormente de escolas maternas.

No Brasil, as instituições pré-escolares surgem mediante a necessidade de atendimento assistencialista para a criança e sua família. Segundo Kuhlmann Júnior (2000, p. 472), as crianças pertencentes à classe média e alta, e mesmo as pertencentes às famílias da Corte, no Rio de Janeiro,

[...] encontrariam no “jardim-de-infância” um lugar propício ao seu desenvolvimento e ao cultivo de bons hábitos. A creche, para os bebês, cumpriria uma função de apoio à família e seria exclusivamente para quando as mães necessitassem trabalhar. Isso significava, à época, as mulheres pobres e operárias.

Nesse exposto, o autor demonstra duas instituições, a primeira (jardim de infância) era destinada à educação das crianças na faixa etária de 3 a 7 anos, das classes abastardas. Quanto a segunda, seria uma instituição assistencialista considerada como espaço de acolhimento e proteção das crianças carentes.

Para Kuhlmann Júnior (2000), a área da educacional não deixou de se fazer presente para as crianças de classes menos favorecidas, chegando até elas por trajetórias paralelas ou por outros canais de comunicação. Um exemplo disso pode ser que muitas crianças, ao nascer, já tinham o destino certo, pois eram deixados nas Casas de Expostos, onde eram recebidos os bebês abandonados nas “rodas”, isto é, cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse o recém-nascido.

[...] para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. Agora, a ênfase está no suporte às famílias pobres, até mesmo para evitar que lhes sobrasse apenas a opção de abandonar seus filhos naquelas instituições, que apesar disso continuaram a existir por boa parte do século XX (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 477).

Nesse processo educativo, a “proteção da infância” era considerada um mecanismo basicamente novo que impulsionava a criação de uma série de associações e instituições para proteger a criança sob diferentes aspectos: o da saúde e da sobrevivência, com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; o dos direitos sociais, com as propostas de legislação e de associações de assistência; o da educação e da instrução, tendo em vista que estas deveriam contemplar todos os cuidados, desde o nascimento, tanto no âmbito do privado quanto do público (KUHLMANN JÚNIOR, 2000).

Outro ponto discutido por Postman (1999) seria o descaso com as crianças, sobretudo as pobres. O autor enfatiza que esse fato não acontecia apenas no Brasil.

[...] em 1890 as escolas secundárias americanas acolhiam somente sete por cento da população de jovens entre quatorze e dezessete anos. Juntamente, com muitas crianças mais novas, os outros noventa e três por cento executavam trabalho adulto, alguns do nascer ao pôr do sol, em todas as nossas grandes cidades” (POSTMAN, 1999, p. 11-12).

Na realidade, no final do século XIX, dizer que os conceitos de criança e de infância estavam envoltos de um sentimento inteiramente novo, bem como, as relações sociais e familiares, muitas vezes não passava de frase feita, pois as crianças das classes menos favorecidas não tinham sido incluídas nessa cultura. Portanto, foi preciso elaborar um projeto e conceituá-las em categorias, como apresentado a seguir.

4.2 O CONCEITO DE INFÂNCIA POBRE E DESVALIDA

Movidos pela preocupação de tirar as crianças pobres do anonimato, tornou-se necessário cunhar um termo para classificá-las. No Código Penal do Império brasileiro, o primeiro conjunto de leis que organizou a estrutura administrativa do Estado nacional em 16 de dezembro de 1830, encontra-se uma primeira conceituação formal, conforme afirmado por Stamatto (2017, p. 26), o Código Penal começa a “[...] tratar os indivíduos menores de 14 anos que não estava sob os cuidados de seus familiares em categorias distintas: órfãos, infratores, abandonados e desvalidos”. Na época, o termo desvalido era utilizado como adjetivo de pessoa,

sendo assim sinônimo de “desprotegido, desamparado”, e também como substantivo, referindo-se ao “pobre, desgraçado” (STAMATTO, 2017).

Ao revisitar o Código Penal (Criminal), tornou-se possível afirmar que, este foi um dos primeiros mecanismos de proteção à criança na sociedade imperial, de 1830 a 1889. É possível perceber que no *Código* não ficava determinada a maioridade da criança, pois no Art. 13. “[...] Se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos” (BRASIL, 1830). No entanto, no Art.18, do mesmo Código, é posto que uma pessoa atinge a maioridade após 21 anos (Código Criminal, art. 13-18).

Além disso, o Código Criminal de 1830, estabelecia três formas de crimes: os crimes públicos; os crimes particulares e os crimes policiais. Este último incluía os vadios, os capoeiras, as sociedades secretas e a prostituição. O crime de imprensa era também considerado policial. Em todos esses casos, o legislador poderia agir aplicando as penas que constavam no documento, como “[...] morte natural, galês, prisão simples ou com trabalho, degredo de desterro, e multa” (BRASIL, 1830, p. 7).

Correia Neto criticava esse mecanismo, dizendo que a ação policial era simplesmente repressiva, pois ela não removeria o mal, podendo, ao invés, agravá-lo. Se as crianças forem postas em contato com criminosos, ou seja, com “[...] aqueles com quem lida habitualmente com a autoridade policial. Podem ali receber novas instigações para permanecerem na desordenada carreira a que o futuro só reserva deplorável fim” (CORREIA NETO, 1876a, p. 115).

Para Correia Neto, era inconcebível pensar no futuro do país sem considerar o amparo às crianças, sobretudo as pobres. Por isso, cobrava dos parlamentares e das autoridades imperiais que, ao discutirem essas problemáticas, o fizessem de forma contextualizada com a época em que viviam, e não como uma ideia solta no tempo.

Nesse seguimento, Correia Neto argumentava que o número de crianças abandonadas estava crescendo desde o final do século XVII e se acirrou, sobretudo, com a Guerra do Paraguai (1864-1870), a qual ceifou várias vidas, sobretudo dos chefes de famílias. Tal conjuntura aumentou, obviamente, o número de crianças órfãs e abandonadas nas portas das casas, nas igrejas, nas ruas e até mesmo em

montes de lixo. Waquim, Coelho e Godoy (2018, p. 93) explicaram que nesse período, a assistência:

[...] à população pobre era realizada por meio de convênios firmados entre as municipalidades e as Santas Casas de Misericórdia, que acolhiam e encaminhavam as crianças que possuíam entre zero a 3 anos de idade para amas de leite pagas, e se ninguém se responsabilizasse por elas, retornavam para as casas de assistência e lá permaneciam até os 7 anos de idade, quando então eram entregues às câmaras municipais e ficavam expostas, em especial ao trabalho escravo. Isto quando não eram incorporadas informalmente a uma família, para servir como mão de obra gratuita.

Nesse trecho, percebe-se que nessa época o tema infância não estava presente nas agendas jurídicas, ou seja, não havia uma lei para enfrentar a situação das crianças pobres e, quando o assunto era colocado na pauta do dia, os políticos desviavam a atenção para a responsabilidade penal.

Sem a proteção dos órgãos públicos e das famílias, essas crianças viviam perambulando nos grandes centros urbanos do país, sobretudo no Rio de Janeiro, a então capital do Brasil. Contudo, a sociedade e a polícia as viam como vagabundas e vadias (ABREU; MARTINEZ, 1997).

A criança, nessa circunstância, estava mais propícia a cometer alguma infração, pois, era considerada menor infratora, mesmo quando a pobreza a levasse a se apropriar de algum objeto que não lhe pertencesse, ou até mesmo de algo para satisfazer suas necessidades imediatas (saciar a fome) (STAMATTO, 2017).

Outro ponto a ser observado era a criança em situação de abandono. Essa criança não teria assistência nem da família e nem do Estado. De acordo com Rizzini (2004), a criança que nascia em situação de pobreza ou “[...] em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas” (RIZZINI, 2004, p. 13).

Stamatto (2017, p. 93) prossegue explicando que a criança órfã seria aquela pertencente a uma família de qualquer status sociais, que, após perder pai e mãe, ficava sob “[...] a responsabilidade do Juiz de Órfãos, autoridade judiciária que existia desde a época da colônia”.

Rizzini (2004) afirma que, nessa época, várias crianças órfãs e abandonadas eram entregues para famílias, geralmente ricas, de alto prestígio social e tementes

a Deus. Nesses abrigos, essas crianças sofriam maus-tratos e preconceitos, mas, mesmo assim, muitas delas continuavam no mesmo lugar, ou seja, excluídas do contexto social.

Para melhor esclarecimento da situação em que viviam estas crianças, elegemos um fragmento da obra “Negrinha” de Monteiro Lobato (1963), publicada em 1920. Tal escolha foi porque o autor traz à baila temas polêmicos da sociedade brasileira imperial do final do século XIX. Temas tais como preconceito, racismo, humilhação, desigualdade social, mentalidade escravocrata, maus-tratos dentre outros. Conforme apresentamos a seguir.

Conhecedor da realidade da população negra brasileira, sobretudo dos filhos de escravo, Monteiro Lobato serviu-se da narrativa e, especificamente, do conto para plasmar o enredo e as personagens de “Negrinha”. Cabe destacar que, mesmo a obra sendo publicada em 1920, ela traz elementos que permitem uma melhor compreensão das crianças órfãs e abandonadas, bem como os pensamentos que acabavam formando o senso comum da época retratada. Portanto, o autor esclarece a maneira que à criança, em especial, a órfã seria tratada:

[...] Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu se logo apelidada assim – por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida – nem esse de personalizar a peste... O corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo. Sua pobre carne exercia para os cascudos, cocres e beliscões a mesma atração que o ímã exerce para o aço. Mão em cujos nós de dedos comichasse um cocre, era mão que se descarregaria dos fluidos em sua cabeça. De passagem. Coisa de rir e ver a careta... A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos – e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime novo – essa indecência de negro igual a branco e qualquer coisinha: a polícia! “Qualquer coisinha”: uma mucama assada ao forno porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho, porque disse: “Como é ruim a sinhá!” (LOBATO, 1963, p. 22).

Nesse excerto, percebemos que o autor situa a história de Negrinha em um tempo em que a escravidão havia sido abolida por lei. Portanto, a força dela não foi suficiente para mudar os costumes culturais de cunho racista, discriminatório e

elitista. No entanto, no conto, D. Inácia e Negrinha pertencem ao mesmo contexto social do Brasil Imperial, mas ambas seguem por caminhos diferentes.

Todavia, D. Inácia, não se adequou à abolição da escravidão, pois se comportava conforme as regras de uma época e de uma classe social que teria de perder seu poder. Uma mulher cruel, porém considerada pelo reverendo como “[...] uma virtuosa senhora, em suma – “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral” (LOBATO, 1963, p. 24).

Contudo, Negrinha continuava escrava, sendo que a não-identidade dela demonstrava que o escravizado não era considerado um ser humano por muitos senhores, mas sim um objeto, sobretudo um animal que não possui alma e precisa ser domesticado, por isso, a menina sofria abuso perverso como puxões de orelha, beliscões, surras de intensidades variadas e dentre outros (LOBATO, 1963).

Na mesma linha de pensamento, Veronese (1999) explicou que a exclusão da criança pobre estava ligada às várias formas de violências, sendo elas: a violência psicológica; a exploração de sua força de trabalho; os maus-tratos; a exploração e o abuso sexual; a negligência; a ausência de moradia; de saúde e de escola, “[...] enfim de um sem-número de atentados à sua condição de pessoas humanas, de atentados à sua cidadania” (VERONESE, 1999, p. 193).

Correia Neto repudiava qualquer tipo de violência contra as crianças. Em seus discursos reconhecia que a infância deveria ser compreendida como uma fase da vida que possui peculiaridades. Entretanto, as crianças, sobretudo as pertencentes às classes menos favorecidas, precisavam de ações dotadas de sentidos e significados específicos tanto por parte da família quanto do Estado (CORREIA NETO, 1873).

No entendimento de Correia Neto (1873, p. 33), as crianças, independentemente das suas respectivas classes sociais, deveriam frequentar a escola, portanto, o que, simplesmente, não deveria acontecer seria que ricos ou pobres, as privassem de sua “[...] instrução: o que o Estado não lhes pode conceder é o direito de optar entre a instrução e a ignorância”, sob essa perspectiva, o ensino deveria ser obrigatório para proteger o direito à instrução delas.

Diante dessas considerações, observa-se que Correia Neto (1873) considerava como inadequado os critérios usados para educar o público infantojuvenil naquela época, sobretudo, o filho da família pobre, o qual recebia uma instrução voltada para o mercado de trabalho, apenas com conhecimentos técnicos. Por sua vez, o filho da elite recebia uma formação que preparava-o para ocupar os

mais altos postos do Império brasileiro. Diante disso, enfatizamos na próxima subseção o esforço do intelectual em estudo para minimizar essa situação.

4.3 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE MANOEL FRANCISCO CORREIA NETO PARA À DIFUSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA AS CRIANÇAS DESVALIDAS E OS FILHOS DOS ESCRAVOS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Figura 3 – A Infância Desvalida na Sociedade Imperial



Fonte: Militão Augusto de Azevedo, acervo do Museu Paulista, Universidade de São Paulo. Meninas e menino anônimos – Autor: Paulo Kowalsky (1895).

Para iniciar esta subseção, escolhemos uma ilustração que retrata três crianças. Essa imagem se refere às crianças em situação de vulnerabilidade social no século XIX, pertencentes a grupos historicamente excluídos (pobres e negros). Portanto, ao observá-la, percebemos uma fisionomia padronizada. Aparentemente, elas estavam alheias a esse momento imagético, sem entender a motivação pela qual precisavam ficar imóveis, sem interação nenhuma com a cena fotográfica.

No que concerne às imagens fotográficas, escreveu Kossoy (2001, p. 56), que elas não registram apenas a aparências das coisas e dos objetos, portanto não devem ser interpretadas “[...] apenas como fenômeno “ilustrativo” isolado do contexto sociopolítico e cultural particular em que tais aplicações tiveram lugar”.

Diferentemente dos países europeus e dos Estados Unidos, as crianças brasileiras, que viviam à margem da cultura e sem convívio social, estavam à mercê da sorte, pois careciam de tudo, desde a educação escolar, até uma família, uma assistência adequada por parte do Estado ou algumas políticas públicas voltadas ao

enfrentamento daquela realidade. Portanto, essa era a razão pela qual as crianças eram geralmente apáticas, amedrontadas e nem conseguiam sorrir (RIZZINI, 2004).

A partir disso, pode-se lembrar a criança como adulto miniaturizado, por não demonstrar nenhum sentimento de infância, resquício da compreensão que se tinha da criança no final da Idade Média, momento em que ela era vista apenas pelo seu caráter incompleto, por um ser “não adulto” (BOTO, 2002).

Outro detalhe interessante a ser observado é a forma como as crianças eram apresentadas. Optava-se por fotografá-las escondendo os pés, visto que, as crianças pobres, naquela época, andavam com os pés descalços. Isto, além de indicar a posição ocupada por elas na ordem social, denotava a marca da escravidão e da pobreza.

Contudo, os indivíduos das camadas sociais menos favorecidas começaram a lutar por uma vida melhor. Machado (2002, p. 34) caracterizou essa ação ao escrever que

Os ventos que sopravam da Europa deslocavam-se pelo mundo todo, provocando reviravoltas e impelindo os homens a romperem com a forma de vida adotada. As transformações ocorriam em escala mundial e o continente americano deveria estar em consonância com os rumos que o capital determina. As nações civilizadas precisavam criar novos mercados para poderem continuar acumulando riquezas e as colônias deveriam se modernizar-se para atrair os trabalhadores miseráveis, desativando, assim, a bomba que ameaçava a explodir a Europa.

A partir dessa observação, compreende-se que, ainda no final do século XIX, havia muito a ser feito em todos os segmentos sociais brasileiros, sobretudo, no mundo do trabalho e no campo educacional.

Na luta para responsabilizar o Estado, para que este assumisse a educação, observou-se um esforço, em muitos políticos e intelectuais da época, para definir a melhor forma de proteger as crianças desvalidas e desamparadas. Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 75), os termos desvalidas e desamparadas foram utilizados “[...] pelas elites dirigentes para legitimar suas estratégias de intervenção sobre as infâncias das camadas mais pobres, incluía também os filhos das escravas, nascidos de ventre livre a partir da Lei de 28 de setembro de 1871” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 75).

A Lei do Ventre Livre já havia sido aprovada em 1871, com a qual declaravam-se livre os filhos de escravas nascidos após aquela data, conforme determinados em seu artigo e incisos.

Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei (BRASIL, 1871a).

A Lei do Ventre Livre (1871a) proporcionava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, porém os mantinham sob a tutela dos seus senhores até os 21 anos. Segundo Nabuco (2019), de acordo com essa norma, ao libertar os bebês, estabeleceu ao mesmo tempo que até os 21 anos eles permaneceriam em poder do senhor. Na prática, até essa data, eles continuavam escravos (NABUCO, 2019).

Para contribuir com essa informação, Gerelus (2007) destaca que a questão dos libertos não representou a solução para as problemáticas escravagistas da sociedade imperial, e que, pelo contrário, passou a exigir da sociedade “[...] e da elite dirigente atitudes de enfrentamento ante a nova situação social. A reorganização do espaço social, em decorrência destas mudanças, exigia que se buscasse um ordenamento, ainda que confuso” (GERELUS, 2007, p. 43-44).

De fato, a discussão da abolição estava intimamente ligada à política econômica do país, tanto que, a mão de obra escrava, naquela época, era o que fazia girar a economia brasileira. Portanto, a Lei do Ventre Livre de 1871 foi mais uma forma de libertar os escravos de forma gradual²⁹, para a economia não entrar em colapso, no argumento dos autores contrários a abolição total no Brasil. Mas isso, não amenizou as críticas dos liberais abolicionistas, que desejavam a extinção imediata e completa da escravidão (MACHADO, 2002).

²⁹ Em consequência da lei inglesa, em 1850, o Brasil aprovou a Lei Eusébio de Queiróz, tornando ilegal o tráfico dos cativos. Em 28 de setembro de 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Em, 1885 promulgam -se a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, a qual garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Este regime, se encerra com a promulgação da Lei Áurea, em 1888 (SCHELBAUER, 1998).

Domingos Alves Branco Muniz Barreto, em sua obra “Memória sobre a abolição do comércio da escravatura” (1837), enfatizava o quanto era juridicamente legal essa prática escravocrata no Brasil, pontuando que o comércio de escravo teve o aval da governabilidade africana, e a norte, um ato de benevolência da nação portuguesa, invertendo o real significado dos direitos dos homens para caracterizá-lo na submissão e na exploração de milhões de negros como uma atividade justa e legítima.

Barreto (1837), em seu texto, ao discorrer sobre seus pensamentos escravistas, tenta mesclá-los com uma racionalidade científica moderna, configurando a sua defesa em cinco tópicos.

1º- Mostrarei as Leis, pelas quais se regem os Potentados Africanos, e que, suposto não destroem o Direito Natural da Liberdade, fazem com tudo **lícito o comércio** da escravatura.

2º- Os inconvenientes, e **prejuízos consideráveis**, que pela repentina falta daquele comércio provem, não só a agricultura **Brasílica**; mas- a outros diversos ramos da sua **indústria**.

3º- Os lucros cessantes, que disso nos resultam, não **só** pela estagnação dos **gêneros**, e fazendas, que faziam os fundos, e costeio em geral dos Reais Direitos, particularmente dos que pagavam os escravos nas Alfandegas.

4º- O meio de extinguir a escravidão de uma maneira, que nos não provenha dano, mas sim resulte proveito.

5º- A **providência**, que faça substituir a estagnação **daquele comércio** Africano, recebendo socorros de braços de uma maneira **lícita**, sem faltar ao que se estipulou no Tratado com a Inglaterra (BARRETO, 1837, p. 11-12, grifos nossos).

Por intermédio dessa citação percebemos que a questão da abolição, debatida na sociedade imperial, não foi gerada naquele momento. No final do período colonial, a questão já estava em pauta e o que mais preocupava era a escolha da maneira por meio da qual se libertariam os escravos, sem desconsiderar sua emancipação, lenta e gradual. Vê-se que o discurso entre parlamentares e fazendeiros era o mesmo. Nota-se que Barreto utilizava-se dessa concepção sobre a pressão de um grupo para auferir vantagens em favor de seus interesses privados no campo econômico.

Ao considerar a organização e a formação política e social do Brasil, Gilberto Freyre, em seu livro “Casa-Grande e Senzala” (1933), esclarece que a própria arquitetura da casa-grande ditava as regras.

[...] Nossa formação social quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nós supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a Igreja que age na formação brasileira, articulando –a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a Igreja isolada e só, ou de mosteiro e abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencidos pelo oligárquico e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos (FREYRE, 2003, p. 271).

Dispondo dessas condições favoráveis, os grandes fazendeiros exerceram praticamente o monopólio da política econômica no Brasil. Em decorrência disso, não houve o real desenvolvimento de políticas favoráveis à emancipação total dos escravos, à imigração de estrangeiros e nem ao campo educacional, visto que, esses “senhores” não estavam intencionados em educar as massas, pois temiam que com isso perderiam poder e prestígio social.

Nessas circunstâncias, Capanema (1871), em seu discurso à Câmara dos Deputados, fez menções sobre a situação da escravidão no país. Ele relacionou a tão requisitada emancipação do elemento servil pelos liberais à emancipação política dos conservadores. Segundo ele, o atraso na reforma do elemento servil tinha raízes na política retrógada do partido conservador. O regime escravocrata era uma desonra “[...] perante o estrangeiro e impede que marchemos desassombrados na carreira do progresso” (CAPANEMA, 1871, p.7)

Machado (2002, p. 40), acerca do debate abolicionista, mostra que na visão de Rui Barbosa, no que concerne a Lei de 1871, ela não alcançou o efeito desejado, pois em sua concepção “[...] ninguém divinizou a escravidão ou a defendeu abertamente, todos eram emancipadores”. A seu ver, Rui Barbosa, defendeu que, para ele, adiar a abolição dos cativos seria mais uma das estratégias utilizadas por políticos que primavam, em primeiro lugar, os ideais de vários proprietários de terras, argumentando que ainda não havia condições favoráveis para realizá-la.

Correia Neto acreditava que a abolição era necessária. Mas, enquanto isso não acontecia, era preciso “olhar” para os cativos e seus filhos. Contudo, o intelectual elaborou o Projeto nº 31/1969, determinando que se procedesse à matrícula de escravos em escolas específicas, conforme o exposto.

Art. 1º O governo **mandará** proceder a uma matrícula especial de todos os escravos existentes no **Império**, convidando por editais e pela imprensa, com a maior **antecedência**, todos os possuidores a apresentarem nas estações fiscais, dentro do **prazo** que for marcado, duas relações em tudo iguais, contendo o número de seus escravos, com declaração do nome, idade, sexo, profissão e aptidão para o trabalho. Das relações, assinadas pelo apresentante e rubricadas pelo agente fiscal, **ficará** uma em poder do possuidor dos escravos e a outra na estação fiscal, para por ela fazer-se a escrituração necessária. Art. 2º Os escravos que por **qualquer** motivo deixarem de ser incluídos na matrícula de que trata o artigo antecedente serão considerados livres, assim como os que nascerem depois desta lei, que, por omissão dos interessados, não forem incluídos na mesma **matrícula** dentro de um **ano** depois do nascimento. Art. 3º Por cada escravo maior de dez anos incluído na matrícula especial cobrar-se há o imposto anual de 500 rs., sem prejuízo da atual taxa de escravos. Art. 4º Dentro de seis meses depois da promulgação desta lei, o governo **expedirá** o **necessário** regulamento para sua boa execução (CORREIA NETO, 1870b, p. 117, grifos nossos).

Nesse excerto, percebe-se que a escravidão no Brasil era reconhecida como um agravante no atraso social do país, e que, apesar dos esforços de Correia Neto em acelerar a matrícula dos escravos em escolas específicas, a educação dos filhos de escravos mostrava-se tarefa árdua e muitas vezes impossível de se concretizar, visto que, os negros não eram considerados cidadãos brasileiros.

Para Correia Neto, a Lei do Ventre Livre foi um passo importante dado pela sociedade imperial. Na visão dos conservadores, ela trazia, em si, um tratamento respeitoso aos cativos, ao estancar a segunda fonte da escravidão, visto que, a partir dessa lei, ninguém mais nascia escravo no Brasil. Essa determinação foi bem lembrada por Saraiva (2019, p. 81), ao dizer que tal ação foi sem dúvida o “bloqueio moral da escravidão”, e continua, a lei “[...] não deve ser tomada como uma transação entre o Estado e os proprietários de escravos, mas como um ato de soberania nacional” (SARAIVA, 2019, p. 83).

É possível perceber que a escravidão no Brasil tinha duas fontes: o tráfico e o nascimento dos filhos das escravas. Teoricamente, a primeira teria sido estancada, em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravo, e que começou a ser cumprida quando entrou em vigor a Lei Nabuco de Araújo, em 1854 (nº 731), que previa punições às autoridades que fossem coniventes com esta prática (BRASIL, 1854).

De Acordo com Nabuco (2019, p. 78), a agitação antes e depois da campanha parlamentar que resultou na Lei de 1871, e as “[...] promessas depois feitas, bastenos dizer em geral, por ora, que a oposição levantada contra aquele ato devia ter espalhado entre os escravos a crença de que o fim do seu cativeiro estava próximo”.

Sendo assim, surge espontâneo um questionamento: Os filhos das escravas, então conhecidos como “ingênuos”, naquele contexto, chegaram a desfrutar dos direitos relativos à educação escolar garantidos para os cidadãos do Império? Na Carta Constitucional de 1824, em seu artigo sexto, fica explícito quem havia esse direito. Conforme apresentado em seus incisos:

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império. III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil. IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência. V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização (BRASIL, 1824).

Podemos observar que o direito à educação era excludente, na medida em que a Constituição citada declarava quem era considerado cidadão brasileiro. Com essa restrição tornavam-se evidentes as estratégias do Estado para restringir o acesso escolar aos escravos.

Manoel Francisco Correia Neto argumentava que tanto os ingênuos quanto as crianças pobres não deveriam ser invisíveis aos olhos do Estado. Em seu discurso, o autor disse que os senhores deveriam refletir sobre a maneira de instruí-las, pois “[...] os **benefícios** da **instrução**, que é em verdade o mais poderoso motor do progresso do povo, e o mais firme **sustentáculo** das bases **morais** sobre que repousa o Estado” (CORREIA NETO, 1873, p. 44, grifos nossos).

Segundo Mossé (2015) a Lei Rio Branco (Ventre Livre) de 1871, foi um passo importante para o país. Isto, pode ser comprovado no número decrescente de escravos, que era de 1.700.000, desceu a 1.584.674 em 1873, a 1.133.228 em 1884, e a 733.416 no recenseamento de março de 1887. No mês de maio de 1888, “[...] as libertações em massa tinham reduzido esse número a menos de 600.000.

Desde 1871, mais de 500.000 filhos de escravos tinham nascido livres, em virtude desta lei” (MOSSÉ, 2015, p. 151).

Desse modo, no quadro a seguir expomos, em dados eloquentes, a progressão que se operou no país na diminuição do número de escravos de 1873 a 1887.

Quadro 8 – Número decrescente sobre os filhos de escravas

Províncias	Escravos em 1873	Escravos em 1887
Amazonas	1.716	0
Pará	31.237	20.535
Maranhão	74.598 33	446 22
Piauí	24.016	8.970
Ceará	31.975	108
Rio Grande do Norte	13.634	3.167
Paraíba	27.651	9.448
Pernambuco	106.236	41.122
Alagoas	36.124	15.269
Sergipe	35.187	16.875
Bahia	169.766	76.838
Espírito Santo	22.297	13.381
Rio de Janeiro (cidade e distrito)	47.084	7.488
Rio de Janeiro (província)	303.807	162.421
São Paulo	174.622	107.329
Paraná	11.807	3.513
Sta. Catarina	15.250	4.927
Rio Grande do Sul	99.401	8.442
Minas Gerais	340.444	191.952
Goiás	10.771	4.952
Mato Grosso	7.051	3.233
Total	1.584.674	733.416

Fonte: Elaborada pela autora (2021) de acordo com os dados compilados de Mossé (2015).

É possível observar, pela leitura do quadro, que, entre 1873 até 1877, o número escravo decresceu consideravelmente em todas as províncias do país. Isto motivou, vários políticos e professores a abrirem escolas privadas para ofertar o ensino primário e secundário. As instituições beneméritas, que se propunham a oferecer o ensino gratuito, eram subvencionadas pelo cofre do Estado.

Nos levantamentos de dados sobre Associações e Sociedades promotoras de Instrução pública (particulares, privadas, religiosas) realizados por Pereira de Jesus (2007) no Arquivo Nacional do Rio Janeiro, ele encontrou 310 registros de

associações criadas na cidade capital do Império entre 1860 e 1889³⁰. Entre elas estão as “Sociedades Literárias e de Instrução de Instrução”, conforme apresentamos algumas a seguir:

- 1861 Gabinete Português de Literatura;
- 1864 Instituto Literário Maranhense;
- 1865 Sociedade Acadêmica Ateneu Central;
- 1869 Liceu Literário Português;
- 1871 Sociedade Alpha Literária;
- 1871 Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida;
- 1873 Liceu Literário Português;
- 1873 Sociedade Crepúsculo Literário Português;
- 1874 Associação Protetora da Instrução das Meninas;
- 1874 Gabinete Português de Leitura;
- 1874 Associação Promotora da Instrução;
- 1874 Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Freguesia de São João Batista da Lagoa;
- 1877 Instrução dos filhos livres de escravos;
- 1877 Instrução dos filhos livres de escravos – fazenda escola;
- 1877 Sociedade do Ateneu Pedagógico;
- 1878 Liceu Literário Português;
- 1878 Associação Educadora Brasileira;
- 1879 Sociedade Literária Magdalenens;
- 1880 Instrução de filhos livres de escravos;
- 1882 Sociedade Literária Liceu Paratinense.

Ao observar o percurso histórico de instituições em forma de internato, visando a reclusão das crianças, concordamos com Schueler (1999, p. 5), ao esclarecer que os dirigentes do país almejavam construir uma nação e apresentá-la ao mundo acobertando as desigualdades sociais, culturais e econômicas, sob “[...] o manto de uma formação elementar comum e de uma cidadania regulada e restrita para a ampla maioria da população”.

³⁰ Para a investigação das Associações e Sociedade Promotoras do Rio de Janeiro – ver – PEREIRA, J. R. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

Correia Neto assumiu uma postura crítica na interpretação destes fatos. E, no primeiro dia do ano de 1874, fundou a “Associação Promotora da Instrução”. Em seu discurso de inauguração, em uma das salas da escola da Glória, disse que seu interesse não era fins lucrativos, mas cumprir uma de suas promessas políticas e, conseqüentemente, realizar mais um de seus sonhos, que era acolher as crianças pobres, sobretudo os ingênuos e lhes ofertar o “pão da infância” (CORREIA NETO, 1874), conforme evidenciamos a seguir.

4.4 AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTRUÇÃO PARA INSTRUIR ESSE PÚBLICO

Iniciaremos esta subseção apresentando uma carta enviada a Correia Neto, no dia 29 de dezembro de 1873, João Alfredo de Oliveira Corrêa relatou o desejo de criar mais uma instituição assistencialista. Ao iniciá-la, parabenizou Correia Neto pela sua iniciativa de fundar a Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, no município da Corte, bem como pelo seu sucesso em seu primeiro ano de existência.

Esta beneficente associação, cujos estatutos foram aprovados pelo decreto n. 4.864, de 2 de janeiro de 1872, além de **vestuário** e livros que dá aos **alunos** pobres das escolas municipais de S. Sebastião, tem preenchido, de modo louvável, outros fins de sua instituição. Pensando sempre em dar impulso a iniciativa particular tão **eficaz** em outros países, e compreendendo quanto há a esperar-se do espírito caritativo dos brasileiros, **atraindo** e **aplicando** ao desenvolvimento da instrução popular, lembrei-me posteriormente de instituir outra associação com fins mais amplos, a qual daria o título de Promotora da Instrução Publica, incumbindo-lhe , além do mais a tarefa de criar, proteger e administrar, auxiliada pelo governo, as casas de **asilo** de que fala o art. 62 do regulamento de 17 de fevereiro de 1854, sem execução até hoje. Este projeto, escrito desde abril em forma de decreto do poder executivo, esperava a ocasião feliz que se oferece agora, de ser levado a efeito pelas pessoas que acabam de indicar e aceitar a ideia principal que nele se contem (OLIVEIRA, 1873, p. 61- 62, grifos nossos).

No texto da carta, fica explícita a reivindicação do então Ministro do Império para a construção de mais um centro assistencialista na Corte. Tal Associação deveria contar com uma demanda mais ampla, além disso, o ministro acrescentava mais uma tarefa a Correia Neto. Tal tarefa seria dar continuidade à construção de

um asilo, cujo projeto estava parado. Foram consideráveis sugestões, ambas acatadas por Correia Neto.

Quanto ao asilo, em 1871, Correia Neto apresentou um relatório dando ciência do estado que o estabelecimento se encontrava e, na sequência, as medidas mais urgentes para seu desenvolvimento. Entretanto, ele pontuou o quanto era importante conseguir donativos mensais, prática já desenvolvida pelo Mosteiro de S. Bento e o Convento do Carmo desta Corte. Concluindo que, se “[...] o patriotismo atingir um algarismo considerável, podendo servir para auxiliar, no começo de sua vida social” (BRASIL, 1871b, p. 302).

Na carta, percebemos que o Ministro do Império confiava na capacidade intelectual e na responsabilidade de Correia Neto. Como homem profundamente preocupado com a instrução das crianças, sobretudo as pobres, o intelectual fundou a Associação Promotora de Instrução Pública, em 1874, em uma das salas da Escola Pública da Glória. Este espaço estava destinado a auxiliar a promoção e a difusão do ensino primário e secundário para as crianças das classes menos favorecidas e para os “ingênuos”. Logo, no primeiro ano, foram oportunizadas 1.027 matrículas para o ingresso das crianças vulneráveis, de maneira gratuita, conforme observado por (CARDOSO, 1885).

Em 1882, ano em que a Associação completava oito anos, em sessão solene, presidida pelo Imperador D. Pedro II, Correia Neto fez um discurso apresentando uma grande ação desempenhada pela associação e, ainda, reforçou a importância desse estabelecimento educacional.

Senhor! Os sócios e sócias da Associação Promotora da Instrução quiseram, por cotização entre si, **assinalar** com mais, um ato meritório a sua festa de hoje, jubilosa porque representa **espontâneo** tributo a um dever cívico. Está matriculado nas aulas mantidas pela Associação um escravo, cuja carta de libertação vou ter a honra de depositar nas augustas mãos de Vossa Majestade Imperial (CORREIA NETO, 1882, p. 313, grifos nossos).

Para Correia Neto (1882), a “semente” plantada pela emérita lei de 1871, estava dando bons frutos e, conseqüentemente, despertando a atenção governamental para a importantíssima questão da expansão da escolarização popular na instrução primária.

A Maçonaria reconhecia a importância da instrução pública no Rio de Janeiro, bem como, as ações desta Associação. Para Santos (2014), os maçons seriam os reais responsáveis pelo sustento das ações em prol da instrução popular na Corte. Muitos desses eram conferencistas nas Conferências Populares da Glória, portanto, os colaboradores na construção da Associação Promotora da Instrução (SANTOS, 2014).

Na verdade, Correia Neto estava à frente de uma Associação que mobilizava vários intelectuais com objetivos comuns. Nesse sentido, tais intelectuais se envolviam na construção de projetos voltados para a criação e a manutenção de vários estabelecimentos assistencialistas. O foco desses maçons eram ofertar a instrução aos grupos populares visando formar um “outro cidadão” (CANDIÁ, 2013).

A Associação contava com vários sócios, entre os quais: os médicos Antenor Augusto Ribeiro Guimarães; Augusto Cezar de Miranda Azevedo (1851-1907); Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884); Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) e Joaquim Nabuco Barreto de Araújo (1849- 1910). Tais sócios, além de ajudar com uma grande quantia em dinheiro, prestavam seus serviços gratuitamente (CARDOSO, 1885).

Esses médicos articulavam os processos educativos as medidas de higiene, atividades físicas, cuidado com a alimentação e vacinas. A Educação Física era defendida por eles como um mecanismo de higiene e de exercícios físicos, tais exercícios fortificaria o corpo, tornando, a criança mais forte e saudável. Portanto, na Associação essa proposta educacional deveria contemplar as crianças livres, negras, pardas, brancas, estrangeiros, órfãos, abandonadas, ou seja, todos os alunos matriculados nessa instituição (CORREIA NETO, 1878).

Para Gondra e Schueler (2008, p. 62-63), as associações voltadas à proteção e à instrução das crianças pobres e desvalida foram pensadas não apenas de forma plural, mas

[...] de modo associado ou concorrente, delinearão iniciativas e constituirão formas e práticas diversas para promover os projetos de educação e de nação. Uma destas forças educativas foi representada pela ação da própria sociedade civil, por meio da criação de múltiplos espaços e redes de sociabilidade, formais ou informais, que longe de se constituírem como lugares estanques e isolados uns dos outros, estabeleceram entre si uma série de interseções e relações, embates e confrontos.

Diante dessa citação, constatamos que as associações culturais, filantrópicas ou pedagógicas, fundadas ou reformadas durante o Império, tiveram como foco as crianças que faziam parte da chamada infância pobre e desvalida (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Com o intuito de “proteger a infância”, impulsionou-se a criação dessas associações e instituições sob diferentes aspectos. Mas Correia Neto questionava essa “boa intenção”. Em seus discursos, sobretudo nas conferências da Glória, ele chamava a atenção para o número de crianças que aumentava nas ruas, a cada dia (CORREIA NETO, 1876a).

Articuladas à essas preocupações surgiram questões relacionadas à problemática da criança pobre pertencente à zona rural. Correia Neto se envolveu em projetos educacionais juntamente de outros intelectuais: Carlos Leôncio de Carvalho, Henrique de Beaurepaire-Rohan, Nicolau Joaquim Moreira, Deputado Franklin Américo de Menezes Dória e Luiz Monteiro Caminhoá. Em 1880 fundaram a “Associação Protetora da Infância Desamparada”, na província do Rio de Janeiro, cuja proposta era promover a instrução primária e a educação agrícola destinadas à tais crianças (SCHUELER, 2000).

A Associação tinha por objetivo fundar e dirigir asilos agrícolas, uma de suas ações era construir escolas práticas de trabalhadores para a lavoura. Essa instituição se destinava à promoção da educação dos menores “[...] ‘vagabundos’ e dos ‘ingênuos’ em uma colônia onde fosse possível promover a cultura dos principais produtos do mercado agrícola, até então cultivada pelos escravos e pelos trabalhadores livres do eito” (SCHUELER, 2000, p. 23).

A Associação Promotora, com o intuito de abrigar e instruir estas crianças, contava com duas seções: uma para os meninos e outra para as meninas, ambas eram destinadas às crianças indigentes, sendo que somente em 1881 o ensino passou a ser misto.

Correia Neto (1876a, p. 115) tinha uma preocupação acrescida com as meninas. Conforme esclareceu em discurso.

[...] As miseráveis meninas abandonadas, a que riscos não estão expostas! A pureza de seu coração, a delicadeza de seus sentimentos, a virtude que é a **flor** de sua alma, como escaparão aos

rigores da fome, aos assaltos da enfermidade, as **seduções da torpeza**? Quantos exemplos não há de consciências que se abatem ao **atrato** envenenado da depravação **hipócrita**? (CORREIA NETO, 1876a, p. 115, grifos nossos).

Nesse aspecto, a preocupação de Correia Neto (1976h) relaciona-se com as imagens construídas sobre a província do Rio de Janeiro, com suas ruas e becos sujos, e com muitas meninas perambulando nelas, incomodando as autoridades policiais e as classes dirigentes nos centros urbanos do Império.

Essa circunstância reforçou a aprovação de Estatutos da Associação Promotora, voltados à instrução de meninas, pelo Decreto nº 5.660, de junho de 1874. Podemos perceber isso na disposição de seus artigos.

[...] Art. 1º a sociedade promotora da **instrução** de meninas se compõe de **sócias** fundadoras, **efetivas**, correspondentes, honorárias e beneméritas em **número** ilimitado.

§ 1º são fundadoras **aquelas** senhoras que até a data da aprovação dos estatutos, tiverem seus nomes **inscritos** na lista das **sócias**.

§ 2º são **efetivas aquelas** cujos nomes se inscreverem depois da referida **aprovação**.

§ 3º são correspondentes as que, residindo fora do **município** da **corte**, onde se estabelece a sociedade, coadjuvem os fins desta.

§ 4º são honorárias as que, por seu reconhecido merecimento, tragam prestígio à sociedade.

§ 5º são **beneméritas** as que prestarem serviços relevantes à sociedade, promovendo a entrada de **cinquenta sócias** ou donativos no valor de quinhentos mil réis, ou concorrendo gratuitamente a ensinar as **alunas** da sociedade, ou servindo na administração por longo espaço de tempo, ou praticando **quaisquer** outros **atos** de grande utilidade.

Art. 2º o fim social é promover no **município** da **corte**, **simultânea** ou gradualmente, conforme os recursos da sociedade, o ensino **primário**, **secundário** e profissional (BRASIL, 1874, grifos nossos).

A organização da Associação era composta por sócias efetivas, correspondentes, honorárias e beneméritos. Essas sócias tinham de concordar com as normas impostas nos estatutos para coadunar e, conseqüentemente, fazer parte do quadro de sócias da API. Tais normas correspondiam o interesse maior da instituição. A saber: promover o ensino primário, secundário e profissional no município da Corte.

É possível perceber os esforços voltados à efetivação das crianças no mundo do trabalho, pois havia um acordo, entre os diversos dirigentes do Estado imperial, segundo o qual a educação teria sido capaz de impulsionar o progresso do país.

Portanto, todos os gastos voltados à instrução popular seriam um investimento, porque permitiriam a diminuição do número de indigentes, de enfermos e de criminosos, poupando os gastos de instituições como hospitais, asilos e cadeias (SCHUELER, 1999).

Ao reconhecer a realidade em que as crianças vivenciavam em seu dia a dia, além da Associação ofertar instrução gratuitamente para elas, também oferecia roupa, calçados, alimentação, livros, cadernos, papel, caneta e lápis, bem como o mobiliário apropriado, mapas, quadros e aparelhos dentre outros (VALLADÃO, 1958).

Em seguida, outras ações foram desenvolvidas, quais: a criação de quatro escolas de ensino público, mantidas pela Associação, em bairros distintos como em São Cristóvão, Vila Isabel (Boulevard 28 de setembro – Escola Santa Isabel), Centro (Rua do Lavradio – Escola Barão do Rio Doce) e Laranjeiras (na atual Praça São Salvador – Escola Senador Correia). Além dessas escolas, ele criou, em 1882, por intermédio da Associação, uma biblioteca, na inauguração da qual esteve presente D. Pedro II, que era um assíduo incentivador de iniciativas como aquelas.

A Associação não contava com a ajuda do Estado, mesmo assim se tornou um espaço dos mais eficientes em favor do ensino. Visto que, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a liberdade dos *ingênuos*, o número de órfãos e crianças desamparadas aumentou consideravelmente (CORREIA NETO, 1876).

Os custos das escolas, mantidas pela Associação, giravam em torno de duzentos contos, mas isso não era um problema, pois a instituição tinha um grande patrimônio em apólice e em dinheiro, contando com mais de setecentos sócios e vinte professores que prestavam seus serviços gratuitamente. Na Escola Senador Correia, um dos sócios, Dr. Antônio da Cunha Barbosa fundou uma biblioteca com 6.000 volumes (BASTOS, 2003).

Ao longo de sua história, a Associação foi homenageada, inclusive, com prêmios internacionais, com destaque para a Medalha de Ouro na Exposição Universal de 1889, em Paris, e o Diploma de Honra da Exposição Universal Colombiana de Chicago, em 1892 (VALLADÃO, 1958).

Na instituição havia, entre várias práticas, a distribuição de prêmios para homenagear os alunos comportados e os que alcançassem as melhores notas. Entre os prêmios, havia os

[...] de caráter. E nas salas de estudo das Escolas se via mesmo esta máxima de seu fundador: “Se todos não podem ter talento, todos são obrigados a ter caráter”. Finalmente, **sobre** a afluência às escolas, assim pode informar Moreira de Azevedo: “Cada ano aumentava a **matrícula** dessas escolas, onde milhares de meninos e meninas iam beber ensino” (VALLADÃO, 1958, p. 35, grifos nossos).

Certamente, Correia Neto tinha o maior apreço à essa virtude, então, o prêmio era mérito pessoal do aprendiz. Isso permite inferir que o aluno, moldado nesse preceito, seria o mais aplicado ao estudo e ao trabalho. Portanto, na concepção de Correia Neto, esses bons ensinamentos deveriam ser seguidos por todos os alunos.

A cada ano, aumentava o número de matrículas nas escolas da Associação. Correia Neto se orgulhava do feito e, em discurso, dizia que esta prosperidade representava um relevante exemplo do quanto pode alcançar a iniciativa particular, mesmo em um país pobre, quando esse for guiado pela honesta intenção de satisfazer os interesses nacionais.

Nesse empreendimento, Correia Neto contou, com o apoio do Imperador, figuras eminentes, como o engenheiro Paula Freitas, que supervisionou pessoalmente a construção as reformas de todos os edifícios da Associação (VALLADÃO, 1958).

Consideramos a Associação Promotora de Instrução Pública, no período estudado, uma das instituições assistencialistas mais importantes, pois, mesmo sendo de caráter privado, assistia as crianças em condições de vulnerabilidades com recursos próprios. Observamos que suas ações foram diferenciadas e determinantes para a expansão e o processo do ensino primário e secundário na província do Rio de Janeiro, então Capital do Império.

Além disso, a formação do alunado era pensada não apenas em relação à sua preparação para o mundo do trabalho, mas também, à sua instrução voltada ao desenvolvimento das condições mínimas para reproduzir sua vida e as formas sociais da sua organização.

Contudo, Correia Neto se orgulhava das ações desenvolvidas pela “Associação Promotora da Instrução de Meninos” e da “Associação Promotora da Instrução de Meninas”. Visto que, além de ambas desmotrar sua importância para o desenvolvimento da ciência e da educação para o país era uma oportunidade para as crianças pobres mudar sua realidade de vida, sobretudo, das crianças de ruas.

Para garantir a dignidade a essas crianças, elve se manter no cargo de diretor até que as instituições fossem distituidas no início da República.

Dessa destituição resultou na criação do Museu *Pedagogium* (1890). Assim, em 16 de agosto de 1890, foi assinado o Decreto nº 667, com 16 artigos, pelo Governo Provisório da República Marechal Deodoro da Fonseca e pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães que resolvem criar um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de *Pedagogium* (BRASIL, 1890, s/n).

De acordo com Bastos (2008), a ideia de criar o Museu *Pedagogium* surgiu no período Imperial, no ano de 1880. O projeto dessa instituição, entretanto, foi autoria de Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), que como inspetor geral da instrução primária e secundária, teria requisitado a Biblioteca Nacional todos os materiais da extinta Associação Mantenedora do Museu Escolar (1883) e da Associação Promotora da Instrução (1874), determinando a transferência desses materiais para incorporá-lo ao *Pedagogium*, visando às primeiras experiências educacionais da República (BASTOS, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos na realização desta dissertação foram alcançados no que se referem à temática *Manoel Francisco Correia Neto e as suas ações Políticas Frente à Institucionalização da Instrução Pública Primária no Brasil (1873-1894)*. Contudo, ao chegar ao final da pesquisa esperamos ter esclarecido a importância das ações de Correia Neto no período retratado, sobretudo, para aqueles que são ou pretendem ser pesquisadores em educação, não porque pensamos em conservar ou cristalizar suas proposições.

Ao contrário, como pesquisadores da educação, reconhecemos que as formulações de suas proposições são caminhos e soluções para resolver os anseios da sociedade do seu tempo presente. No entanto, um dos ganhos como pesquisadora da educação foram as experiências abordadas do passado, as quais nos permitem uma compreensão melhor da forma como a educação é pensada na atualidade.

Por conseguinte, ao longo do estudo, procuramos responder a indagação da pesquisa: *quais as ações políticas implementadas e as proposições defendidas por Manoel Francisco Correia Neto frente à institucionalização da instrução pública primária, no Brasil, no final do século XIX?* Com base em autores e pesquisadores da educação, sobretudo, aqueles que desenvolvem seus trabalhos no campo da História e Historiografia da Educação, buscamos analisar, estudar e refletir sobre um período fundamental de nossa história. Período que, o intelectual ajudou o Brasil a constituir seu modelo educacional alinhando o aos parâmetros educacionais das nações europeias, consideradas moderna e adiantada naquela época.

Notamos em consideração o esforço de Manoel Francisco Correia Neto para a institucionalização da instrução pública primária no Brasil, um dos assuntos debatidos entre professores, parlamentares, políticos, autores e atores em diferentes espaços na sociedade carioca, período em que a ordem vigente denunciava seu fim, foi o que nos motivou a estudá-lo. Salientamos que a intenção de trazer à baila diferentes intelectuais foi mostrar que os debates e lutas em defesa da instrução pública começou anteriormente a implantação da República brasileira, em 1889.

Ao trazer para nosso estudo o trabalho desenvolvido pelo conselheiro Correia Neto em defesa da instrução pública, tínhamos plena consciência que estaríamos diante de um intelectual de várias faces, como funcionário público, deputado,

ministro, senador, conselheiro de Estado, conselheiro do Imperador e educador. Por isso, ao apresentá-lo à Historiografia da Educação Brasileira, acreditamos que as novas gerações de historiadores, pesquisadores e estudiosos da Educação possam se debruçar sobre as informações apresentadas para fundamentar outros estudos, em razão dele ter sido um importante intelectual no debate da instrução pública, política, cultura, dentre outros temas.

Constatamos que as ações desenvolvidas por Correia Neto foram de caráter educacional. Ele acreditava que a educação nos diferentes sujeitos presentes nas diversas sociedades no decorrer da história era um fenômeno que sempre os mobilizou em produzir o seu próprio conhecimento e, conseqüentemente, transmiti-lo para as futuras gerações, justificado pelo registro do cotidiano de suas existências.

Correia Neto, consciente de que a produção capitalista iniciada com a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII pressionava os países a se modernizarem, sobretudo em relação à forma de trabalho para se adequarem ao mercado mundial, envolveu-se em campanhas e lutas que dialogassem com as mudanças anunciadas em várias sociedades da época.

No decorrer do estudo, nos esforçamos para evitar julgamentos à história passada, bem como em atitude de veneração ao nosso “objeto de estudo”. Dado o exposto, na primeira seção, intitulada *Manoel Francisco Correia Neto: trajetória de vida intelectual*, levamos em consideração o trabalho de seu pai Manoel Francisco Correia Júnior, pelo fato de que a pesquisa nos revelou que não é raro que os créditos do trabalho empreendido por Manoel Francisco Correia Neto sejam atribuídos à figura de seu pai. Buscamos desvelar sua preocupação com os problemas internos e externos do país e com a institucionalização da instrução pública. Contatamos que ele não escondia sua simpatia pelo Império, acima de tudo pelo Imperador e, apesar de não ser considerado um abolicionista, colaborou com a elaboração de leis e decretos que favoreceram os escravos durante o processo de abolição.

Na segunda seção, denominada *A participação de Manoel Francisco Correia Neto no debate sobre a educação pública*, elencamos o pensamento educacional no movimento da sociedade burguesa, firmado no Brasil no final do século XIX. Com os dados estatísticos em mãos, resultado do primeiro recenseamento do Império, em 1872, Correia Neto defendia a instrução primária como o único caminho para superar o analfabetismo generalizado no país.

Empenhado nessa defesa fundou as *Conferências Populares da Glória*, com o intuito de despertar a atenção dos governantes e da elite letrada em ingressar nessa seara, que no seu ponto de vista seria uma empreitada extremamente difícil. As conferências, ao longo do tempo, foram se constituído como um espaço formador de opiniões, com relevância nacional e internacional por debater os estudos das artes, da ciência e da cultura em geral.

Carregado de caráter científico rompia com os discursos político e religioso, a fim de atender às necessidades mais emergentes naquela época, uma delas a criação da instrução pública para o povo. Em seus discursos, sobretudo os proferidos nas conferências, defendia a urgente necessidade de implantação dessa modalidade educacional, enfatizando que enquanto o “braço” do Estado não alcançasse todas as crianças em idade escolar, sobretudo as carentes, os cidadãos letrados (professores, médicos, magistrados, dentre outros) deveriam intervir na educação brasileira, visto que não havia impedimento algum previsto na Lei de 1827.

Na terceira seção, *A Associação Promotora da Instrução e o Atendimento às crianças em Condições de vulnerabilidade*, observamos o empenho de Manoel Francisco Correia Neto em defender as crianças em condições de abandono familiar e estatal, na sociedade fluminense. Em sua perspectiva, era necessário instruí-las para prepará-las para a humanidade e para a vida em sociedade. Ele acreditava na importância transformadora da instrução e na concepção de que a criança, independentemente de sua situação econômica, era digna de respeito e cuidados.

Ao pensar na criança em condições de abandono, Correia Neto era categórico ao afirmar que, quase sempre, o abandono infantil ocorria no contexto familiar, basicamente nas famílias pertencentes às classes menos favorecidas, tornando-se um círculo vicioso por várias gerações. Dessa forma, fizemos um levantamento na historiografia que trata esse assunto para compreender o trajeto da criança ao longo da história, dando projeção ao conceito de infância desvalida no final do século XIX.

Correia Neto questionou o abismo existente entre as crianças pobres e ricas. Enquanto que às crianças nascidas em famílias abastadas, seja no Brasil como na Europa ou nos Estados Unidos do século XIX, era permitida uma infância cheia de esperança, regrada a educação e repleta de agrados dos pais e familiares; às crianças pobres restava uma infância segmentada e marginalizada.

Portanto, as crianças brasileiras que viviam à margem da cultura e sem convívio social estavam à mercê da sorte, pois careciam de tudo, desde a educação escolar, até uma família, uma assistência adequada por parte do Estado ou políticas públicas voltadas ao enfrentamento daquela realidade.

Constatamos que a fundação da Associação Promotora de Instrução Pública, em 1874, por iniciativa de Correia Neto, constituiu-se como um alento para esse público. O espaço foi destinado a auxiliar a promoção e a difusão do ensino primário e secundário para as crianças das classes menos favorecidas e para os “ingênuos”. Logo no primeiro ano foram oportunizadas 1.027 matrículas para ingressantes, de maneira gratuita

A Associação inicialmente contava com duas seções: uma para os meninos e outra para as meninas. Suas ações contemplavam a oferta gratuita de instrução, além de oferecer roupas, calçados, alimentação, livros, cadernos, papel, caneta e lápis, bem como o mobiliário apropriado, mapas, quadros, aparelhos e outros.

Outra ação relevante foi a criação de quatro escolas de ensino público, mantidas pela Associação, em bairros distintos, como São Cristóvão, Vila Isabel (Boulevard 28 de setembro – Escola Santa Isabel), Centro (Rua do Lavradio – Escola Barão do Rio Doce) e Laranjeiras (na atual Praça São Salvador – Escola Senador Correia). Além de tais escolas, Correia Neto criou, em 1882, por intermédio da Associação, uma biblioteca.

A partir dessas análises, acreditamos que Correia Neto foi uma personagem do seu tempo, que lutou frente às problemáticas postas naquele período. Levantou questionamentos, sobretudo após o recenseamento de 1872 das situações que estavam presentes no cotidiano da sociedade imperial e, por isso, suas buscas objetivavam instruir o sujeito para a atuação no contexto social e, conseqüentemente, ajudar a promover as mudanças necessárias para o país.

Correia Neto propôs uma instrução pública para todos sem interferência da Igreja, mostrando que a finalidade da instrução era preparar o povo para atuar no contexto social e ir além, ver outras possibilidades de atuação no trabalho, defender seus direitos e contribuir para a manutenção da ordem pública

O conselheiro Correia Neto, em quase todos seus discursos, esclarecia que o analfabetismo generalizado era um grave empecilho para o país avançar rumo a um futuro promissor. Em uma perspectiva progressista, lançou um olhar diferenciado para a sociedade imperial. Para o intelectual, não era só o Estado que deveria

proteger, cuidar e educar a infância, mas compreendia que a camada letrada deveria estar incumbida de levar o conhecimento científico, sobretudo aos filhos das classes menos favorecidas, pois instruir a população era fundamental para o Brasil avançar culturalmente, economicamente e socialmente.

Dessa forma, a pesquisa permitiu concluir que Manoel Francisco Correia Neto não se opunha à escola privada, desde que tais instituições ofertassem também o ensino às crianças pobres e desvalidas. Assim, entendemos que o conceito de educação pública para o intelectual não era apenas aquela ofertada pelo Estado. Correia Neto defendeu a instrução pública primária por considerá-la a base do edifício intelectual de um povo, logo, quando completamente desenvolvida, daria o segundo passo rumo à educação secundária, seguindo-se pela educação de nível superior. Isto, em seu pensamento, constituía como a grande reserva intelectual de uma nação e, somente por seu intermédio, o país estaria apto para constituir o rol das nações civilizadas, tal qual o exemplo das europeias.

Com base nessas discussões, nos permitimos afirmar que o objetivo geral da pesquisa analisar *as contribuições de Manoel Francisco Correia Neto para a institucionalização da instrução pública primária e sua compreensão sobre o tema entre os anos de 1873 a 1894* foi cumprido, mas não esgotamos a temática, os objetivos ou mesmo nosso objeto, os quais podem ser indagados e questionados pelas mesmas vertentes que nós utilizamos ou em outras proposições teóricas. No entanto, apontamos para uma discussão aprofundada sobre o Censo Geral de 1872; ou mesmo uma análise do periódico *Conferências Populares*, fundado em janeiro de 1876, na Corte, do Rio de Janeiro. Portanto, esse periódico foi fundado e dirigido pelo próprio Manoel Francisco Correia Neto, por isso, o consideramos como uma fonte promissora de pesquisa. Dada a importância dos temas, esperamos que os pesquisadores em educação possam explorá-los com o intuito de contribuir com a história da imprensa e com a Historiografia da Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. *In*: RIZZINI, I. (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobrás; Ministério da Cultura: USU/ Ed. Universitária. Amais, 1997. p. 19-38.
- ALMEIDA, M. A. P. de. **Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918**. Lisboa. Colibri, 2013.
- ALVES, E. M. S. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos 1870-1908**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- AMORIM, S. S.; FERRONATO, C. de J. O ensino secundário no Brasil oitocentista: O Lyceu Provincial da Parahyba do Norte e seu corpo docente (1836-1875). *In*: COSTA, J. C. de C.; ANANIAS, M. e ARAÚJO, R. M. de S. (org.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822- 1889)**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014. p. 249-343.
- ANDRADE, N. F. de. **Dos Banhos Geral: Conferências Populares**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1876.
- ARARIPE, T. de A. **A História da Pátria**. Conferencias Populares. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1876.
- ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUER, Analete Regina (org.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaskman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.
- ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; GONZAGA, M. T. C. (org.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011.
- BARRETO, D. A. B. M. **Memória sobre a abolição do comércio da escravatura**. Rio de Janeiro: Typ Imparcial F Paula Brito, 1837.
- BASTOS, M. H. C. As conferências pedagógicas dos professores primário do município da Corte: permuta das luzes e idéias (1873-1886). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. 2003, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-7.
- BASTOS, M. H. C. **O Pedagogium registros de memórias da educação no Brasil (1890 - 1919)**. In VII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2008, Cultura Escolar, Migrações e Cidadania. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2008.

BORGES NETO, M.; MACHADO, M. C. G. Possibilidades interpretativas para as pesquisas sobre intelectuais na história da educação. **Notandum**, São Paulo, v. 21, p. 193-213, 2018.

BOTO, C. A invenção do 'Emílio' como opção metodológica da escrita de Rousseau. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 207-225, 2010.

BOTO, C. J. M. C. dos R. O desencantamento da criança: entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JÚNIOR, M. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1824, p. 7, v. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Código Criminal de 1830**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1830. p. 142, v. 1, pt I (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº. 520, de 11 de Junho de 1847**. Mandando executar o novo Regulamento do Corpo Consular do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1847, p. 49, v. 1, pt II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº. 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Coleção das leis do Império do Brasil, Tomo 17, parte 2º, seção 12ª, 1854.

BRASIL. **Relatório apresentado pelo Exmo. sr. dr. Manuel Francisco Correia ao passar a administração da província ao Exmo. sr. dr. João Silveira de Sousa em 2 de outubro de 1862**. Typ de M. F.de Faria; Filho, 1862.

BRASIL. **Projeto nº. 30, de 1869, do Deputado Manoel Francisco Correa, concedendo loterias para libertação de escravos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1871.

BRASIL. **Lei nº. 2.040 de 1871, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde essa data**. Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1871a, v. 001] (p. 147, col. 1).

BRASIL. Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira). **Relatório do ano de 1870 apresentado a Assembléia Geral na 3ª Sessão da 14ª Legislatura**, 1871b.

BRASIL. **Decreto nº. 4.910, de 27 de março de 1872**. Promulga o tratado definitivo de paz entre o Império do Brasil a Republica do Paraguay. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1872, p. 103, v. 1 pt. II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº. 5.263, de 19 de junho de 1873**. Promulga o Tratado de Extradicação celebrado em 10 de Junho de 1873 entre o Brasil e Portugal. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1873, p. 256, v. 1 pt. II (Publicação Original).

Brasil. **Decreto nº. 5.660, de 31 de dezembro de 1874.** Aprova os Estatutos da Associação Promotora da Instrução de Meninas. Coleção das leis do Império do Brasil-v.001, p. 657, col.1, 1874.

BRASIL. **Annais do Senado, de 8 de agosto de 1875.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1875, v. 7, p. 84.

BRASIL. **Annais do Senado, de 10 de abril de 1877.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877a, v. 4, p. 134.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Relatório e Trabalhos Estatísticos.** Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Typ. De Hyppolito Jose Pinto, 1877b.

BRASIL. **Índice Onomástico dos Anais da Câmara dos Deputados: 1826-1889.** Prodasen; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1878. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/37740>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879.

BRASIL. **Decreto nº 667 de 16 de agosto de 1890.** Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1877 Vol. Fasc.VIII (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº. 11.863, de 15 de dezembro de 2008.** Inscreve o nome de Ildelfonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria. Brasília, DF, 16 dez. 2008. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92695/lei-11863-08>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. **O Conselho de Estado e a política externa do Império.** Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1875-1889. Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília, DF: FUNAG, 2009.

CALVI, L. M. **As transformações sociais e a instrução pública:** uma análise dos projetos reforma educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

CAMARGO, J. B. de. **História do Paraná (1500-1889).** Maringá: Bertoni, 2004.

CANDIÁ, M. A. A. Maçonaria e Educação: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória? RJ (1873-1880). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Belo Horizonte, v. 9, p. 1-19, jul./dez. 2010.

CAPANEMA, J. X. da S. **Reforma do Estado Servil.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1871.

CARDOSO, J. A. dos S. **Conferencias e outros trabalhos de Manoel Francisco Correia**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1885.

CARDOSO, L. P. C. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.80-96, jan./jun. 2005.

CARNEIRO JÚNIOR, R. A. *et al.* **Personagens da história do Paraná**: acervo do Museu paranaense. Curitiba: SAMP; Museu Paranaense, 2014.

CARULA, K. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARULA, K. **A tribuna da ciência**: as conferências populares da Glória e as discussões do Darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: AnnaBlume; Fapesp, 2009.

CARULA, K. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Relume - Dumará, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, J. M. de. As Conferências Radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate público. *In*: CARVALHO, J. M. de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-41.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 169-195, 2006.

CAVALCANTI, A. **1849-1922**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1898. 667 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242364>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988 (Edição fac-similar).

CORREIA NETO, M. F. **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel Francisco Correia ao passar a administração da província ao Exmo. Sr. Dr.**

João Silveira de Sousa em 2 de outubro de 1862. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Compilação e anotação das consultas do conselho de Estado, referentes aos negócios eclesiásticos, 1869.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1869.

CORREIA NETO, M. F. **Projeto nº. 30, de 1869, concedendo loterias para libertação de escravos, apresentado a Câmara dos Deputados, em 5 julho de 1869.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870a (Anexo E, p. 115-116).

CORREIA NETO, M. F. **Projeto nº. 31, de 1869, mandando proceder a nova matrícula de escravos e considerando livres os que fossem dela excluído, apresentado a Câmara dos Deputados, em 5 Julho de 1869.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870b (Anexo E, n. 2, p. 117).

CORREIA NETO, M. F. **Ensino obrigatório.** Conferência em 23 novembro de 1873. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Necessidade das Escolas Normaes.** Conferência em 11 de janeiro de 1874. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Direção do Ensino.** Importância da instrução nos destinos da Humanidade. Conferência em 21 de novembro de 1875a. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Ensino moral.** Religião. Família. Positivismo. Materialismo. Conferência em 3 de outubro de 1875b. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **A instrução da Família.** Conferência em 3 de outubro de 1875c. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Educação das crianças das ruas.** Conferência em 15 de outubro de 1876a. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Não é monopólio do Estado o Ensino Superior.** Conferência em 2 janeiro 1876b. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Educação Physica.** Conferência em 1 de setembro de 1878. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **O sentimento religioso**. Conferência em 20 abril 1879. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Discurso, em 18 de setembro de 1881, pronunciado na Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Discurso, em 18 de julho de 1882, apresentado à Associação Promotora de Instrução Pública**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Discurso, em 28 de setembro de 1883a, apresentado a Sociedade Emancipadora de S. Paulo, em comemoração à data de 2 de setembro de 1871**. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. **Explicações reclamadas pelo Ofício de 23 de fevereiro de 1883b, do Dr. Vicente de Souza, secretário da comissão central de emancipação. Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

CORREIA NETO, M. F. Arca de Sigilo. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 53, pt. 2, 1890, p. 649-650.

CORREIA NETO, M. F. Memória apresentada ao IHGB. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 55, pt. 2, 1892, p. 1-13.

COTEGIPE, J. M. M. V. **Carta a Manoel Francisco Correia Neto**. Biblioteca do Senado(Brasil). Rio de Janeiro: Typ. Constitucional, 1872.

CUNHA, L. da F. F. da. **Biblioteca Nacional (Brasil)**. Fotografias: "Collecção D. Thereza Christina Maria". Rio de Janeiro: I A Biblioteca, 1987.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-252, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DEL PRIORE, M. L. M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991 (Caminhos da história).

DEL PRIORE, M. L. M. **O Príncipe Maldito: traição e loucura na família imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

DÓRIA, E. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo**. Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II, Roberto Bandeira Accioli *et al.* Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

ELEIÇÃO PARA DEPUTADO NO PARANÁ. **Jornal Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 23 mar. 1869, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FONSECA, M. R. F. da. As “Conferências Populares da Glória”: a divulgação do saber científico. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, nov. 1995/fev. 1996.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GALUCH, M. T. B. **Da vinculação entre ciência e ensino da ciência**: contribuições para a formação docente. Maringá: EDUM, 2013.

GERELUS, S. H. **Rui Barbosa e a educação do corpo na reforma do ensino primário**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. A. O. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Defesa da Ordem: o Embate entre Liberais e Católicos no Campo da Educação. **Revista HISTERBR On-line**, Campinas, v.16, p. 109-124, 2016.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JORNAL DO SENADO. [**Lei áurea (1888)**]. Brasília, DF, ano 14, n. 2801/172, 12 maio 2008. Edição Especial. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/190819>. Acesso em: 22 out. 2020.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN JÚNIOR, M. As exposições internacionais e a difusão das creches e jardins de infância (1867-1922). **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 7, n. 3, p. 24–35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644212>. Acesso em: 20 out. 2021.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Educando a infância brasileira. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Notas sobre o Congresso Internacional do Ensino Bruxelas, 1880. **Hist. Educ.**, Porto Alegre: Asphe, v. 9, n. 18, p. 59-69, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223634592017000100207&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEONEL, Z. **Contribuição à história da escola pública**: elementos para a crítica de teoria liberal da educação. 1994. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LIMEIRA, A. de M.; SCHUELER, A. F. M. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 32, p. 37-47, 2008.
LOBATO, M. **Negrinha**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

LUZURIAGA, L. **História da Educação Pública**. São Paulo: Nacional, 1959.

MACHADO, M. C. G. **O projeto de Rui Barbosa**: o papel da educação na modernização da sociedade. 1999. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa**: pensamento e ação. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MACHADO, M. C. G. Estado e políticas da educação no Império brasileiro. *In*: SAVIANI, D. (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 153-186.

MACHADO, M. C. G. Sociedade, estado e educação: As várias facetas de Rui Barbosa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 41, p. 32-60, mar. 2012.

MACHADO, M. C. G.; DORIGÃO, A. M.; COELHO, G. F. As pesquisas com intelectuais em História da Educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 67, p. 175-188, mar. 2016.

MACHADO, M. C. G.; OLIVEIRA, T. (org.). **Educação na História**. São Luis: Ed. da UEMA, 2008.

MACHADO, M. C. G.; RODRIGUES, E. Conversas sobre fontes. *In*: GONDRA, J. G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: Edufes, 2017. p. 253- 272.

MARCON, M. H. Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. **Jornal Mundo Espírita Online**, Curitiba, jul. 2012. Disponível em: <http://www.mundoespirita.com.br>

r/?materia=ildefonso-pereira-correia-o-barao-do-serro-azul. Acesso em: 22 out. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011 (Coleção Educação Contemporânea).

MARTINELLI, L. P. **Pelos estudantes e para os estudantes: a instrução e a literatura nos periódicos estudantis brasileiros (1870-1880)**. 2020. 406 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, K.; ENGEL, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MILET, H. A. **A lavoura da canna de assucar**. Typographia do Jornal do Recife, 1881.

MOSSÉ, B. **Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2019 (Coleção Joaquim Nabuco; n. 2).

NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1928. v. 3.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, J. A. C. de. Carta a Manoel Francisco Correia Neto. Instrução Nacional: **Revista de Pedagogia, Ciências e Letras**, Rio de Janeiro, 1873 a 1874. Typ. Quirino F. do Espírito Santo. Rio de Janeiro: 2- Lago da Carioca-2, p. 8-76, 1873.

PEREIRA, de J. R. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Revista de História, Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

PINTO, A. F. M. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 268-286, jan./abr. 2019.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, J. H. **Atas do Conselho de Estado. Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1973.

SANTOS, A. de S. **Paraná, imprensa e instrução pública primária**: o Jornal A República (1930-1912). 2019. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SANTOS, A. V. dos. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município**: [oferecida a illustre Camara Municipal] 1850. Curitiba: Secção de História do Museu Paranaense, 1850.

SANTOS, Y. S. **A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)**. Recife: O autor, 2014.

SANTOS, L. F. As propostas de educação física nas Conferências Populares da Glória no ano de 1878. **Revista Conexões**, v. 15, n. 4, p. 410-418, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649549/17774>. Acesso em: 24 maio 2020.

SARAIVA, J. A. As promessas da “lei de emancipação”. *In*: NABUCO, J. **O abolicionista**: Ensaio introdutório de Evaldo Cabral de Mello. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2019. p. 81-90 (Coleção Joaquim Nabuco; n. 2).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.s.).

SAVIANI, D. *et al.* O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. *In*: SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 10-57 (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008 (Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 5).

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHUELER, A. F. M. A infância desamparada no Asilo Agrícola de Santa Isabel: instrução rural e educação infantil – 1880/1886. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo: USP, v. 26, n.1, p. 119-134, 2000.

SCHUELER, A. F. M. de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999.

SENRA, N. **História das Estatísticas Brasileiras**: as estatísticas desejadas (1822-c.1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. M. P. da. **Memórias do meu tempo**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SILVEIRA, A. **Conferências e outros trabalhos**. Compilação de José Antonio dos Santos Cardoso. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885.

SOUZA, R. F. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N. (org.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2012. p. 391-399.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STAMATTO, M. I. S. Assistência social educativa para a infância desvalida (Brasil, 1822-1889). **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 75, p. 89-110, 2017.

TELLES, A. C. da M. Desenhando a nação: **revistas ilustradas** do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília, DF: FUNAG, 2010.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VALLADÃO, A. Senador Correia. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba: UFPR, v. 6, p. 21-58, 1958.

VARGAS, T. **A última viagem do Barão de Serro Azul**. 2. ed. 4. reimpr. Curitiba: Juruá, 2008.

VERÍSSIMO, J. **A Educação Nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985 (Novas Perspectivas,14).

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999. 208 p.

VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república. [S.l: s.n.], 1999.

WAQUIM, B. B.; COELHO, I. M.; GODOY, A. S. de M. A história constitucional da infância no Brasil à luz do caso do menino Bernardino. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 88-110, abr. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A OS CORREIAS

Figura 4 – Manoel Francisco Correia – o Velho (1776-1850), originário de Villa de Feira, da província da Beira, Portugal



Figura 5 – Manoel Francisco Correia Júnior – Filho/ Moço (1809-1857), nasceu na província de Paranaguá, pertencente a então comarca de São Paulo



Figura 6 – Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905), nasceu na província de Paranaguá



Figura 7 – Manoel Francisco Correia Júnior (1871-1889), nasceu em Curitiba-PR



Fonte: Elaborada pela autora (2020), com base no acervo do Museu Paranaense. Coordenador Renato Augusto Carneiro Júnior *et al.* (2014).

APÊNDICE B AS CONFERÊNCIAS POPULARES DA GLÓRIA (1873-1884)

Quadro 9 – Documentos encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira, no Jornal Commercio e na obra Conferências e outros Trabalhos (1885)

(continuação...)

DATA	Nº	TEMA	FONTE
11/07/1882	1	Batalha Naval de Riachuelo	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
23/11/1873	2	Ensino primário obrigatório	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
11/01/1874	3	Necessidade das Escolas Normais	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
08/03/1874	4	Riqueza Intelectual	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
29/03/1874	5	Regime das escolas	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 3 (resumo)
09/04/1874	6	Futuro do Brasil	Conf. RJ, nº 3. 1885
05/07/1874	7	Inauguração das conferências populares na cidade de Niterói	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
31/05/1874	8	Invasões no território do Brasil	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 2 (resumo)
14/06/1874	9	Mulheres celebres	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 5(resumo)
27/09/1874	10	União do Brasil	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 5 (convite)
19/11/1874	11	Industria marítima	Conf. Popular, RJ, nº 2, 1886 (resumo)
22/11/1874	12	Educação da mocidade. A Igreja e a escola. Liberdade de Consciência	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança
03/10/1875	13	Ensino Moral. A instrução deve ser bálsamo e não veneno para a alma Materialismo. Religião, Família, Positivismo. Materialismo	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança
22/08/1875	14	Concurso dos cidadãos a bem do ensino	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
29/08/1875	15	Graus científicos e literários concedidos em virtude das leis municipais	Conf. Popular, RJ, nº 1, 1886 (resumo)
05/09/1885	16	Os Aerostatos	Conf. Popular, RJ, nº 2, 1886 (integra)
21/11/1875	17	Direção do Ensino. Importância da instrução nos destinos da Humanidade. Convém não esquecer as ciências morais	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
2/01/1876	18	Não é monopólio do Estado o Ensino Superior. Competências das Assembleias provinciais. Os cidadãos podem também cuidar esse ensino	Conf. Popular, RJ, nº 1, 1886 (integra)

(continuação...)

DATA	Nº	TEMA	FONTE
04/06/1876	19	A educação na família e na escola. Os edifícios escolares. Proscrição dos castigos corporais	Conf. Popular, RJ, nº 6, 1886 (íntegra)
15/10/1876	20	Educação das crianças das ruas	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
30/01/1876	21	Estabelecimentos de instrução que devem criar de preferência as Assembleias legislativas Provinciais Concorrência do elemento municipal a bem do ensino	Conf. Popular, RJ, nº 2, 1886 (íntegra)
02/01/1876	22	Os cidadãos podem também cuidar desse ensino	Conf. Popular, RJ, nº 2, 1886
20/02/1876	23	Instrução Pública. Graus científicos ou literárias concedidos em virtude de leis provinciais	CARDOSO, J. A. dos S. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
09/04/1876	24	Da competência em matéria de colação de graus	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
23/04/1876	25	As Assembléias provinciais, legislação sobre a Instrução Pública; podem impor penas administrativas e disciplinares	Conf. Popular, RJ, nº 4, 1886 (íntegra)
21/05/1876	26	Competência das Assembléias Provinciais para a concessão de jubilações	Conf. Popular, RJ. Nº 5. 1886.(íntegra)
19/11/1876	27	Criação de uma universidade	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
07/03/1878	28	A instrução ministrada gratuitamente em estabelecimento devidos particular não é esmola	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
17/03/1878	29	Conveniência da criação de associações promotoras de instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
17/03/1878	30	Conveniência de manter a Escola de Humanidades criada pelo Instituto Farmacêutico	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
23/03/1878	31	A nutrição dos vegetais	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 2 (aviso)
17/03/1878	32	Congresso de Instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
07/04/1878	33	Concurso da iniciativa particular para que a causa da instrução popular receba o impulso que as circunstâncias – reclamam anatomia, astronomia, filosofia. Laço divino que as prende	Jornal do Commercio, RJ, 1884, p. 1 (resumo)
07/07/1878	34	Caridade e instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
01/09/1878	35	Educação física	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885

DATA	Nº	TEMA	FONTE
20/11/1878	36	Educação física	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
20/04/1879	37	O sentimento religioso	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)
18/05/1879	38	O sentimento religioso-retomada	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)
01/06/1879	39	O sentimento religioso-retomada	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)
09/11/1879	40	O sentimento religioso, culto externo	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)
11/06/1879	41	O sentimento religioso-religião do Estado I	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (resumo)
28/12/1879	42	O sentimento religioso-religião do Estado II	Jornal do Commercio, RJ, 1879, p. 2 (aviso)
22/05/1880	43	O sentimento religioso nas escolas particulares e livres	Jornal do Commercio, RJ, 1880, p. 2 (aviso)
27/06/1880	44	O sentimento religioso	Jornal do Commercio, RJ, 1880, p. 2 (resumo)
26/09/1880	45	Necessidade de criar a Universidade	Jornal do Commercio, RJ, 1880, p. 1 (resumo)
27/03/1881	46	Congresso da instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
11/12/1881	47	Anatomia, astrologia, filosofia, laço divino que as prende	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
18/12/1881	48	Ensino universitário, congresso da instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
30/09/1883	49	Necessidade de museu escolar	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885
19/10/1884	50	Inauguração das conferências no asilo das órfãs da sociedade amante da instrução	CARDOSO, J. A. dos Santos. Conferências e outros trabalhos do cons. Manoel Francisco Correia, RJ, Tip. Perseverança, 1885

Fonte: Elaborada pela autora (2021).